

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

CÉSAR AUGUSTO KUNDLATSCH

USO PÚBLICO E AS ATIVIDADES DE VISITAÇÃO NOTURNA NOS PARQUES
NACIONAIS DO BRASIL

PONTA GROSSA

2019

CÉSAR AUGUSTO KUNDLATSCH

USO PÚBLICO E AS ATIVIDADES DE VISITAÇÃO NOTURNA NOS PARQUES
NACIONAIS DO BRASIL

Tese apresentada para obtenção do título de Doutor em Geografia na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós-Graduação em Geografia, linha de pesquisa Dinâmicas Naturais e Análise Socioambiental.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jasmine Cardozo Moreira

PONTA GROSSA

2019

K95 Kundlatsch, César Augusto
Uso público e as atividades de visitação noturna nos parques nacionais do Brasil/ César Augusto Kundlatsch. Ponta Grossa, 2019. 146 f.; il.

Tese (Doutorado em Geografia – Área de concentração – Geografia – Linha de Pesquisa Dinâmicas Naturais e Análise Socioambiental), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Jasmine Cardozo Moreira

1. Parques nacionais. 2. Uso público. 3. Visitação noturna. 4. Ecoturismo. I. Moreira, Jasmine Cardozo. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa – Doutorado em Geografia. IV. T.

CDD : 910

TERMO DE APROVAÇÃO

CÉSAR AUGUSTO KUNDLATSCH

“USO PÚBLICO E AS ATIVIDADES DE VISITAÇÃO NOTURNA NOS PARQUES NACIONAIS DO BRASIL”

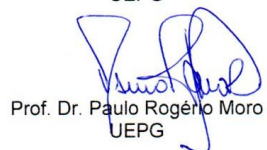
Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no
Curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências Exatas e Naturais
da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:



Prof.ª Dr.ª Jasmine Cardozo Moreira
UEPG



Prof.ª Dr.ª Valéria Albach
UEPG



Prof. Dr. Paulo Rogério Moro
UEPG



Prof. Dr. Ronaldo Ferreira Maganhotto
UNICENTRO



Prof. Dr. Julio Manoel França da Silva
UNICENTRO

Ponta Grossa, 06 de agosto de 2019

*Mesmo as noites totalmente sem estrelas
podem anunciar a aurora de uma grande realização.*

Martin Luther King

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que colaboraram com esta pesquisa: professores, gestores, técnicos ambientais, colaboradores do ICMBio, e demais pessoas que apoiaram, sugeriram, estimularam em todas as etapas de sua elaboração.

Também agradeço a professora Dra. Jasmine Cardozo Moreira, a qual tem orientado e participado ativamente nas discussões de elaboração do plano de trabalho e dos resultados desta pesquisa, valorizando e auxiliando esta produção acadêmica. E ainda aos professores Drs. Paulo Moro, Valéria Albach, Julio Manoel França da Silva e Ronaldo Ferreira Maganhoto, pela disposição e empenho em dedicar seu tempo, e apresentarem suas contribuições nas etapas de conclusão deste material.

E, por fim, agradeço a todos que diretamente ou indiretamente têm participado desta pesquisa: professores, familiares, amigos, os quais tem oferecido apoio intelectual e emocional, compreendendo ausências e estimulando a produção científica.

RESUMO

O turismo em áreas naturais vem crescendo e se diversificando nos últimos anos. Procurando atrair os visitantes, novas propostas de visitação são oferecidas. Esta pesquisa tem como objetivo realizar diagnóstico das atividades noturnas de uso público nos Parques Nacionais do Brasil, visando a proposição de diretrizes nacionais para visitação noturna em unidades de conservação de proteção integral. Para tanto utilizar-se-á como parâmetro para a pesquisa a identificação das atividades noturnas nos parques nacionais brasileiros, as práticas existentes, aspectos operacionais, controle de visitantes, normas e regras de visitação. Embora os aspectos do uso do espaço-tempo noturno estejam mais presentes em ofertas urbanas, é importante apresentar uma revisão conceitual sobre esta temática e identificar as propostas, além de verificar as potencialidades e vulnerabilidades no uso público desses espaços, nesse tipo de atividade turística. A visitação noturna é desenvolvida em algumas áreas protegidas de forma a oferecer uma proposta inovadora para os visitantes, contudo, pesquisas são necessárias para a verificação desta atividade, no intuito de oferecer segurança ao visitante, conservação à área e gestão de qualidade por parte de seus organizadores, para que possam se consolidar como novas alternativas no ecoturismo. A pesquisa teve a utilização de questionário online enviado aos parques nacionais brasileiros, análise dos planos de manejo, pesquisa bibliográfica e análise de informações com seus gestores. Nesta pesquisa foram identificadas diferentes práticas em áreas naturais durante a noite, as quais ficaram divididas em três categorias principais: as atividades de pernoite e atividades associadas, as trilhas e caminhadas noturnas, e o mergulho noturno. Foi identificado que os parques que realizam estas propostas, possuem regras e normas estabelecidas para suas ações, e também procuram limitar ou controlar o número de pessoas que as praticam diariamente. Ainda não existem diretrizes que norteiem a prática da visitação noturna em áreas naturais, com os resultados obtidos houve a elaboração de propostas tanto para gestores como para visitantes, as quais foram baseadas nas diretrizes já formuladas pelo Ministério do Meio Ambiente para as outras atividades de visitação, nas propostas já implementadas e apresentadas nos planos de manejo, nos exemplos das atividades desenvolvidas em outros países e na leitura bibliográfica que nortearam os estudos desta pesquisa, como a gestão da noite e o turismo em áreas naturais.

Palavras-chave: Uso público; Visitação noturna; Ecoturismo; Diretrizes; Parques nacionais.

ABSTRACT

Tourism in natural areas has been growing and diversifying in recent years. Seeking to attract visitors, new visitation proposals are offered. This research aims to diagnose night activities for public use in the National Parks of Brazil, aiming at proposing national guidelines for night visitation in protected areas of full protection. For this purpose it will be used as a parameter for the research the identification of night activities in the Brazilian national parks, the existing practices, operational aspects, visitor control, norms and rules of visitation. Although the aspects of the use of night space-time are more present in urban offerings, it is important to present a conceptual review about this theme and to identify the proposals, as well as to verify the potentialities and vulnerabilities in the public use of these spaces, in this type of tourist activity. The night visitation is developed in some protected areas in order to offer an innovative proposal for visitors, however, research is needed to verify this activity, in order to offer visitor safety, conservation of the area and quality management by its visitors. organizers so that they can consolidate themselves as new alternatives in ecotourism. The research used an online questionnaire sent to Brazilian national parks, analysis of management plans, bibliographic research and information analysis with their managers. This research identified different practices in natural areas at night, which were divided into three main categories: overnight activities and associated activities, night trails and walks, and night diving. It has been identified that parks that carry out these proposals have established rules and regulations for their actions, and also seek to limit or control the number of people who practice them daily. There are still no guidelines to guide the practice of night visitation in natural areas, with the results obtained the elaboration of proposals for both managers and visitors, which were based on the guidelines already formulated by the Ministry of Environment for other visitation activities. , in the proposals already implemented and presented in the management plans, in the examples of activities developed in other countries and in the bibliographic reading that guided the studies of this research, such as night management and tourism in natural areas.

Key Words: Public use; Night visit; Ecotourism; Guidelines; National parks.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fluxograma 1	- Materiais e métodos.....	64
Quadro 1	- Etapas da pesquisa.....	69
Figura 1	- Parque Nacional de Anavilhanas.....	77
Figura 2	- Parque Nacional da Serra da Canastra.....	80
Figura 3	- Parque Nacional da Serra do Cipó.....	82
Figura 4	- Figurações rupestres da Lapa de Santana.....	83
Figura 5	- Parque Nacional das Araucárias.....	84
Figura 6	- Parque Nacional das Emas.....	86
Figura 7	- Fenômeno da bioluminescência no PNE.....	87
Figura 8	- Parque Nacional do Iguaçu.....	89
Figura 9	- Parque Nacional do Itatiaia.....	91
Figura 10	- Rancho caído.....	92
Figura 11	- Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.....	94
Figura 12	- Parque Nacional Marinho dos Abrolhos.....	96
Figura 13	- Mergulho autônomo noturno no PNM de Abrolhos.....	98
Figura 14	- Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha.....	99
Quadro 2	- Parques Nacionais que responderam ao questionário <i>online</i>	104
Quadro 3	- Parques Nacionais com atividades noturnas.....	105
Figura 15	- Cartograma de localização dos parques de pesquisa.....	106
Gráfico 1	- Atividades Noturnas realizadas nos Parques Nacionais que participaram da pesquisa.....	107
Gráfico 2	- Parques que identificam possibilidade para desenvolver alguma atividade noturna.....	108
Gráfico 3	- Importância na criação de diretrizes que orientem as atividades noturnas em áreas protegidas.....	109
Quadro 4	- Atividades de visitação realizadas nos parques.....	112
Quadro 5	- Regras e normas para atividades noturnas conforme os PMs.....	118
Quadro 6	- Controle do número de visitantes nas atividades noturnas.....	120

Quadro 7	- Propostas de diretrizes para visitação noturna para gestores de UCs.....	121
Quadro 8	- Propostas de diretrizes para visitação noturna para visitante de UCs.....	122
Quadro 9	- Procedimentos para instrução normativa de visitação noturna em UCs.....	124

LISTA DE SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
ESEC – Estação Ecológica
HT – *Hand talk* (rádio de telecomunicação)
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
IBICT – Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MMA – Ministério do Meio Ambiente
NPA – National Protected Area
NEA – Núcleo de Educação Ambiental
NEPL – Nam Et-Phouí Louey
NPS - National Park Service
OMT – Organização Mundial de Turismo
PAE – Plano de Ação Emergencial
PI – Posto de Informação
PM – Plano de Manejo
PNA – Parque Nacional de Anavilhanas
PNAP – Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNE – Parque Nacional das Emas
PNI – Parque Nacional de Itatiaia
PNLM – Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses
PNSC – Parque Nacional da Serra da Canastra
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural
SISBIO – Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC – Unidade de Conservação
ZA – Zona de Amortecimento

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	13
1.1	INTRODUÇÃO.....	13
1.2	PROBLEMÁTICA.....	18
1.3	OBJETIVOS.....	20
1.3.1	Objetivo Geral.....	20
1.3.2	Objetivos Específicos.....	21
2	A GESTÃO DAS ATIVIDADES NOTURNAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	22
2.1	ANÁLISE DO ESPAÇO-TEMPO NOTURNO.....	22
2.2	LAZER NOTURNO E PERCEPÇÕES ESPACIAIS DIFERENCIADAS	26
2.3	ATIVIDADES DE TURISMO NO PERÍODO NOTURNO, POSSIBILIDADES PARA O ECOTURISMO.....	29
3	PARQUES NACIONAIS E O USO PÚBLICO EM ATIVIDADES DE VISITAÇÃO.....	34
3.1	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E O SNUC.....	34
3.2	PLANO DE MANEJO E PLANO DE USO PÚBLICO.....	41
3.3	OS PARQUES NACIONAIS E O USO PÚBLICO.....	43
3.4	TURISMO EM ÁREAS NATURAIS.....	49
4	DIFERENTES SENSAÇÕES E EXPERIÊNCIAS NO USO PÚBLICO EM UCs.....	55
4.1	A VISITAÇÃO E A PERCEPÇÃO ESPACIAL.....	55
4.2	O ESTÍMULO DOS SENTIDOS NAS VIVÊNCIAS COM A NATUREZA.	60
5	MATERIAIS E MÉTODOS.....	64
6	CARACTERIZAÇÃO ANALÍTICA.....	70
6.1	ATIVIDADES NOTURNAS IDENTIFICADAS EM OUTROS PAÍSES....	70
6.1.1	Estados Unidos (<i>National Park Service</i> – NPS).....	70
6.1.2	Costa Rica.....	71
6.1.3	Espanha.....	72
6.1.4	Laos.....	73
6.1.5	África do Sul.....	74
6.2	ANÁLISE DOCUMENTAL DOS PLANOS DE MANEJO.....	75

6.2.1	Considerações do Plano de Manejo do Parque Nacional de Anavilhanas (2017).....	76
6.2.2	Considerações do Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Canastra (2005)	79
6.2.3	Considerações do Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Cipó (2009).....	81
6.2.4	Considerações do Plano de Manejo do Parque Nacional das Araucárias (2010).....	83
6.2.5	Considerações do Plano de Manejo do Parque Nacional das Emas (2004).....	85
6.2.6	Considerações do Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu (1981)	88
6.2.7	Considerações do Plano de Manejo do Parque Nacional do Itatiaia (2014)	90
6.2.8	Considerações do Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (2003)	93
6.2.9	Considerações do Plano de Manejo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos (1991)	95
6.2.10	Considerações do Plano de Manejo do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (1990)	98
7	RESULTADOS E DISCUSSÃO	103
7.1	ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO <i>ONLINE</i>	103
7.2	ANÁLISE DE DADOS DOS PLANOS DE MANEJO DOS PARQUES NACIONAIS COM ATIVIDADES NOTURNAS.....	110
7.2.1	Análise de Atividades Diurnas e Noturnas nos Parques.....	111
7.2.1.1	Atividades de pernoite e atividades associadas.....	114
7.2.1.2	Trilhas e caminhadas noturnas.....	115
7.2.1.3	Mergulho noturno.....	116
7.2.2	Regras e Normas de Conduta no Período Noturno.....	117
7.2.3	Controle do Número de Visitantes Noturnos.....	119
7.3	DIRETRIZES PARA VISITAÇÃO NOTURNA.....	121
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
	REFERÊNCIAS	130

APÊNDICES.....	139
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE SONDAGEM DE ATIVIDADES NOTURNAS.....	140
ANEXOS.....	143
ANEXO A – LICENÇA SISBIO.....	144

1 APRESENTAÇÃO

1.1 INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade crescente e vem diversificando seu campo de estudo e suas técnicas de trabalho. Reconhecido como uma das ofertas econômicas mais importantes da atualidade, tem sido considerado por governos e comunidades uma alternativa para o desenvolvimento local (KINKER, 2005).

Para a Organização Mundial de Turismo (OMT, 1994), o turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, em atividades de lazer, negócios ou outras motivações particulares.

O turismo em áreas naturais também tem se destacado neste segmento de serviços, daí a necessidade de planejamento de uso público em Unidades de Conservação - UCs, sua organização poderá ajudar a reduzir os impactos, e ao mesmo tempo, manter a qualidade do meio ambiente (NELSON, 2012). O turismo que é feito em UCs pode ter vários segmentos, estando associado à característica que diferencia o objetivo da visita. O turismo de lazer é um dos principais nas UCs, pois oferece ao seu visitante a oportunidade de desenvolver atividades de ecoturismo, turismo rural, turismo de aventura.

Quanto ao ecoturismo, é uma forte expressão do turismo em UCs, pois nesta atividade específica, o visitante tem a oportunidade de realizar passeios junto à natureza, como caminhadas e trilhas. A motivação está associada a manter uma relação mais direta com os elementos da natureza presentes no local, na observação das espécies animais, na identificação das plantas, no registro fotográfico, na visualização de nascentes d'água. No ecoturismo estão envolvidos também os aspectos de educação e de interpretação ambiental, sendo o enfoque principal as características ambientais do local visitado.

Observa-se que nas áreas protegidas, a natureza e as características que lhes trazem singularidade espacial, tem se transformado em importantes produtos turísticos, apresentando procura por parte de seus visitantes. Manter as propostas exitosas já desenvolvidas, diversificar as atividades, fazer a gestão das unidades e inovar as propostas são desafios no uso público dessas áreas naturais.

Com a aprovação da Lei 9985/2000 houve a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), desta forma, iniciaram-se de forma jurídica os dispositivos legais para as áreas protegidas. Com esta lei estabeleceu-se a necessidade de um sistema com bases universalmente aceitas pelos gestores públicos, com critérios e normas para criar, implantar e gerir as UCs (ALMEIDA, 2004).

Além da criação do SNUC, houve também a criação do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), através do Decreto 5.758 de 13 de Abril de 2006; o qual vem para estabelecer e fortalecer os componentes federais, distritais, estaduais e municipais do SNUC (BRASIL, 2006b).

As UCs se constituem de acordo com Vallejo (2000), numa das principais formas de intervenção governamental, buscando reduzir as perdas da biodiversidade, em contraponto à degradação ambiental imposta pela sociedade capitalista atual.

Em um contexto geral as áreas protegidas objetivam a manutenção de condições naturais adequadas para a proteção da diversidade de ecossistemas. As UCs são consideradas importantes instrumentos para pesquisa, educação ambiental e a geração de modelos sustentáveis para o desenvolvimento econômico regional (MOREIRA, 2011).

Essas áreas desempenham um papel chave na conservação da diversidade ecológica, também nos serviços ambientais, no uso sustentável dos recursos naturais, garantindo também a sobrevivência e qualidade de vida, tanto da população brasileira como da humanidade (BRASIL, 2006b).

A oferta turística engloba tudo o que o local de destino tem a oferecer para seus turistas atuais e potenciais, representada pela gama de atrações naturais e

artificiais, assim como bens que, provavelmente, induzirão as pessoas a visitar especificamente um país (WAHAB, 1991).

Os espaços que possuem uma condição de natureza preservada passam a destacar um importante patrimônio turístico, pois conforme Oliveira (2001), entende-se por patrimônio turístico os recursos utilizados para atrair visitantes, que podem ser classificados como patrimônio turístico natural ou como patrimônio proveniente da atividade humana. E Teles (2002) distingue que patrimônio natural são os elementos criados pela natureza e que de alguma forma, são utilizados pelos turistas; enquanto que o patrimônio cultural seriam os acontecimentos, obras e atividades provenientes de ações do ser humano e que podem servir de atração turística.

Para que ocorra a visitação em UCs, há orientação para que a atividade seja bem planejada, a fim de que a mesma possa assegurar os seus princípios de criação, funcionando também como ferramenta de sensibilização da sociedade para a conservação da biodiversidade, e como uma alternativa para o desenvolvimento local (BRASIL, 2006a).

Moreira (2011) reforça que sobre o turismo realizado em UCs, de um modo em geral, ordenar a visitação em áreas protegidas é um desafio [...], os benefícios podem ser consideráveis, mas os efeitos negativos devem ser minimizados por meio de planejamento e de uma gestão eficaz.

Segundo o MMA o Brasil possui um vasto conjunto de áreas naturais protegidas em UCs com um potencial para fortalecer o turismo no país (BRASIL, 2006a). A riqueza dos biomas brasileiros e a diversidade cultural do país são atrativos singulares para a oferta de produtos turísticos diversificados e de qualidade. Neste contexto, uma das modalidades de turismo em áreas naturais, o ecoturismo, engloba a conservação da natureza por meio de práticas sustentáveis.

Nas Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo publicadas pelo Ministério do Turismo, o ecoturismo é definido como um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da

interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (BRASIL, 2008). Para Blangy e Wood (2001), proporcionar uma experiência ecoturística pode aumentar a conscientização do público sobre a proteção ambiental.

Diversas são as atividades desenvolvidas em áreas protegidas, e em algumas delas, tem-se observado a realização de algumas durante o período noturno. Uma proposta ainda pouco conhecida no ecoturismo, mas com potencial para desenvolver estes atrativos turísticos e dinamizar ainda mais as alternativas turísticas.

Embora os aspectos relacionados à gestão da noite ainda sejam mais específicos para as atividades de lazer urbano, a noite pode trazer uma nova perspectiva sobre as paisagens, reordenando as propostas e modificando as práticas já estabelecidas. Nestes termos a visitação noturna em áreas protegidas também pode ser uma proposta de reelaboração e reconfiguração frente ao tipo de turismo que até o momento é planejado e ofertado em áreas naturais.

Procurando despertar uma nova motivação aos seus visitantes, algumas UCs como o PN de Fernando de Noronha, o PN dos Lençóis Maranhenses e outros, têm desenvolvido a visitação noturna em suas áreas, como alternativa diferenciada de passeio e de interação com seus elementos da natureza. Atividades como mergulho noturno, trilhas, observações de fauna e flora são algumas das propostas que estão sendo apresentadas para seus visitantes.

O primeiro capítulo do aprofundamento teórico desta pesquisa procura analisar aspectos referentes à gestão da noite, de forma a buscar conceitos e referencial teórico de estudos voltados ao uso público no espaço-tempo noturno. Além de funções comerciais e industriais, o período noturno também pode viabilizar alternativas para o turismo, por enquanto mais voltados para atividades urbanas, gastronômicas, culturais, mas podendo ser analisado para propostas de contemplação em ambientes naturais.

O segundo capítulo aprofunda as questões sobre as áreas protegidas no Brasil, a regulamentação presente no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, abordando aspectos ligados aos seus Planos de Manejo, principalmente aos aspectos

de visitação e planos de uso público. Há maior enfoque para as análises presentes nos parques nacionais e à modalidade de turismo permitido nestes espaços, os quais proporcionam aos seus visitantes, experiências diferenciadas como a contemplação, a educação e a interpretação ambiental.

Ainda, um terceiro capítulo trata da análise das experiências diferenciadas que os visitantes procuram em áreas naturais. São analisadas questões sobre as emoções, as vivências, as alternativas que uma visitação noturna possa estimular em seus visitantes. Aspectos como a utilização de diferentes sentidos, das sensações experimentadas, também são analisados sob a ótica de vivências espaciais diferenciadas na natureza.

Entretanto essa prática ainda é considerada uma novidade no que se refere à visitação em áreas protegidas, tanto que nem o Ministério do Meio Ambiente e o ICMBio, em seus estudos sobre a visitação em UCs, determinaram diretrizes para tal tipo de visitação, demonstrando desta forma o quanto esses estudos se fazem necessários.

Utilizou-se nesta pesquisa o conceito da gestão da noite como referência para as propostas de visitação noturna desenvolvidas nos parques nacionais do Brasil, a saber, aquelas que estão presentes nos Planos de Manejo, para reconhecer as vulnerabilidades e potencialidades desta modalidade de visitação. Conforme a natureza e características particulares de cada parque, propostas diferentes também são apresentadas.

Identificar tais propostas e analisar o uso público dos parques com visitação noturna, poderão subsidiar referencial teórico para a criação de diretrizes que norteiem tal processo de visitas, uma vez que ainda não estão construídas e elaboradas pelo Ministério do Meio Ambiente ou ICMBio.

As diretrizes funcionam como um importante instrumento de comunicação, com vistas à redução do impacto causado pelos visitantes, elas podem ser particularmente úteis quando os seus aspectos norteiam e regulamentam o comportamento do visitante em questões que ainda não foram estabelecidas

(BLANGY; WOOD, 2001). No caso das visitas noturnas em áreas protegidas, podem subsidiar tanto nos aspectos da conduta dos visitantes, como na gestão das atividades pelas equipes propositoras.

1.2 PROBLEMÁTICA

Dentre as ofertas desenvolvidas no ramo turístico, o turismo em áreas naturais promove a interação sociedade e natureza. As áreas naturais, e em especial as UCs além de manterem seus objetivos de preservação, conservação e manutenção de flora, fauna e patrimônio histórico-cultural, podem estar associadas a um fenômeno econômico em crescimento: o turismo em áreas naturais.

Muitas pessoas têm procurado estas áreas para o reconhecimento de espécies, contato com a natureza, visita de locais de beleza cênica, fuga do estresse urbano, encontros entre familiares e amigos, entre outros objetivos (TELES, 2002).

Alternativas ainda presentes no turismo em UCs, são aquelas que desejam fortalecer a participação da comunidade como forma de sustentabilidade e participação que favoreça seus moradores locais. Pode ser identificado o turismo rural, onde o visitante busca seu descanso e um contato mais forte com as tradições do campo; ou também o turismo de aventura, onde a opção de poder praticar alguma atividade mais ligada ao esporte como escalada, rapel, tirolesa, corrida, aquelas que tragam mais emoção ao seu momento de recreação, com experiências mais radicais, segundo o estilo do visitante.

Pode-se reconhecer que as UCs têm desenvolvido um importante papel no uso público do espaço. As propostas para a criação de áreas protegidas estão associadas a diferentes objetivos, e não apenas os ligados à proteção, à conservação, mas também à participação social e cultural, no sentido de sensibilizar a população local e seus visitantes na harmonia necessária entre sociedade e natureza.

Nesta análise, observa-se que as UCs, conforme a natureza e características, as quais lhes trazem singularidade espacial, tem se transformado em importantes ofertas turísticas, apresentando procura e aceitação por parte de seus visitantes.

Pode ser observado uma crescente valorização do ecoturismo em áreas naturais nas últimas décadas, principalmente nas unidades de conservação brasileiras e em outras áreas protegidas administradas pelo setor público ou privado. Os motivos principais são as propostas turísticas e a educação ambiental.

O desenvolvimento de propostas turísticas nas áreas naturais pode oferecer ao seu visitante oportunidades de lazer, descanso, relaxamento e aventura, com a oportunidade de fuga da correria do cotidiano urbano; já as atividades educativas estão mais relacionadas com práticas de percepção e interpretação ambiental, por proporcionarem o contato direto com a natureza e trazerem a reflexão sobre a relação sociedade e natureza.

O Brasil possui diversas áreas naturais com potencial para o turismo em áreas naturais, além de possuir biomas diferenciados, as belezas das UCs configuram-se em atrativos singulares para um turismo diferenciado e de qualidade.

Contudo, o desenvolvimento desta atividade requer uma prática responsável da sociedade com a natureza, o que configura num desafio para que a mesma não interfira nos processos ecológicos e na sua conservação.

Algumas UCs, além de propostas mais comuns de visitação como as trilhas, as caminhadas, as áreas para banho, e outras alternativas recreativas ou de interpretação ambiental, têm ofertado a proposta de visitação noturna em suas áreas.

Podem ser citados como exemplos, experiências do Parque Estadual de Vila Velha em Ponta Grossa (PR), do Parque Nacional das Araucárias em Ponte Serrada (SC), do Parque Municipal das Araucárias em Guarapuava (PR), do Parque Ecoturístico Municipal São Luís de Tolosa em Rio Negro (PR) e do Parque Municipal Corredores da Biodiversidade em Sorocaba (SP).

Questiona-se até que ponto estas e outras propostas estão inseridas em seus Planos de Manejo como atividades já consolidadas, ou se ainda são experimentais,

passíveis de análises de erros e acertos, bem como de viabilidade técnica e operacional necessária.

É preciso analisar se está sendo desenvolvida como nova oportunidade condizente com a conservação da natureza, potencializando a utilização sustentável dos serviços associados aos ecossistemas.

Revisando a literatura pertinente a este tema, em consulta ao banco de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, bem como à biblioteca do Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia - IBICT, não foram encontradas produções acadêmicas que contemplem e analisem a temática de visitação noturna em áreas naturais, bem como em livros, publicações ou literaturas estrangeiras.

Desta forma, a elaboração de um estudo direcionado a este referencial, poderá contribuir com uma produção inédita e mais aprofundada ao tema das visitas noturnas em UCs, e promover a discussão em âmbito nacional sobre diretrizes de visitação noturna em áreas protegidas, uma vez que o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2006) possui material específico para orientar as diferentes práticas de ecoturismo em áreas protegidas, mas não há referência às de visitação noturna.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Realizar diagnóstico das atividades de visitação noturna de uso público nos Parques Nacionais do Brasil, visando a proposição de diretrizes nacionais para visitação noturna em unidades de conservação de proteção integral.

1.3.2 Objetivos Específicos

Reconhecer as atividades de visitação noturna nos PNs, identificando suas características, compreendendo a operacionalização, relacionando às propostas já implementadas no período diurno, para verificar tanto diferenças como adequações entre os dois períodos espaço-tempo.

Identificar a existência de regras, normas de conduta e controle de visitantes para as atividades de visitação noturna, de forma a compreender os fatores que as diferenciam da visitação do período diurno.

Apresentar diretrizes para visitação noturna em áreas protegidas, de forma a orientar essa atividade e aperfeiçoar os meios de interpretação ambiental.

2 A GESTÃO DAS ATIVIDADES NOTURNAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

2.1 ANÁLISE DO ESPAÇO-TEMPO NOTURNO

Ainda são poucas as propostas de atividades de turismo em áreas protegidas que aconteçam durante a noite, e quando se fala em pesquisa científica, na temática “noite”, as principais estão no campo da biologia, referindo-se aos hábitos de vida dos animais.

Contudo, alguns parques têm desenvolvido propostas de visitação noturna, como forma de dinamizar suas ofertas, reconhecendo que as observações proporcionadas em seus parques se constituem como diferenciais, os quais merecem destaque e abordagem diferenciada, e desta forma, apresentar uma nova motivação aos seus visitantes.

Analisando as propostas de estudos sobre a temática da noite, principalmente àquelas relacionadas às pesquisas, destacam-se os estudos que ocorrem na França e Portugal, enfocando os movimentos urbanos durante a noite, com maior força para atividades de comércio, prestação de serviços e de lazer.

Importantes obras são referências nos estudos relativos às temáticas do espaço urbano na dimensão temporal da noite, como *La ville la nuit* (1977) de Anne Cauquelin, *Géographie de la nuit* (1997) de Luc Bureau, *La ville 24 heures sur 24 heures* (2003) e *La nuit dernière frontière de la ville* (2005) de Luc Gwiazdzinski.

Esses estudos enfocam as questões relativas aos atrativos econômicos dos espaços urbanos, uma vez que a economia da noite se limitava, quase sempre ao comércio de bebidas alcoólicas, do sexo, de drogas e do jogo. Analisar o quanto os centros europeus têm se desenvolvido nestas questões, o quanto as grandes cidades têm assumido aspectos de ininterrupção de seus serviços, e nesse sentido, analisar o fluxo urbano 24 horas por dia, nos 7 dias da semana, tem proporcionado novos

debates nas questões da geografia atual, principalmente nos países da Europa Ocidental.

Na Universidade de Lisboa, Alves (2009, 2011) tem se dedicado a compreender os diferentes aspectos no que ela chama de espaço-tempo noite, onde oferece no curso de Geografia, um programa curricular denominado *Geografia da Noite*, buscando conhecer, compreender e repensar os territórios durante o período da noite.

O espaço-tempo noite deixa de ser uma referência aos grupos marginais de indivíduos, e do ponto de vista político já se refletem novas apostas para estratégias de vivificação dos espaços urbanos. Estas apostas estão relacionadas a iniciativas de animação como eventos culturais, restauração de edifícios, práticas que levem ao funcionamento dos espaços, conforme os novos ritmos, novos valores e novas atitudes relacionados a este período (ALVES, 2009).

Segundo Santos e Moreira (2008) a noite tem merecido a atenção dos mais diversos investigadores das ciências sociais. Sendo um espaço-tempo de diferença e exclusão, perigos e medos, a noite surge na sociedade como um tempo para o empreendedorismo de novos serviços.

Os estudos da geografia sempre procuraram responder ao onde e o porquê. Já nas temáticas da geografia da noite, procura-se analisar também o quando, para compreender a diversidade das dinâmicas do desenvolvimento territorial neste período de espaço-tempo.

Segundo Alves (2009), as atividades que antes estavam associadas ao dia, estão também mais presentes no período noturno, estudos sobre o uso do tempo revelam que os ritmos e horários são diferentes dos do passado. Se antes apenas as áreas industriais e algumas poucas profissões tinham seus horários noturnos, na atualidade quase todas as têm. Da mesma forma, atividades relacionadas ao lazer também estão sendo ampliadas para funcionamento em período noturno, facilitadas pelos modernos meios de iluminação, de transportes e de informação.

Nas abordagens de Alves (2011), do ponto de vista econômico e social, a noite pode ser definida em função da redução de atividades econômicas e de vida social em espaços públicos, sendo reservada às que ocorrem mais no campo da vida privada.

Ultrapassando as fronteiras do tempo de descanso e da recuperação de energia das atividades produzidas durante o dia, o espaço-tempo noite recriam os lugares e reordenam as cidades, alterando os cotidianos, modificando as práticas e fugindo das rotinas (SANTOS; MOREIRA, 2008).

Mas os limites do que ocorre ou não no período noturno são difíceis de serem estabelecidos, pois podem ter diferentes naturezas e variar conforme o lugar, as culturas e da sensibilidade individual (PAQUOT, 2000).

Algumas práticas sociais e culturais podem estar associadas ao período noturno, como por exemplo um teatro, uma visita entre amigos, atividades de lazer, porém, não são parâmetros consolidados, elas diferem conforme os hábitos e condutas locais e individuais.

As pessoas se animaram com modos de vida cada vez mais dessincronizados, com o uso das luzes artificiais, houve uma alteração na percepção dos ritmos da sucessão do tempo. As luzes se apoderam dos espaços noturnos, houve controle das ameaças e surgimento de novas dinâmicas para a sociedade. Definitivamente, a noite deixou de estar associada ao tempo em suspenso. Nas questões relacionadas ao planejamento, a noite deixa de ser apenas uma questão de tempo, afirma-se cada vez mais como uma questão de espaço de vida (ALVES, 2009).

Os espaços urbanos são privilegiados, com várias possibilidades de lazer, com flexibilidade de variação para eventos noturnos. Compreender as questões de segurança, iluminação, equipamentos, se fazem necessárias para perceber as potencialidades noturnas em determinado território, observando as transformações necessárias para que sua fruição não seja limitada pelos horários, isso trouxe uma expansão de vários segmentos de lazer para o espaço-tempo noite (ALMEIDA; FUMEGA; ALVES, 2011).

Para Gwiazdzinski (2007), existem três tempos distintos na noite, e que se referem a três formas diferentes de ocupação dos espaços públicos: das 20h às 1h30min, a noite ainda corresponde às atividades desenvolvidas no dia, onde ocorrem eventos culturais, saídas com amigos, passeios em locais públicos com posterior regresso para casa; das 1h30min às 4h30min, corresponde ao coração da noite, enquanto o restante da cidade descansa, nos espaços públicos encontram-se apenas os noctívagos e os trabalhadores com funções específicas para este horário, de modo geral, estão na noite para ficar; e das 4h30min às 6h da madrugada, é o espaço de tempo em que a noite acaba e o dia começa, os que retornam da noite, se encontram com aqueles que iniciam seu dia de trabalho.

O espaço-tempo noturno tem suas características específicas, o comportamento espacial das pessoas, das empresas e das instituições é diferente do que ocorre durante o dia, a ausência da luz contribui para a segregação social e territorial (ALVES, 2011). Existem locais facilmente transitáveis durante o dia, mas repensados se forem de noite.

Da mesma forma, o conceito de uma atividade pode obter um prisma diferente se for durante o dia ou durante a noite. Desta perspectiva, pode-se dizer que experiências e vivências podem ser diferentes se realizadas de dia ou de noite.

O dia era o palco das atividades econômicas, sociais e culturais tradicionais, enquanto a noite estava associada ao desconhecido, provocando medo, mistério, curiosidade, e ao mesmo tempo seduzindo (GWIAZDZINSKI, 2003).

A noite torna-se tempo, espaço e modo de outras identidades, por vezes é uma extensão das relações sociais diurnas, mas apresenta-se também em esferas de ação com atores, parceiros e interventores diferenciados dos diurnos (SANTOS; MOREIRA, 2008).

A gestão das atividades que ocorrem no espaço tempo noturno merece especial atenção, por um lado, pela possibilidade de desenvolvimento econômico e social que oferece, e por outro, nos conflitos que podem ser gerados caso não haja uma formação de pessoas capacitadas para gerenciar o planejamento e a gestão das

mesmas (ALVES, 2009). Analisar as propostas que possam também ser desenvolvidas no período noturno desconstrói a ideia de que é um tempo improdutivo, revelando capacidades e alternativas passíveis de planejamento e execução.

Para Queige (2005), a atração turística da noite nas cidades é o futuro, e notadamente vem ganhando espaços. À medida que a capacidade de criar paisagens noturnas cresce, atraem visitantes e colocam tanto as cidades como as regiões em redes e circuitos internacionais, com paisagens únicas, diferentes das que podem ser observadas de dia, interferindo com o modo como se vive e se percebe a cidade (ALMEIDA; FUMEGA; ALVES, 2011).

2.2 LAZER NOTURNO E PERCEPÇÕES ESPACIAIS DIFERENCIADAS

A análise das atividades de produção e de consumo no espaço tempo noturno não deve estar apenas restritas à uma expansão dos horários de trabalho diurno, devem ser entendidas também como o surgimento de alternativas para responder a novas necessidades de procura. Também deve analisar as novas relações sociais e territoriais pelo uso público dos espaços neste período das 24 horas diárias.

Se faz importante também, reconhecer as dinâmicas espaciais com práticas noturnas, se as atividades são diferentes, as percepções, os significados, os ritmos, as práticas, os tipos, e da mesma forma, as interferências das praticadas durante a noite, em relação ao seu ritmo quando praticadas durante o dia. O fato de haver privação do sentido principal da visão no período da noite permite que as pessoas possam ter novas percepções e sensações, sejam elas sonoras, olfativas, e até mesmo um estímulo diferenciado ao nível do que se pode ver. As obras para serem usufruídas à noite fazem um apelo aos sentidos, frequentemente diferente das que se destinam a ser vistas exclusivamente de dia (ALVES, 2009).

Além de haver a questão dos sentidos, as propostas noturnas também fazem menção aos medos e às fobias, exigindo uma mobilização dos sentidos, nos seus

encontros e nas suas trocas. Pela necessidade excessiva dos demais sentidos, criam-se condições materiais especiais para a percepção e o sentimento dos acontecimentos, havendo uma ampliação das sensações na sua realização. Segundo Gwiazdzinski (2005), a noite estava recheada de contradições, como período de recolhimento, de estar em casa, descansar e dormir, respondia às necessidades biológicas, mas várias pessoas estão fazendo uso do período noturno para variadas atividades, contrariando a tendência natural.

Algumas formas de lazer podem envolver riscos para as pessoas que os praticam, não se pode propor a ideia de que se há risco não há lazer, mas em alguns casos, a satisfação pode estar relacionada com níveis de adrenalina mais elevados, com intensidade cardíaca mais acelerada, de forma que o lazer no período noturno possa criar novas sensações (SANTOS; MOREIRA, 2008). Para Alves (2009), o fato de não haver luz natural permite que outros aspectos que durante o dia estejam neutralizados pelos estímulos visuais, tenham evidência no período noturno, como exemplos os odores e os sons, permitindo uma experiência diferente com as paisagens.

Quanto às atividades a serem oferecidas no espaço tempo noturno, é necessário analisar que a maior parte são oferecidas enquanto lazer e passeios, são pensadas para uso durante o dia, contudo com as facilidades dos meios de transporte, comunicação e informação, deve haver um planejamento para o que for oferecido durante o dia, possa também ser analisado com características específicas para o período noturno. Articular no espaço vidas cada vez mais dessincronizadas, levanta questões que o planejamento ainda não tinha capacidade de responder (ALVES, 2009).

A noite consegue reunir num espaço-tempo diferenciado a novidade, a satisfação, a sensação de risco, o inesperado. Quem se permite criar essas sensações experimenta uma fuga das rotinas e das obrigações (SANTOS; MOREIRA, 2008). Para Heurgon (2005), como a noite não é igual ao dia, há o que resistir e o que regular. Resistir no sentido de levar as pessoas a reconhecerem que o espaço tempo noturno não pode perder suas características específicas, demonstrando que neste

período há possibilidade, tanto para o ambiente como para as pessoas em desenvolver uma capacidade produtiva. E regular no sentido de estabelecer limites quanto aos aspectos de segurança, não caindo na tentação de um controle excessivo e nem banal.

Reconhecer as diversidades das propostas noturnas auxilia na compreensão de uma nova dinâmica para a organização territorial, a noite já não corresponde à suspensão do tempo, é um espaço-tempo com vida, mas percebido de forma diferente (ALVES, 2009). As mudanças que ocorrem na organização social também se refletem em mudanças na forma como tempo é empregado, nos tipos de usos e nas suas sequências. O tempo utilizado para o lazer também se reflete nestas mudanças. Com as novas propostas apresentadas à sociedade, a dinâmica de uso do espaço público para estas atividades também se modifica e se renova. Santos e Moreira (2008) afirmam que é cada vez mais importante a intervenção do poder público, principalmente em nível local, no planejamento dos espaços no outro tempo, neste caso, é a noite. Gwiazdzinski (2005) considera que o tempo noturno permaneceu como um parente pobre das reflexões sobre o funcionamento, o ordenamento ou desenvolvimento espacial, em alguns casos a dimensão noturna espacial está ignorada.

A valorização social das atividades de lazer, sejam elas culturais, as desportivas, as recreativas, e o fato de haver maior disponibilidade para sua fruição no período noturno, devido ao tempo livre em relação ao tempo do trabalho, contribui para o aumento de ofertas no espaço tempo da noite (ALVES, 2009).

Nos anos em que tem desenvolvido seu programa de estudos sobre a Geografia da Noite, Alves (2009) tem observado que na Europa, mudanças culturais das últimas décadas reforçam a importância do espaço tempo noite em todas as esferas da sociedade. Essas mudanças podem estar relacionadas à liberação dos costumes e das práticas sociais, com melhor nível de instrução da população, com mudanças demográficas como o aumento de pessoas solteiras, que não constituem famílias, ou mesmo de pessoas solteiras que ainda vivem com os pais, mais livres para o lazer e menos comprometidas com rotinas familiares.

Também um estilo de vida mais urbano promove ritmos de vidas mais diversificados, associados ainda à modernidade dos meios de transportes. E ainda culturalmente, vive-se uma revalorização das práticas relacionadas com o tempo livre, o qual deixa de ser visto como perda de tempo, e passa a ser associado com práticas de enriquecimento particular ou coletivo (ALVES, 2009).

Surgem novas organizações temporais para o desenvolvimento de práticas de lazer, as quais apresentam outras articulações em termos de usos do espaço. O modo de vida cada vez mais urbano reduz a separação entre dia e noite, também entre as estações do ano, promovendo o funcionamento da economia e da própria sociedade em escala 24 horas por dia, 7 dias por semana (GWIAZDZINSKI, 2007).

É importante reconhecer as boas práticas de gestão das atividades noturnas e das suas iniciativas, de maneira que revelem a diversidade de oportunidades que surgem com as vivências dos territórios à noite (ALVES, 2009). E no caso específico desta pesquisa, reconhecer tais qualidades e características no uso público dos parques nacionais com ofertas de visitas noturnas.

2.3 ATIVIDADES DE TURISMO NO PERÍODO NOTURNO, POSSIBILIDADES PARA O ECOTURISMO

O turismo também é uma atividade que pode ser realizada no período noturno. Segundo estudos de Espinasse e Buhagiar (2004), há uma constatação de que a noite exerce uma atração para as pessoas mais jovens, mas também possui importância para celibatários, para pessoas maduras e para os turistas.

Acontece que a noite é um período diferente do dia, não só pelas características naturais, no caso, a luz solar; mas, sobretudo pela representação que esta tem no ser humano, pelo público que a utiliza, e também pelo tipo de atividades que nela existem (ALMEIDA; FUMEGA; ALVES, 2011).

Neste sentido, vale-se destacar que o turismo voltado para o período noturno não precisa necessariamente estar no espaço urbano, há novas possibilidades, novas

oportunidades e sensações também a serem desenvolvidas em áreas naturais, parques e áreas protegidas.

Para Alves (2009), as mudanças sociais e culturais das últimas décadas reforçaram a importância do espaço tempo noite na esfera da economia ligada às atividades com caráter lúdico e cultural. Assim, também podem ser pensadas àquelas de caráter turístico e ambiental.

O tempo livre passa a ser visto como um tempo produtivo na formação das pessoas, embora não seja um tempo dedicado à alguma função econômica, o lazer também se configura como um tempo necessário para recarregar as energias, aquietar-se, desacelerar e desta maneira, trazer benefícios à formação individual de cada pessoa. E cada vez mais pessoas têm aproveitado o tempo noturno para a realização de práticas de lazer. Nos estudos realizados por Espinasse, Gwiadzinski e Heurgon (2005), 80% dos franceses declararam sair à noite para se divertir, contra 60% em relação às pesquisas de trinta anos atrás. Por esta razão na França, o mercado de atividades de lazer noturno continua a crescer (GWIADZINSKI, 2005).

A luz artificial permitiu ao ser humano conquistar a noite e os lugares à noite, levando a vida social a se estender além dos limites da luz natural, e os espaços também passaram a superar apenas os reservados à vida privada (SANTOS; MOREIRA, 2008).

Os tipos de serviços oferecidos durante o período noturno podem ser divididos em quatro grupos, de acordo com o tipo de consumidores que buscam cada uma. Em primeiro lugar estão classificados os serviços destinados à alimentação, bebidas e danças, onde dominam os restaurantes, os bares e as discotecas. Em segundo lugar as atividades de cunho cultural, como os teatros, cinemas, óperas, e demais espetáculos artísticos. Em terceiro lugar as exposições artísticas culturais com aberturas noturnas como os museus, centros de exposições e as galerias de arte. E em quarto lugar as opções desportivas onde as competições, jogos, lutas, atraem um público que compartilha de atividades escolares e de trabalho durante o tempo diurno (ALVES, 2009). Novamente percebe-se aqui, que nos estudos da Geografia da Noite

desenvolvidos em países da Europa, questões voltadas para o ecoturismo noturno ainda não estão contempladas, pois não são citadas pela pesquisadora.

Os modos de vida evoluíram integrando novas necessidades, novos tipos de lazer e de satisfações. As atividades noturnas, comerciais ou culturais, desenvolveram-se, os estabelecimentos ficam abertos à noite para propor outro tipo de descobertas, assim, a oferta de visitas turísticas noturnas aumenta e se diversifica (NARBONI, 2003).

Para Queige (2005), a maior parte das propostas que atualmente podem ser desenvolvidas quanto ao lazer noturno, tiveram sua origem de dia, mas com o passar dos tempos houve uma diversificação para o espaço-tempo da noite.

Com a abertura cada vez mais frequente de espaços culturais à noite, houve a criação de universos mágicos nas cidades, com espetáculos diferenciados de luz e de som. Para alguns autores, o futuro do turismo urbano está na noite (QUEIGE, 2005).

Quanto aos aspectos relativos ao turismo em áreas naturais e noturnas, pode-se dizer que há um campo de possibilidades e de potencialidades, com uma proposta diferenciada de lazer aos que se sentem confortáveis e encorajados para sua prática.

Como já afirmado, ainda são poucos os estudos realizados nesta temática de pesquisa, por isso a necessidade de se aprofundar no tema, buscando informações sobre as motivações do visitante que opta por realizar estas atividades, e também como os parques e demais áreas protegidas têm se preparado para ofertarem estas propostas quanto aos seus aspectos de gestão, segurança, condução de trilha, divulgação.

As atividades que são desenvolvidas no período da noite trazem uma forte relação com os sentidos, frequentemente diferentes das que são destinadas a serem vistas durante o dia. A noite proporciona condições que aguçam os demais sentidos além do estímulo visual, transitando também entre os medos e as fobias. Mais do que durante o dia, as atividades apresentadas de noite para serem apreendidas, exigem

a mobilização de todos os sentidos, favorecendo seus encontros e suas trocas (ALVES, 2009).

Alves (2009) afirma ainda que o ambiente noturno cria condições que vão além de questões materiais, jogando com a percepção e o modo como se sentem os acontecimentos, afinal, a noite amplia os sentidos e os sentimentos.

Pensar sobre estas questões de sentidos e de sentimentos no que tange às visitas noturnas em áreas naturais, despertam questões sobre as atividades a serem implementadas nos parques, e às experiências oferecidas. Elas podem estar associadas à aventura, à curiosidade sobre a observação durante a noite, e até mesmo para se obter uma nova percepção sobre o local de noite, absorvida somente neste período e totalmente diferente do que se observaria ou se sentiria no período diurno.

Deve-se discutir questões como as de segurança, iluminação, adequação de equipamentos, guias capacitados e demais necessidades, de forma que as potencialidades em áreas naturais, possibilitem um uso público do espaço, em conformidade com os princípios de proteção e de conservação a que estas áreas foram estabelecidas. Essas atividades devem ser planejadas e avaliadas para que se consolidem como uma nova oportunidade de lazer. A noite é um espaço tempo a partir do qual o desenvolvimento pode crescer e se desenvolver (ALVES, 2009).

Para concluir os aspectos relacionados neste capítulo, pode-se dizer que a gestão das propostas noturnas envolve uma forma diferenciada de se analisar e conceber os espaços.

Há possibilidade de ocupar esse espaço-tempo com alternativas diferenciadas de lazer, contudo, requer um planejamento específico e organizado para atender tal demanda, o que inclui infraestrutura e adaptação para ambiente noturno, sinalização adequada, recursos humanos capacitados e sistema de segurança preparado para possíveis emergências, diferentes daquelas do período diurno, ou então relacionadas ao tipo de atividade e de lazer que se quer ofertar.

Não há uma distinção sobre a percepção espacial diferenciada entre os espaços-tempo diurno e noturno, mas se as ofertas estão presentes nestes dois espaços-tempo, é necessário que haja também uma análise sobre as expectativas e sobre as vivências com estas diferenças.

As emoções, as sensações e as respostas aos estímulos durante a noite serão diferentes das experiências diurnas, e reconhecer estas percepções são campos para outras pesquisas que ainda podem vir a ser analisadas sob a ótica desta pesquisa em áreas naturais.

O próprio ecoturismo, enquanto opção de lazer em áreas naturais, não possui ainda uma especificação sobre sua ocorrência diferenciada no espaço-tempo noite, mas as alternativas estão presentes, e merecem ser analisadas, discutidas, e principalmente, avaliadas, de forma a ofertar propostas positivas e exitosas tanto para o visitante como para a área protegida e seu ecossistema.

3 PARQUES NACIONAIS E O USO PÚBLICO EM ATIVIDADES DE VISITAÇÃO

3.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E O SNUC

A preservação dos recursos naturais por meio de UCs, apesar da ausência de condições adequadas de gestão, apresenta-se para os profissionais da área, como uma das poucas saídas para a manutenção de um patrimônio genético e paisagístico intocado (DIEGUES, 2001). Como o próprio autor cita, embora as condições de gestão não sejam as mais adequadas, a criação dos parques naturais se configura como uma importante maneira de conservar aspectos do meio natural, os quais se pretendem manter, seja para manutenção de espécies, seja para existência para gerações futuras.

Os países em desenvolvimento, que possuem elevada biodiversidade, têm a conservação desta riqueza e o uso sustentável dos recursos naturais como prioritários (TAKAHASHI, 2004). No caso do Brasil, por haver diversidade de recursos naturais, biomas, espécies, existem diferentes categorias para promover tal conservação.

O Brasil é uma nação continental que contém diversos ecossistemas e megabiodiversidade de destaque, sua beleza natural é tão característica que o país é considerado o destino turístico mais competitivo do mundo na categoria de recursos naturais. Entretanto, com belas paisagens naturais localizadas dentro das UCs, o país recebe um número relativamente pequeno de turistas nessas áreas (SOUZA; THAPA; CASTRO, 2017, p.4)

Devem-se buscar novas formas de gestão, visando superar as dificuldades e reduzir as inúmeras ameaças à consolidação e à expansão das UCs (VIO, 2004).

Uma das maneiras de se contribuir para se efetivar mudanças em relação às práticas de conservação, e de preservação, é a elaboração de legislação específica, em diferentes níveis jurisdicionais. Essas leis imprimem novas condições para as atividades de produção, e na relação da sociedade com a natureza. Mas há de se

tomar atenção ao distanciamento existente entre a simples formulação e promulgação dessas leis, e a sua efetiva implementação e fiscalização (MENEGUZZO, 2015).

Segundo Almeida (2004), a necessidade de se estabelecer um sistema com bases universalmente aceitas pelos gestores públicos, com critérios e normas para criar, implantar e gerir as UCs levou à proposta de criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, com a Lei nº 9.985 de 18/07/2000, e o Decreto nº 4.340 de 22/08/2002, de sua regulamentação.

Neste contexto, as UCs brasileiras, embasadas pelo SNUC, almejam a preservação e conservação ambiental de forma legal, técnica e científica (MAGANHOTTO, 2013). A criação das UCs tende a contribuir no combate ao desmatamento ilegal associado à grilagem; à proteção da biodiversidade; e às demandas das populações tradicionais. Aliado ao SNUC, o PNAP tem como razão maior a necessidade de ampliar, organizar e integrar as capacidades e os recursos do governo e da sociedade destinados à gestão desse território (BRASIL, 2006b).

Têm ainda, a função de preservar a representação de porções significativas de diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas abrangidas, preservando a fauna e flora existente. Também garantem à sua população local, o uso racional de seus recursos, proporcionando à sua comunidade de entorno, o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis (BRASIL, 2000).

Dentre os princípios do PNAP, destaca-se o reconhecimento de que as áreas protegidas podem se apresentar como instrumentos eficazes tanto para a conservação da diversidade biológica como sociocultural, e na valorização das UCs e demais áreas protegidas (BRASIL, 2006b).

A criação de UCs se constitui numa das principais formas de intervenção governamental, buscando reduzir as perdas da biodiversidade, em contraponto à degradação ambiental imposta pela sociedade capitalista atual (VALLEJO, 2002). Nas últimas décadas, aumentaram o número e os tipos de estudos geográficos sobre as unidades de proteção ambiental, tanto federais, estaduais e municipais.

Já existem na geografia um certo número de estudos de alta qualidade, porém ainda dispersos sobre as relações entre natureza e sociedade nas UCs. Isso reflete a definição por novos objetos de investigação, e a oportunidade de pôr em prática a integração da geografia física e humana, incorporando abordagens teóricas e metodológicas de outras disciplinas (GUERRA; COELHO, 2012). E junto com os estudos da geografia, outras ciências sociais e naturais desenvolvem diferentes abordagens nos aspectos relacionados às áreas protegidas, bem como ciências ligadas à saúde reconhecem os benefícios das áreas naturais em seus estudos, como por exemplo estudos da educação física nas atividades de aventuras na natureza. Há ainda que se destacar os estudos da área do Turismo para esta temática, pois analisam a prática do turismo em áreas naturais de uma forma mais abrangente, buscando compreender diversos campos como a gestão, o planejamento, a percepção do visitante, a diversificação das atividades e outros elementos.

A relação entre população e recursos é antiga, e gera uma preocupação geográfica que inspira movimentos sociais, ambientais e territoriais. Essa preocupação tem levado à delimitação, controle e defesa dos territórios de defesa dos seres vivos, restrição do acesso aos recursos e do seu uso, e elaboração de políticas ambientais com o intuito de preservar os recursos naturais e as suas fontes (GUERRA; COELHO, 2012).

O debate a respeito das questões ambientais é um reflexo da discussão sobre as questões humanas, onde se quer garantir a conservação de áreas que tragam maior contato com a natureza, com as paisagens ambientais de importância e de beleza cênica, bem como a preservação de espécies.

A visitação em áreas naturais, motivada pelo desejo de estar em contato com a natureza é uma prática antiga. Elementos facilitadores como os modernos meios de transporte, sistema viário, melhor padrão de vida da população, disponibilidade de tempo, melhoria nos sistemas de comunicação, aumento da população, fizeram com que a busca pela recreação nessas áreas aumentasse surpreendentemente (TAKAHASHI, 2004). Além destes elementos facilitadores, a procura por áreas naturais conservadas também é um reflexo da sociedade contemporânea, tanto pela

disseminação do turismo em áreas naturais, das práticas esportivas e do aumento de atividades de recreação ao ar livre.

A conservação da natureza consiste em um manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural. A conservação dos elementos da natureza se faz necessária, para que se possa produzir o maior benefício, nos padrões de sustentabilidade, à atual geração, com a manutenção do seu potencial para as necessidades das futuras gerações, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (BRASIL, 2000).

Para Vallejo (2002), a criação de UCs denota uma abordagem biológica, enquanto manutenção das espécies que ocorrem em determinado espaço. Sua criação está associada com os atributos básicos de sobrevivência das múltiplas espécies que integram a complexa teia de relações dos ecossistemas. Ao empenharem-se pela sobrevivência, as espécies interagem entre si e com o meio físico, exercendo um nicho, que é o próprio ecossistema. Daí a necessidade de se conservar o seu meio físico, o seu habitat.

Há também a necessidade de se estabelecer o controle do homem sobre o próprio homem, protegendo a natureza, no sentido de que ao longo dos tempos, houve uma contínua e crescente procura dos recursos naturais como fonte de riqueza, de desenvolvimento e de crescimento econômico.

O modo de produção capitalista, e o desenvolvimento estabelecido a partir da Revolução Industrial geraram um aumento quantitativo e qualitativo no processo de destruição da natureza, assim, reações provocaram a organização de uma parte da sociedade preocupada em conservar a natureza (MOREIRA, 2011).

A proteção da natureza não se faz apenas para garantir a nossa sobrevivência, nem tem como objetivo principal lucrar com ela; a proteção da natureza é antes de tudo uma necessidade moral essencial, é parte de nossa identidade como habitantes da terra (MILANO, 2002). Nesta análise, as UCs são espaços carregados de valor, diferente do aspecto econômico.

A criação de um parque por um setor governamental institui a produção de um território, cujos objetivos estão voltados para a proteção de riquezas naturais valorizados por esta sociedade, seja ela na atualidade ou para as futuras gerações.

A criação e a manutenção de uma UC dependem da agregação de valores mensuráveis e não mensuráveis motivadores da própria ação de conservar, pois os atores da conservação fazem parte da própria sociedade (VALLEJO, 2002).

Além disso, as atividades de uso público das UCs devem estar vinculadas ao componente educativo para a estimulação do aprendizado do visitante e não apenas à recreação ou entretenimento (MILANO, 2001). O crescimento no número de áreas de conservação representa também, o crescimento de uma conscientização ambiental frente às questões ecológicas, de forma a garantir a manutenção e conservação de espécies de flora e fauna, de forma a manter um patrimônio ambiental que reflete em qualidade de vida humana, e também em questões de uso público, como no caso desta pesquisa, a oportunidade de realização da visitação, nas atividades de ecoturismo.

A criação de uma UC traz implícitas as mudanças de hábitos e costumes da população local, que deve participar ativamente do processo de criação e planejamento, para que no futuro, contribua para o sucesso do objetivo de conservação (DIOS; MARÇAL, 2012).

O SNUC organizou a gestão das UCs no Brasil, regulamentando suas diversas categorias e seus objetivos de conservação (BRASIL, 2000). Este sistema está dividido em doze categorias de UCs, divididos em dois grupos: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos. Existem as UCs que precisam de maiores cuidados, pela sua fragilidade e particularidades, e aquelas que podem ser utilizadas de forma sustentável ao mesmo tempo.

O SNUC estabelece uma série de parâmetros para a criação e o manejo dessas áreas, criando um sistema com categorias diversas. Elas podem variar, por exemplo, quanto ao grau de proteção, onde são criadas UCs onde sequer é permitida

a visitação, até áreas que comportam indústrias e cidades em seu interior, ou a passagem de estradas e de rodovias.

No grupo das UCs de proteção integral, estão as categorias em que é vedada a utilização direta dos recursos naturais, sendo permitidas apenas o desenvolvimento de atividades de pesquisa científica, educação ambiental e turismo. Os objetivos desses espaços são a preservação dos ecossistemas com o mínimo de intervenção humana (BRASIL, 2000). Segundo o Ministério do Meio Ambiente, este sistema foi concebido para planejar e administrar de forma integrada as UCs, favorecendo que amostras significativas de populações, habitats e ecossistemas estejam sendo representadas no território nacional, podendo ser gerenciadas pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), e mesmo particulares, criando um sistema que pode ser coletivamente planejado.

O SNUC possui objetivos assegurados em lei, entre eles se destacam a contribuição na conservação das variedades de espécies biológicas e também de recursos genéticos em suas águas jurisdicionais; proteção de espécies ameaçadas de extinção; contribuição na preservação e restauração dos ecossistemas naturais; promoção do desenvolvimento sustentável; promoção da utilização de princípios e práticas de conservação da natureza; proteção de paisagens naturais e pouco alteradas que possuam notável beleza cênica; proteção das características relevantes de natureza geológica, morfológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e também cultural; recuperação ou restauração dos ecossistemas degradados; deve proporcionar meios de incentivo às atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; valorizar tanto economicamente como socialmente a diversidade biológica. Deve ainda favorecer condições para o desenvolvimento de educação e interpretação ambiental, como também a recreação no contato com a natureza, e por último, dos subsídios para a proteção de recursos naturais que sejam necessários para a subsistência de populações tradicionais, fortalecendo o respeito e o valor do conhecimento e cultura na sua promoção social e econômica (BRASIL, 2000).

A constituição administrativa do SNUC engloba como órgão consultivo e deliberativo o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, com as atribuições de acompanhar a implementação do sistema; como órgão central o Ministério do Meio Ambiente. Os órgãos executores serão o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, os órgãos estaduais e municipais, com a função de implementar o SNUC, de subsidiar as propostas de criação e administrar as UCs federais, estaduais e municipais, nas suas respectivas esferas de atuação (BRASIL, 2000).

Cabe destacar também a atuação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, que é uma autarquia em regime especial. Vinculado ao MMA integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA (BRASIL, 2007). O ICMBio tem como atribuições, executar as ações do SNUC, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União. Além disso, esse instituto pode fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade, e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das UCs federais.

Diferentes áreas protegidas podem otimizar a criação do mosaico de UCs, onde unidades com proximidades físicas tracem um processo de gestão com visão mais ampla, onde ficam implícitos os conceitos de corredores ecológicos como porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando as UCs (CASTRO JUNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2012). Desta forma, na constituição de uma área de preservação, a mesma não deve ser observada de forma isolada, é preciso analisar sua configuração macroespacial, de forma a haver uma associação com as outras UCs criando a possibilidade para migração de animais e reprodução de espécies.

No Brasil, os problemas de criação e manejo das áreas protegidas são inúmeros, e vão, desde a motivação para sua criação, utilizando-se a questão ambiental para a criação de uma estratégia política, e problemas também no conhecimento detalhado daquilo que se quer proteger, até a efetiva gestão dos espaços destinados à proteção (PÁDUA; BODMER; CULLEN; 2002). Além destes entraves citados pelo autor, outros elementos como falta de investimentos, falta de

recursos humanos para implementação dos projetos, para fiscalização das áreas também são observados.

Boa parte dos atrativos naturais brasileiros está localizada dentro de UCs, assim, seus gestores têm uma difícil tarefa: conciliar esse uso com a conservação dos recursos naturais e culturais sem degradar o ambiente (TAKAHASHI, 2004). São diversos os desafios enfrentados em uma área de proteção, mas é preciso associar a divisão de tarefas com seus atores envolvidos. Visitantes, gestores, comunidades locais, todos devem conhecer as particularidades da área, de forma a oportunizar seu uso público de forma mais harmoniosa possível tanto social como ambiental.

3.2 PLANO DE MANEJO E PLANO DE USO PÚBLICO

A criação de uma UC envolve algumas etapas técnicas importantes. Somente as características físicas da área natural não são suficientes para garantir sua manutenção. O SNUC estabeleceu como norma a realização de estudos técnicos e de consulta pública, que permitam identificar a localização, dimensão e limites mais adequados para a unidade (BRASIL, 2000). Entre estes estudos técnicos, a formulação do Plano de Manejo, e assim respectivamente, seu plano de uso público, são documentos de vital importância para garantir todas as execuções necessárias dentro da UC, além de serem documentos públicos que assegurem a identidade e manutenção da sua área.

Segundo Milano (2001), tanto o Plano de Manejo como o plano de uso público são considerados como ferramentas técnicas ou instrumentos de organização dos processos, os quais permitem otimizar as ações destinadas para alcançar os objetivos propostos quando houve a criação da UC.

É determinada a elaboração de Planos de Manejo para qualquer espécie de UC e a instituição de zonas de amortecimento ao seu redor, com exceção das APAs e RPPNs (BRASIL, 2000).

Em uma definição bastante simplificada, Ceballos-Lascurian (1996) define manejo como um conjunto de ações que lidam com operações do cotidiano, que serão necessárias para alcançar os objetivos de um plano. Quando se fala de manejo de uma área protegida, deve-se ter ações adequadas para lidar com todos os recursos nela existentes, biofísicos e humanos. Reconhecer os processos ecológicos e as atividades humanas que ocorrem nessas áreas e no seu entorno são necessárias, pois interferem com esses ecossistemas.

Como as UCs possuem funções científicas, sociais, políticas, econômicas e ambientais importantes, e considerando que um crescimento desordenado da recreação em UCs pode comprometer seus objetivos de criação, é essencial destacar a necessidade de investigação e de planejamento (TAKAHASHI, 2004). O Plano de Manejo deve conter as orientações para as atividades e ações, ele se constitui no documento pelo qual o gestor da UC guiará seu trabalho de administração. É um documento que trata do futuro, implica em ação e identifica as pessoas ou organizações que realizarão as propostas (MILANO, 2001).

Segundo Kinker (2005) toda UC deve ter seu Plano de Manejo-PM elaborado no prazo máximo de cinco anos após a data de sua criação, e esse plano deve ser atualizado também a cada cinco anos, por não representarem fenômenos estáticos, os elementos naturais e seus processos sofrem alteração e ainda, a pressão antrópica sobre os mesmos deve ser considerada.

É preciso fazer um controle no sentido de promover a sustentabilidade dos recursos e associar à atividade ecoturística. Associar a conexão entre turismo e meio ambiente não é fácil, principalmente na preocupação com o aumento do número de visitantes e a falta de recursos para o manejo da visitação. Estas características revelam o quanto gerenciar uma área protegida pode ser um processo complexo. Além de garantir uma visitação de qualidade, com poucos recursos humanos e financeiros, ainda assim, a UC deve manter seus princípios de criação no que se referem à proteção e à manutenção de espécies.

Quase todas as categorias de manejo das UCs instituídas pelo SNUC podem ser abertas à visitação, com exceção das estações ecológicas e das reservas

biológicas. No caso das que permitem a visitação, torna-se indispensável um instrumento denominado plano de uso público, um documento oficial que visa ordenar e orientar o uso da UC, promovendo a experiência de estar na natureza, educando e divulgando sua importância. Este documento identifica oportunidades de recreação, conciliando seu uso com a conservação, definindo áreas, permitindo atividades, infraestrutura necessária e delineando trilhas para sua implementação (NELSON, 2012).

Para que a visitação possa ocorrer de forma satisfatória, deve ser observado nos seus respectivos Planos de Manejo e planos de uso público, um zoneamento adequado quanto às áreas passíveis de visitação e outras consideradas primitivas, mais restritas então à preservação da biodiversidade e à pesquisa.

Quanto aos planos de uso público, as atividades previstas para seus visitantes devem estar sempre vinculadas aos elementos educativos, para a estimulação do visitante, não devem ser estritamente vinculadas a um simples entretenimento (TAKAHASHI, 2004).

O plano de uso público pode ser um componente do plano de manejo, pois deve estar inserido no planejamento da UC. Trata-se de uma projeção mais específica, que visa ordenar as ações da UC, de forma que o visitante possa ter o conhecimento dos seus atributos culturais e ambientais, tanto o lazer recreativo como interpretativo.

3.3 OS PARQUES NACIONAIS E O USO PÚBLICO

No âmbito desta pesquisa, os parques nacionais, estaduais ou municipais têm como objetivo principal a preservação de ecossistemas naturais de relevância ecológica e de beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico (BRASIL, 2000).

Retratada como uma das melhores formas para conservar áreas naturais, o uso público através de atividades recreativas e de lazer tem sido vista como uma alternativa para alcançar os objetivos de desenvolvimento e conservação (TAKAHASHI, 2004).

Os parques representam uma das categorias de UCs mais conhecidas do público, daí decorre sua importância, pois, de acordo com a nova tendência mundial, as UCs não sobreviverão se não se integrarem ao planejamento regional, fornecendo oportunidades de desenvolvimento (KINKER, 2005). Em alguns casos, os parques são considerados como os principais locais para recreação e lazer em áreas naturais.

Os objetivos dos primeiros parques nacionais criados em diversos países do mundo, e depois no Brasil, foram o de preservar áreas ainda virgens, geralmente dotadas de paisagens espetaculares e passíveis de visitação (LEUSINGER, 2007). Segundo Drummond (1997), os parques nacionais foram os pioneiros, constituindo sua criação e administração, na mais antiga política ambiental desenvolvida pelo Poder Público.

Para Takahashi (2004), para compatibilizar objetivos distintos como a conservação da biodiversidade, a recreação e a interpretação ambiental, é importante pesquisar, tanto sobre as características dos visitantes, os tipos de usos praticados, e reconhecer as condições ambientais do local. Com isso, observa-se o quanto pesquisas na área de turismo em áreas naturais demonstram sua importância na compreensão do uso público e na organização espacial.

Segundo Leusinger (2007), o uso público em UCs deve sempre ser precedido do seu Plano de Manejo, o que incluiria seu adequado zoneamento da área de visitação e plano de uso público. Como o Plano de Manejo é um documento de difícil confecção, caro e exige pesquisa detalhada da área, muitas vezes a visitação é permitida sem que esse documento tenha sido elaborado, o que pode trazer inconvenientes para a UC.

Contudo, não se deve permitir a visitação sem que haja a clareza dos impactos que esta atividade possa causar à questão da preservação da

biodiversidade. Estes impactos segundo Takahashi (2004), devem ser considerados, e podem estar associados à destruição da vegetação, a erosão nas trilhas, o lixo deixado pelos visitantes, e outros danos que possam afetar a evolução dos ecossistemas, alterando o comportamento da fauna local.

Ainda nas questões dos impactos, Takahashi (2004) salienta que mesmo o pisoteio nas trilhas produz como baixo impacto, a redução da vegetação rasteira e da biomassa, que já podem alterar a composição da flora mediante a eliminação de espécies frágeis. Em alto nível, esse pisoteio poderá acarretar alteração na composição ou perda da vegetação forrageira, extinção de espécies, compactação do solo, alargamento da trilha e diminuição da taxa de infiltração.

Embora a questão dos impactos não sejam os elementos principais desta pesquisa, isso revela o quanto o planejamento é essencial no processo de visitação das UCs, e como pode diminuir os efeitos negativos da visitação.

Ao se planejar uma atividade em alguma área de proteção ambiental aberta à visitação pública, este planejamento deve considerar a sustentabilidade da mesma, elementos importantes devem ser considerados, como a determinação da capacidade de carga da área, o limite aceitável de câmbio, e relacionar o manejo baseado na experiência e no espectro de oportunidades de recreação.

Segundo Lechner (2006), as trilhas são os mais comuns elementos de visitação e de infraestrutura quando ocorre o surgimento de uma nova UC, pois mesmo antes do seu planejamento formal, geralmente elas já existiam antes da instituição da nova área. Pela falta deste planejamento prévio, a abertura de trilhas, ou manutenção das já existentes, resulta em impactos significativos ao ambiente natural, aumentando os custos da manutenção da UC.

Todas as atividades oferecidas aos visitantes de UCs devem ter suas oportunidades e restrições identificadas, ao mesmo tempo em que se pesam as possibilidades de aumentar a preservação dos elementos naturais. As oportunidades podem incluir elementos da paisagem, elementos culturais e educacionais e mesmo ações de manejo. Já as restrições podem derivar do zoneamento, das questões

relacionadas à segurança, fragilidades do ecossistema, presença de espécies raras ou ameaçadas, entre outras (LECHNER, 2006).

Para controlar o número de pessoas na visitação em áreas naturais, os parques utilizam metodologias para calcular o número de visitantes. São utilizadas as metodologias de cálculo da capacidade de carga e do limite aceitável de câmbio no planejamento em áreas protegidas (TAKAHASHI, 2004), e também outras metodologias de monitoramento do impacto de visitantes. Embora não se espere que em uma UC de proteção integral, chegar ao limite de impacto suportado pelo ecossistema diariamente, esse nível deve ser conhecido para a segurança quanto às atividades permitidas sejam alcançadas.

O estudo da capacidade de carga poderia impactar não apenas os recursos biofísicos da área, mas também o caráter da experiência recreativa do visitante (HENDEE; DAWSON, 2002). A capacidade de carga recreativa, segundo Wagar (1964) é um conceito adaptado do manejo de pastagens, para buscar um número ideal de visitantes que uma área pode tolerar, de forma a favorecer uma qualidade elevada de recreação.

Já o limite aceitável de câmbio diz respeito ao quanto de mudança pode ser tolerado nas diferentes zonas da UC, tendo em vista as condições desejadas para sua visitação, neste caso, por ser um processo mais dinâmico, ele necessita de monitoramento e acompanhamento contínuos (TAKAHASHI, 2004).

Dependendo das propostas que serão praticadas na UC, haverá maior ou menor alteração do ambiente natural, seja em razão do impacto causado pela própria atividade, seja pelos itens de infraestrutura que serão necessários. O estudo do limite aceitável de câmbio pode ser implementado quando ela for pensada para uso público diurno e também replicada, ou adaptada para uso noturno.

Outra ferramenta de planejamento é o manejo baseado na experiência, Lechner (2006) define tal procedimento como a análise de que os potenciais usuários tenham suas expectativas atendidas, na medida em que uma diversidade de interesses entre as pessoas que visitam as UCs seja analisada, é preciso identificar

as expectativas dos visitantes ao fazer proposições de visitação. Nem todos os visitantes que optam por realizar trilhas podem ter a expectativa de realizar travessias longas, desta forma, a UC deve estar preparada para atividades diferentes, atendendo às expectativas diferentes dos seus visitantes. A recreação em áreas protegidas é também uma experiência psicológica, cuja qualidade depende tanto quanto ou mais das expectativas dos visitantes em relação à área (TAKAHASHI, 2004).

Quanto ao espectro de oportunidades de recreação, essa ferramenta de planejamento propõe que as experiências de recreação e os seus benefícios aconteçam dentro de um conjunto de eventos que podem ser vistos a partir de um gradiente (GRAEFE; KUSS; VASKE, 1990). Nesta metodologia, a mesma atividade pode ser oferecida e adaptada de forma flexível às necessidades de diferentes usuários, oferecendo da mesma forma a oportunidade individual de recreação (LECHNER, 2006). É o que se espera por exemplo de uso público diferenciado por idades, sexos, mobilidades diferentes, entre outras possibilidades dos seus visitantes.

Os visitantes podem ir em grupo ou sozinhos, podem ter ou não dificuldades de se locomover, escutar ou ver, por isso, o ideal da visitação é que ela seja aberta a todos, independentemente dos seus desafios e habilidades (NELSON, 2012).

Novamente, o objeto desta pesquisa não é identificar qual a melhor ferramenta de planejamento de uso público, mas demonstrar por meio destas que foram apresentadas, como o principal objetivo de qualquer UC que é a proteção do ambiente natural, que a visitação deve estar prevista no Plano de Manejo. Também demonstrar o quanto o plano de uso público deve ser pensado, analisando possibilidades e restrições nele impostas.

Nas reflexões de Takahashi (2004), não existem receitas rápidas a serem repassadas, mas é de fundamental importância estimular o desenvolvimento de pesquisas e ações de manejo, que permitam conhecer o uso público das UCs e a melhor forma de manejá-lo.

Além destas metodologias, deve-se destacar que no Brasil há um conjunto de aspectos que norteiam as atividades desenvolvidas nas UCs, as Diretrizes para

Visitação em Unidades de Conservação (MMA, 2006). Este documento apresenta um conjunto de princípios, recomendações e diretrizes práticas para ordenar as visitas em UCs, desenvolvendo e adotando regras ou medidas que assegurem a sustentabilidade do turismo. Paralelo às formulações de diretrizes, pode haver ainda nas questões de ordenamento jurídico, a formulação de instruções normativas. Segundo Acquaviva (1999), uma instrução normativa se configura como um ato administrativo, que pode dispor sobre normas disciplinares a serem adotadas no funcionamento de um serviço público.

As diretrizes foram desenvolvidas para orientar as ações de planejamento, gestão e implementação das visitas em UCs. A visita deve procurar satisfazer as expectativas dos visitantes no que diz respeito à qualidade e variedades das experiências, segurança e necessidade de conhecimento (BRASIL, 2006a).

Para Blangy e Wood (2001), os objetivos das diretrizes variam de acordo com a entidade que as formula. Mas ressaltam que elas devem auxiliar o visitante a planejar sua viagem e escolher seu destino, deve minimizar os impactos, e motivar o visitante a ser um viajante responsável em termos ambientais, sociais e econômicos.

Entre as suas diretrizes gerais, o MMA orienta que devem ser consideradas as potencialidades e vocações das UCs no planejamento e gestão das visitas (BRASIL, 2006a). Neste sentido, as diretrizes apresentam orientações para diversos tipos de atividades: caminhadas, mergulho, canoagem e *rafting*, voo livre, canionismo e cachoeirismo, montanhismo e escaladas, ciclismo, visitas a cavernas, observação embarcada, utilização de animais de montaria e acampamento, mas não apresentam determinações para orientar as UCs na formulação de atividades de visita noturna. As diretrizes bem planejadas devem levar em conta os vários tipos de visitantes, e entre outros métodos de comunicação, devem analisar com critérios o público que as utilizará (BLANGY; WOOD, 2001).

Para Blangy e Wood (2001), os administradores de áreas protegidas devem considerar que as diretrizes também são os meios mais econômicos para atrair os visitantes, pois oferece aos mesmos sugestões e informações sobre comportamentos adequados, os quais em geral, gostam de ter acesso a elas. Para estas autoras, a

falta de informação e de compreensão é responsável por danos culturais e ambientais causados pelos turistas.

Como o processo de construção de diretrizes já existentes foi um processo coletivo, que passou pelo estudo da experiência das atividades já desenvolvidas, avaliando a contribuição dos gestores, dos analistas ambientais, da comunidade em geral, das pesquisas relacionadas aos tipos; a proposição desta pesquisa vem ao encontro de potencialidades e vocações dos PNs brasileiros, na intenção de reconhecer as principais atividades desenvolvidas e discutir proposições para diretrizes de visitação noturna.

A participação consciente, responsável e ativa dos visitantes e das instituições envolvidas direta e indiretamente com a visitação em UCs é fundamental para agregar a conservação e o uso público dos ambientes naturais (BRASIL, 2006a). Todas as entidades envolvidas com os visitantes deveriam participar da elaboração das diretrizes, isso porquê evitariam propostas coincidentes, e as tornariam mais abrangentes (BLANGY; WOOD, 2001).

3.4 TURISMO EM ÁREAS NATURAIS

A utilização das UCs pelo público é uma maneira de aproximar as pessoas da natureza enquanto gera renda para a sua conservação e para os moradores do seu entorno (NELSON, 2012).

As UCs mantêm seus objetivos de preservação, conservação e manutenção de espécies, e estão associadas à visitação, o que pode configurar ao ramo do turismo, uma atividade econômica e com potencial crescimento. Segundo o estudo de Teles (2002), muitas pessoas têm procurado estas áreas para o reconhecimento de espécies, contato com a natureza, visitação de locais de beleza cênica, fuga do estresse urbano, piquenique, encontros entre familiares e amigos, entre outros objetivos.

Após a instituição do SNUC em 2000, Nelson (2012) identificou que no Brasil, várias categorias de unidades foram oficialmente destinadas à visitação, incrementando ainda mais o turismo em áreas naturais. Entretanto, em números, o turismo em áreas naturais no Brasil ainda é pequeno se comparado com a mesma atividade na América do Norte. Segundo pesquisa de Souza; Thapa e Castro (2017, p.4), em 2015, as UCs do Brasil receberam 8 milhões de visitantes nacionais e internacionais em uma área total de 79 milhões de hectares. Este território é mais do que o dobro da área administrada pelo Sistema de Parques Nacionais dos Estados Unidos, que recebeu cerca de 300 milhões de visitantes no mesmo ano.

Mesmo assim, observa-se que as UCs, conforme a natureza e características, as quais lhes trazem singularidade espacial, tem se transformado em importantes ofertas turísticas, apresentando procura e aceitação por parte de seus visitantes.

As pessoas sentem a necessidade de usufruir, da melhor maneira possível o seu tempo disponível, tentando minimizar os efeitos negativos oriundos das vivências cotidianas, as quais podem interferir nos níveis qualitativos da existência humana (TAHARA, 2006). Para Oliveira e Vargas (2009) ao longo de sua evolução enquanto espécie biológica, o homem desenvolveu sua organização social e, junto com ela, criou sua cultura, gerando novas formas de relacionamento com a natureza.

O turismo na natureza é aquele que faz uso dos recursos naturais relativamente bem preservados. Na definição de Ceballos-Lascurian (1996) fazem parte desse segmento o turismo de pesca, os safáris de caça, safaris fotográficos, turismo de aventura, ecoturismo e outros.

Atualmente, as pessoas buscam o contato com o ambiente saudável, a natureza, sendo para alguns, uma das maiores motivações para suas viagens. Esta motivação, em certos casos, pode ser decorrente da deteriorada qualidade de vida nos centros, da deterioração dos ambientes urbanos, da poluição sonora, visual e atmosférica, dos congestionamentos e das doenças provocadas pelo desgaste psicofísico das pessoas (TELES, 2002).

A busca por locais com natureza protegida, configura-se para alguns, como um escape das tensões do dia a dia, do desgaste das relações sociais em ambientes urbanos, de uma necessidade pessoal em desacelerar o ritmo de vida, e buscar um contato de prazer, de descanso em ambientes de natureza conservada.

O turismo pode gerar benefícios para as UCs como renda para sua manutenção e para ajudar as comunidades do entorno, e ainda, a experiência de visitar uma área natural pode ser ímpar, neste sentido tanto moradores como turistas podem apoiar uma UC (CEBALLOS-LASCURAIN, 1996).

Segundo Moreira (2011) o turismo acontece porque as pessoas viajam por diferentes motivações, às quais podem ser as atividades esportivas, o descanso, distração, fuga da rotina, entre outros. Assim, o turista busca no turismo uma forma de satisfazer essas necessidades, fugindo da rotina do seu dia a dia.

O turismo é uma atividade crescente e vem diversificando seu campo de estudo e suas técnicas de trabalho. Para a Organização Mundial de Turismo (OMT, 1994), o turismo compreende as ações realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, por lazer, negócios ou outros.

Não é possível limitar uma definição específica de turismo. Sem dúvida, possui uma função socioeconômica, pois gera bens e serviços para a sociedade. Por se tratar de algo que envolve um deslocamento temporário, envolve diferentes componentes fundamentais, como transporte, alojamento, alimentação, e ainda o entretenimento – lazer e atrações (LAGE; MILONE, 2000).

A oferta turística engloba tudo o que o local de destino tem a oferecer para seus turistas atuais e potenciais, representada pela gama de atrações naturais e artificiais (WAHAB, 1991).

A inter-relação entre o turismo e o meio ambiente é incontestável, uma vez que este último constitui a matéria-prima da proposta. Os recursos do meio ambiente adquirem a função de atrativos para os turistas (RUSCHMANN, 1997).

Com as especificidades nas atividades turísticas, é cada vez maior a segmentação no turismo. Diversas são as motivações e assim novas terminologias são criadas (MOREIRA, 2011). Assim o turismo desenvolvido em UCs pode ser de vários segmentos, dependendo sempre da sua característica que determine a natureza da visita.

Pode ser observado nas UCs, principalmente o turismo de lazer, como forma de fugir da rotina e conhecer novos lugares, com características diferenciadas, e forte interação do turista com os elementos da natureza em sua forma mais preservada. Há ainda o ecoturismo, motivado por pessoas que apreciam o contato com a natureza, observar animais, identificar plantas, fotografar paisagens, visualizar nascentes d'água.

A prática do ecoturismo é uma forte expressão do turismo em UCs pois nesta modalidade específica, o turista tem a oportunidade de realizar o lazer junto à natureza, como caminhadas e trilhas. Estão envolvidos os aspectos de educação e de interpretação ambiental, sendo o enfoque principal à natureza do local visitado. Para Kinker (2005), o ecoturismo se diferencia dos demais pelas experiências que o visitante tem com a área protegida. Diferentemente do turismo de caça e pesca, usam-se os recursos naturais de forma indireta, isto é, não se retira nada do ambiente, que é apenas apreciado.

Alternativas ainda presentes no turismo em UCs, são aquelas que desejam fortalecer a participação da comunidade como forma de sustentabilidade e participação dos seus moradores locais. Segundo Moreira, (2011), pode ser identificado o turismo rural, onde o visitante busca seu descanso e um contato mais forte com as tradições do campo; ou o turismo de aventura, onde a opção de poder praticar alguma atividade mais ligada às emoções, que liberem mais adrenalina como escalada, rapel, tirolesa, corrida, tragam mais emoção, com experiências mais radicais segundo o estilo do visitante, ou proposições mais ligadas ao ecoturismo propriamente dito, que envolvam aspectos de educação e de interpretação ambiental.

Contudo, é preciso destacar o turismo ligado à natureza requer uma série de precauções, de forma a garantir a manutenção das espécies animais e vegetais

existentes na oferta turística, o preparo dos agentes que farão a condução desta visita, e o respeito do visitante, o qual deve perceber que aquela área que utiliza possui uma interação de diversos outros organismos.

Assim, o turismo desenvolvido em UCs deve ter um caráter sustentável, tanto para os agentes que o propõem, como para a área natural que é visitada. Segundo Ferreira e Pompéia (1999), o turismo sustentável é aquele que, de fato, beneficia a comunidade local, e deve ter como princípio do ponto de vista ecológico, o resgate e a preservação do patrimônio natural: o respeito à capacidade de suporte para que haja preservação duradoura dos recursos e atrativos; a promoção ecológica por meio da educação ambiental; a manutenção das condições que mantêm a biodiversidade.

Nos estudos de Ruschmann (1997), o turismo em ambiente natural pode promover impactos positivos, que devem ser destacados:

- Criação de planos e programas de conservação e preservação de áreas naturais, preservação de sítios arqueológicos e de monumentos históricos;
- Investimentos em medidas preservacionistas pelos empreendedores;
- Valorização de regiões que devem ser conhecidas por meio de programas especiais (ecoturismo);
- Implantação de equipamentos turísticos e de medidas preservacionistas;
- Interação cultural e aumento da compreensão entre os povos;
- Recuperação psicofísica;
- Aumento de renda e melhor distribuição entre as comunidades receptoras;
- Utilização mais racional dos espaços e a valorização do convívio direto com a natureza.

Contudo, esse mesmo turismo também pode provocar impactos negativos. A impressão que se procura passar é que, por ser uma atividade que acontece na natureza e promove princípios ambientalistas, tem impacto insignificante ao meio ambiente, e pelo contrário, se não for bem planejado, o ecoturismo pode gerar mais impactos do que qualquer outro segmento do turismo (KINKER, 2005).

Na concepção de Teles (2002), estes impactos podem ser destacados nos seguintes efeitos:

- Barreiras sócio psicológicas entre as comunidades receptoras e os turistas;
- Economicamente, o dinheiro trazido pelos turistas circula apenas em tipos restritos de organizações e as camadas mais pobres ficam com uma parcela pequena;
- Ecologicamente, o turismo implica na ocupação e na destruição de áreas naturais, que se tornam poluídas e urbanizadas, pela presença e pelo tráfego intenso dos turistas.

Além de outros impactos que podem ocorrer com a coleta de produtos como frutos, flores, mudas; os resíduos produzidos e descartados erroneamente, as possíveis depredações, queimadas produzidas acidentalmente ou voluntariamente, entre outras.

Também deve-se avaliar o comportamento do visitante em UCs. A falta de cultura turística dos visitantes faz com que se comportem de forma alienada em relação ao meio que visitam, acreditam que não têm nenhuma responsabilidade na preservação da natureza e na originalidade das destinações. Entendem que seu tempo livre é sagrado, que tem direito ao uso daquilo pelo qual pagaram e que, além disso, permanece pouco tempo – tempo insuficiente, no seu entender para agredir o meio natural (RUSCHMANN, 1997).

Por isso é importante a criação de um Plano de Manejo nas UCs, principalmente nas receptoras de visitantes, de forma que administradores públicos e visitantes desenvolvam atitudes e planos de metas que respeitem a sua configuração e agreguem valor ao lugar, dando continuidade à sua preservação, bem como oportunizando o desenvolvimento econômico de sua população local.

4 DIFERENTES SENSações E EXPERIÊNCIAS NO USO PÚBLICO EM UCs

4.1 A VISITAÇÃO E A PERCEPÇÃO ESPACIAL

O objetivo geral das UCs é conservar espaços com atributos ecológicos importantes. Algumas delas, como no caso dos parques, são estabelecidas para que sua riqueza natural e estética seja apreciada pelos visitantes (DIEGUES, 1997). Schwartz (2006) identifica que no caso do Brasil, pelas suas características geográficas e por oferecer uma riqueza de eventos geofísicos e climáticos, há maior capacidade para o desenvolvimento de experiências marcantes, favorecendo a participação ativa de lazer.

O planejamento de atividades de recreação e ecoturística tem se diversificado nas UCs. Sem deixar de lado seus objetivos de preservação e de conservação, novas oportunidades são organizadas para direcionar experiências diferenciadas ao seu visitante, na busca por estímulos e sensações inovadoras, mais desafiadoras, ou mesmo o ineditismo de modalidades de relação com o meio natural.

A busca por locais com natureza preservada para o turismo é crescente, em parte por existirem visitantes curiosos para ver *in loco* espécies nativas, locais exóticos com belezas conservadas, em parte por serem locais distantes, onde o fator de isolamento preservou alguns fragmentos preciosos de formações, com proporções reduzidas se comparadas à sua área original.

Elementos do estilo de vida urbano como a competitividade, o sedentarismo, aumento da violência, dos níveis de estresse, os modismos, entre outros mais, geram uma ansiedade capaz de mobilizar alguns indivíduos a assumirem posições alternativas no contexto de suas práticas de lazer (SCHWARTZ, 2006).

Silva (2004) afirma que com a aproximação do homem ao ambiente em sua forma mais natural, há uma catalisação dos níveis de participação dos órgãos dos sentidos, favorecendo uma integração maior entre contemplação, percepção e ação.

É identificado por Tahara (2006) que estas vivências junto à natureza podem trazer novas oportunidades de se assumir riscos controlados, características das vivências lúdicas, associadas às aventuras, do ineditismo, da novidade, capazes de instigar novas sensações e emoções diversas daquelas do cotidiano.

A compreensão, a reflexão sobre a forma como o homem tem as suas experiências no ambiente natural, trazem questões sobre como se dá essa relação. Schwartz (2006) analisa que tipo de vivências emocionais estão sendo buscadas, como são tratadas as situações de risco controlado e os benefícios que tais vivências e experiências podem produzir.

Kinker (2005) identifica que há diferentes técnicas, que abrangem diferentes oportunidades e necessidades, as quais podem atender a diversidade de pessoas que tem acesso à unidade.

Isso também é observado por Bruhns (1997), quando observa que a repercussão das emoções e da aventura oferecidas pelas atividades praticadas junto ao ambiente natural, tendem a colaborar para uma harmonização do homem com a natureza, consigo mesmo e na redefinição das suas habilidades sociais.

A natureza vem se tornando parceira indispensável, requerendo uma conservação ambiental com relação às práticas nela realizadas, associadas a um processo educativo, no qual a obtenção de conhecimento se mostre como um instrumento de compreensão das relações estabelecidas entre sociedade e meio ambiente (MARINHO, 2006).

Há uma certa dificuldade em diferenciar percepção e sensação. Segundo Moreira (2006), fundamentada na Psicologia, o ser humano, equipado com sensores que recebem como informação as alterações do meio ambiente, haverá o processamento desses dados de acordo com seu patrimônio genético, imunoquímico, intelectual, cultural, familiar e afetivo. Esse processamento complexo é denominado como percepção.

Isso traz um caráter subjetivo ao tema da percepção espacial, afinal, a forma como cada indivíduo percebe o espaço, as formas como mantêm relações com este,

vêm das experiências e vivências de cada um em particular. Não há como se estabelecer um modelo, ou um parâmetro comum para se definir as relações de percepção espacial. Na análise de Bruhns (1997), os entendimentos, sentimentos e sentidos manifestam-se concomitantemente no corpo humano, relacionando-se com a natureza.

Não é possível estabelecer uma forma de como cada observador poderá organizar o seu ponto de vista em um determinado lugar, ou em determinado tempo. A forma como cada indivíduo percebe o espaço, está ligado às associações das informações já concebidas do lugar, das experiências vivenciadas e da opinião particular.

A percepção do espaço está carregada das subjetividades das relações do homem com o meio, das suas ideias preconcebidas do espaço, e também dos sentimentos atribuídos ao local. Assim, aspectos da relação com a paisagem, as memórias e os aspectos culturais do indivíduo, também devem ser levadas em conta para a construção de identidades que se projetam no espaço.

A percepção é algo individual, e no processo perceptivo, a interpretação depende da bagagem que a memória carrega, da experiência e motivações que cada indivíduo possui, o que faz a diferença na forma de ver o mundo (OLIVEIRA; COSTA, 2006). Da mesma forma Machado (2006) afirma que aspectos emocionais vivenciados em etapas distintas da vida humana, sua intensidade, significado e relevância, podem influir na percepção desse indivíduo, e conseqüentemente, podem refletir em seu comportamento, ações e reações, frente aos acontecimentos que lhes forem ofertados, podendo determinar o nível e a qualidade de sua participação no contexto social.

Esse caráter subjetivo que a percepção adquire, também é explicado na medida em que varia de acordo com a individualidade, o gênero, a idade, os traços culturais, vivências de mundo. Estas características individuais fazem com que as suas considerações sejam particulares, reflexos do seu mundo e das suas experiências.

A percepção espacial pode estar associada aos diferentes elementos e configurações que este apresenta ao seu observador. Assim, analisando as produções científicas sobre o tema, pode-se dizer que há delineamentos característicos sobre a percepção do meio urbano, a percepção do espaço rural, e também a percepção dos aspectos físicos naturais ou ambientais.

Assim, os autores Cunha e Leite (2009) trazem uma nova terminologia para as percepções dos espaços naturais, a denominada percepção ambiental, observando que o aspecto essencial é o da questão das relações entre o homem o meio ambiente. De como cada indivíduo o percebe, o quanto conhece do seu próprio meio, o que espera dele, como o utiliza, e qual a sua ação cultural sobre esse meio físico.

A visão humana de mundo, do ambiente físico natural ou construído socialmente, é diferente das experiências perceptivas em relação aos aspectos culturais, os conceitos e valores incutidos, o que traz como consequências, as atitudes que tomamos perante a realidade que nos cerca (CUNHA; LEITE, 2009).

Nas pesquisas relacionadas à percepção espacial, destacam-se os estudos de Tuan (2012). Em sua obra clássica *Topofilia*, Tuan incita a questionar quais foram e quais são os ideais humanos sobre os ideais ambientais. Como os percebem, os situam, os significam no mundo. Cisotto (2013) propõe a examinar a percepção e os valores ambientais, demonstrando a construção desses valores, às visões de mundo, e também na distinção de diferentes experiências ambientais de cada indivíduo, sem deixar de contar as noções espaço-temporais.

A percepção, as atitudes e os valores relacionados ao ambiente foram as principais temáticas concentradas no que definiu como *topofilia*. De uma forma lenta, com estimulação de todos os sentidos clássicos, a *topofilia* traz um envolvimento suave, inconsciente com o mundo físico. É identificado por Moreira (2006) que os simbolismos, as ações comuns, diferenças sexuais e a cultura do indivíduo o induz em seus julgamentos e atitudes com seu meio, ampliando o espectro das sensações que o meio produz sobre o indivíduo.

Percepção é um processo de organizar e interpretar dados sensoriais recebidos (sensações) para desenvolver a consciência do ambiente. Os sentidos podem ser considerados como janelas para o mundo, pois os estímulos detectados pelos sentidos são elaborados para uma percepção significativa e ordenada (OLIVEIRA; COSTA, 2006).

A valorização dos espaços naturais, e consequentemente a percepção mais apurada de seus elementos adquire ainda maior potencial, na medida em que há a diminuição destas paisagens. Na afirmação de Tuan (2012), quando uma sociedade alcança certo nível de desenvolvimento e de complexidade, as pessoas começam a observar e apreciar a relativa simplicidade da natureza.

Essa valorização cresce, na medida em que a crise do visual opressor da selva de pedras se associa a divulgação dos benefícios que trazem o contato com elementos naturais menos alterados (CISOTTO, 2013). A busca por estes ambientes é caracterizada como uma fuga das situações de agravamento vividas no meio urbano atual (TELES, 2002).

Dada a necessidade em se aperfeiçoar os demais sentidos na tarefa da percepção espacial, a percepção ambiental é, atualmente, uma temática recorrente, que colabora para a consciência e prática de ações individuais e coletivas. Para Pacheco e Silva (2007), o estudo da percepção ambiental é relevante para a compreensão das inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, suas satisfações e insatisfações, expectativas, julgamentos e condutas.

Segundo Oliveira e Vargas (2009), é preciso resgatar e estimular novos sentidos de percepção do ambiente, buscando a reintegração do ser humano ao meio natural a fim de que uma consciência crítica das relações sociedade natureza possa emergir, reelaborando novas formas de convívio e de agir.

Quando são consideradas áreas que sofrem influências expressivas, como no caso do turismo em áreas naturais, a percepção ambiental é notadamente importante de ser estudada, pois pode oferecer informações importantes que servirão de subsídios às futuras intervenções (HIRATA; QUEIROZ, 2012).

Os estudos recentes na área do turismo demonstram que, o que os turistas mais procuram não são apenas os lugares, os produtos e os serviços, mas os significados a eles associados, e assim a sua percepção adquirida. Dessa forma, Gastal (2005) define que o turismo não se configura apenas a partir de produtos concretos, mas de imaginários em constantes transformações.

A atividade de produzir e consumir imaginários passou a fazer parte das necessidades básicas do ser humano. Para Gastal (2005), o imaginário construído sobre um determinado local pode resignificar para além do sentido concreto do próprio lugar.

Segundo Oliveira e Vargas (2009), a percepção ambiental estabelece vínculos afetivos do indivíduo com o ambiente vivido através das imagens percebidas e seus significados, as sensações, as impressões e os laços efetivos construídos.

4.2 O ESTÍMULO DOS SENTIDOS NAS VIVÊNCIAS COM A NATUREZA

A experiência que o visitante tem na UC deve ser baseada no uso dos sentidos, no envolvimento, que o levem a perceber e interpretar os recursos naturais e culturais do local (KINKER, 2005).

Nas questões analisadas por Tuan (2012), a forma como a percepção é adquirida pelo seu observador, traz uma reflexão sobre a observação baseada apenas no estímulo visual. Segundo ele, deve-se levar em conta também, as formas como os demais sentidos humanos em forma associada: tato, olfato, visão e audição influem nas maneiras como os indivíduos conhecem, reconhecem e respondem aos estímulos ambientais. Isso demonstra o quanto os outros sentidos também influenciam na percepção espacial, além do que claramente se observa com os olhos. O mundo percebido pelos olhos é mais abstrato que o conhecido por nós, por meio de outros sentidos.

O ambiente é percebido pelos órgãos dos sentidos e pela sensibilidade (MOREIRA, 2006). Para Machado (2000) esses órgãos são aplicações práticas das

grandes vias aferentes, aquelas que levam aos centros nervosos supra segmentares os impulsos nervosos originados nos receptores periféricos. Na explicação deste autor, o reconhecimento do mundo externo se dá de diferentes formas de sensibilidades, nos níveis especial (visão, audição, gustação, olfação, equilíbrio), e geral, composta por tato protopático (grosseiro), tato epicrítico (discriminativo), sensibilidade à pressão, à temperatura (calor e frio), à dor somática (na pele, em áreas localizadas, musculares ou articulares), a dores viscerais (dores difusas), além da propriocepção consciente (articulações) e propriocepção inconsciente (tônus muscular e estados de semicontração muscular).

O corpo humano, como esquema hierarquicamente organizado, encontra-se impregnado com valores resultantes de funções fisiológicas carregadas de emoção e de experiências sociais íntimas (BRUHNS, 1997).

Analizando as questões da percepção espacial e dos sentidos, Oliveira e Costa (2006) identificam que durante certo tempo as pessoas têm percebido o mundo utilizando especialmente a visão, deixam o restante de seus sentidos em um estado de dormência, tornando o homem dependente desse órgão sensorial, que são os olhos. As atividades desenvolvidas no espaço-tempo noturno trarão se não a privação, a diminuição do uso deste sentido especificamente.

Quanto à privação de um ou outro sentido, no caso de haver algum tipo de restrição, seja permanente ou temporária, haverá uma tendência a compensar tal privação, o corpo procura compensar, buscando a apropriação das informações através de outros sentidos. Moreira (2006) explica que a privação de sentidos acarreta uma percepção aguçada de outras formas de sensação.

Para Bruhns (1997), se o visitante quer sentir a natureza, deve entrar em contato com ela, deve vivê-la, ser permeado por ela, engajando todos os seus sentidos para esta experiência.

Também é afirmado por Silva (2004), que o processo de experimentação se traduz na aquisição de conhecimento, por meio das informações sensíveis que

perpassam o corpo como um todo, reconfigurando as relações consigo mesmo, com os outros e com a própria natureza

Moreira (2006) identifica que as sensações e percepções estão num processo contínuo, progredem para cima, a caminho do cérebro, a partir de células detectoras, e para baixo, a partir das suposições e interpretações humanas, numa resposta corporal.

As experiências do corpo com a natureza, numa perspectiva subjetiva, expressam em alguns casos a busca de reconhecimento com o espaço ocupado por esse corpo na sua relação com o mundo, ocorre uma revisão de valores, bem como um reencontro do homem com ele mesmo. Bruhns (1997) indica que essas experiências conduzem a uma aproximação, um reconhecimento da natureza pelo qual nos conhecemos.

Para Tuan (1983), a relação do meio ambiente natural com os sentidos e com os sentimentos manifesta-se constantemente por meio das nossas ações, mas é difícil e complexo generalizar isso tudo em normas. Isso porque cada indivíduo manifesta tais elementos baseado na sua cultura de vida e nas experiências já vivenciadas.

É através da intensa vivência com a natureza que o homem passa a conhecer e a compreender o meio ambiente. Com estas vivências, Oliveira e Vargas (2009) identificam que a pessoa aprende a gostar daquilo que melhor se conhece, e isso implica num relacionamento mais próximo e íntimo com o objeto do conhecimento.

Muito aprendizado pode ser realizado por meio das práticas com a natureza, elas favorecem que os órgãos dos sentidos atuem diretamente, em atividades onde o corpo se integra ao meio, essas informações contidas na natureza passam a ser captadas ou sentidas, e não apenas contempladas (COIMBRA, 2006).

O ritmo de vida cada vez mais urbanizado das pessoas as faz querer fugir da cidade, buscar por paz e tranquilidade. Isso pode criar a busca por novos meios de enfrentamento e novas relações com o meio ambiente (MOREIRA, 2006). Nesse contato vivo e social, segundo Bruhns (2003), o experimentar sensações físicas e

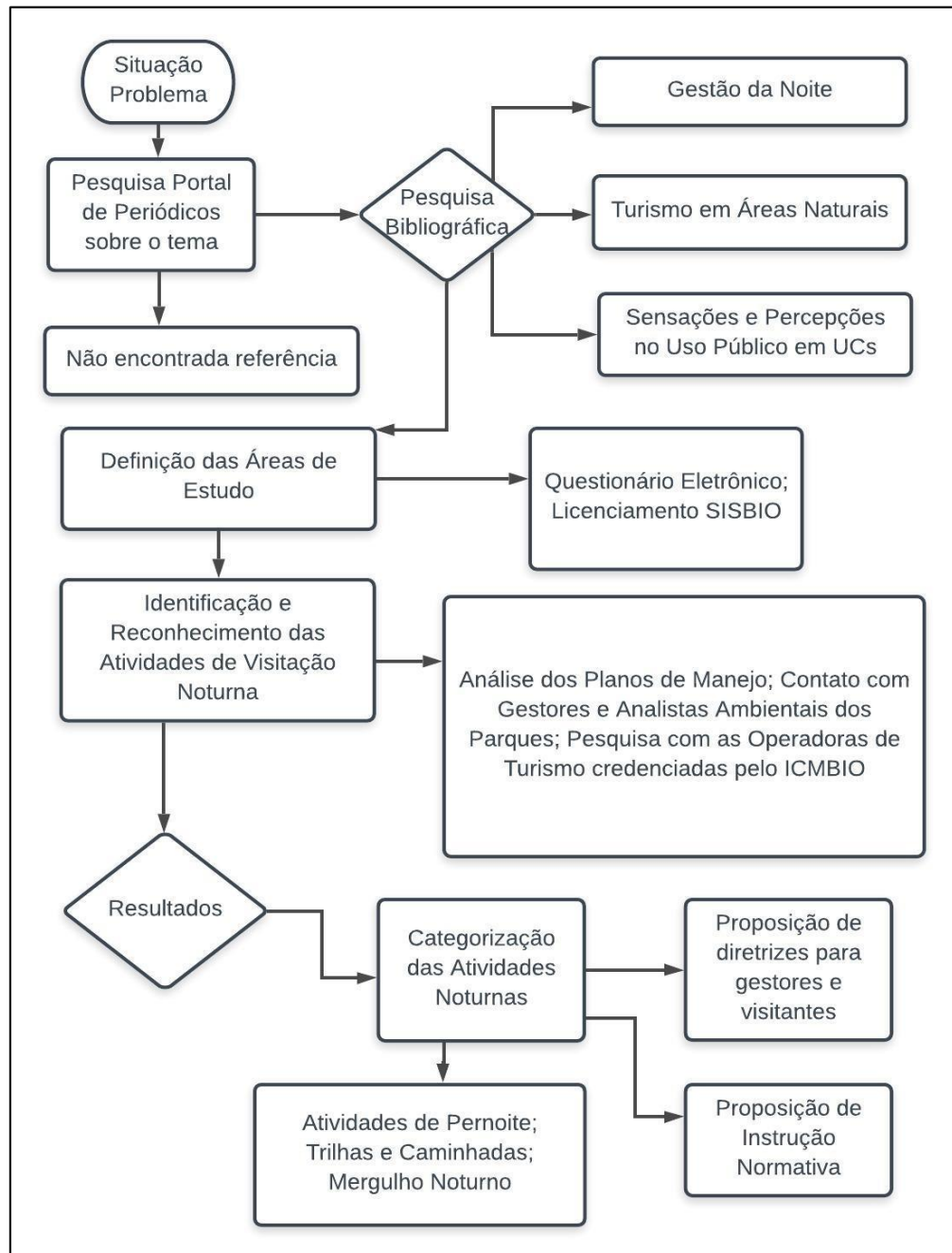
concretas na natureza, ligadas ao corpo e às emoções, traz uma desprogramação das rotinas cotidianas, permitindo às pessoas uma sensação de relaxamento.

Marinho (2006) afirma que destas novas opções, uma grande demanda se refere às atividades com a natureza, buscando questionamentos quanto aos seus significados, bem como às suas repercussões. As novas possibilidades de lazer que surgem a cada dia, podem estar associadas à otimização do tempo e das fugas à rotina do trabalho, mas também são respostas à criatividade e necessidades inerentes dos seres humanos. .

5 MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento da presente pesquisa foram seguidos alguns procedimentos metodológicos para alcançar os objetivos propostos conforme apresentado no fluxograma 1:

Fluxograma 1 – Materiais e métodos



Fonte: o autor

Esta pesquisa possui metodologia exploratória, descritiva e explicativa. A pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito e compreendê-lo por meio da pesquisa bibliográfica, do estudo de casos e da técnica de entrevista/questionário com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado, analisando exemplos que lhes tragam compreensão. Na pesquisa descritiva, busca-se a compreensão das características de determinada população ou fenômeno, ou então, o esclarecimento de relação entre variáveis. Na pesquisa explicativa, o autor tem como análise central a identificação dos fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. O estudo descritivo e o explicativo se complementam pois vão além da simples identificação da existência de variáveis, determinando a natureza desta relação (GIL, 1991).

Esta pesquisa não procurou elaborar hipóteses para serem comprovadas ou refutadas. Como afirma Gil (2007), a hipótese é enunciada como uma proposição, oferecendo uma solução possível, ou seja, uma expressão verbal suscetível de ser declarada verdadeira ou falsa, sendo uma proposição testável, que pode vir a ser a solução de um problema. A hipótese é uma aposta que o pesquisador faz sobre resultados prováveis de pesquisa, ela se caracteriza por apresentar uma força explicativa provisória. Por ser esta uma pesquisa exploratória, o objetivo principal era fazer um diagnóstico das atividades noturnas, não haviam resultados esperados prováveis, não havia como fazer afirmações ou criar propostas de diretrizes, sem um conhecimento real do estado da arte das ações oferecidas pelos parques.

De forma descritiva, cada uma das etapas seguiu a seguinte ordem:

- a. Levantamento bibliográfico: pesquisa de produções acadêmicas relacionadas ao tema, especialmente à gestão da noite, unidades de conservação, ecoturismo e abordagens referentes às visitas realizadas durante o período noturno;
- b. Definição das áreas de estudo: através de um questionário elaborado com ferramenta *online*, os Formulários Google, o mesmo foi enviado aos setenta e dois parques nacionais listados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Deste total, vinte e três parques responderam o questionário

de sondagem. Em um parque que não respondeu ao questionário, já havia confirmação da realização de visita noturna, e nove confirmaram a execução de visita noturna em suas áreas. Com a resposta e posterior definição dos dez parques nacionais que possuem algum tipo de atividade noturna oferecida, houve a solicitação da licença para estudo junto ao mesmo instituto, através do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO, a qual foi liberada sob número 54.216 (Anexo 1);

c. Análise das informações coletadas junto ao questionário de pesquisa: com a aplicação do questionário de pesquisa (Apêndice I), houve a organização das respostas de acordo com as principais características das atividades desenvolvidas e indicações fornecidas pelos gestores dos parques nacionais.

O questionário foi organizado de forma semiestruturada, com opções para respostas de múltipla escolha, e também opção para respostas abertas, oportunizando ao gestor ou analista responsável, a possibilidade de introduzir informações particulares do parque, informando especificidades da visita noturna presente, bem como fazer comentários e sugestões à pesquisa. O formulário encaminhado abordava questões ligadas à existência ou não de visita noturna no parque, quais atividades eram desenvolvidas, quem são os responsáveis pela prática, propostas esportivas presentes no parque, análise da possibilidade de introduzir atividades noturnas e verificação por parte dos gestores na necessidade de diretrizes próprias para a oferta das mesmas.

d. Análise documental dos Planos de Manejo dos dez parques autorizados pelo SISBIO. Os Planos de Manejo são documentos públicos, disponibilizados na página da internet do ICMBio. Com este documento foi efetuada a metodologia da análise do conteúdo de Bardin (1994), na proposta para pesquisa qualitativa. A análise de conteúdo foi sistematizada como método, devido aos estudos de Leavell sobre a propaganda empregada na primeira guerra mundial, adquirindo dessa forma, o caráter de método de investigação (TRIVINOS, 1987). De acordo com Bardin (1994), a definição de análise de conteúdo surge no final dos anos 1940-1950 afirmando que é um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que utiliza procedimentos

sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não), que permitam a inferência de conhecimentos relativos dessas mensagens. A análise de conteúdo de mensagens possui duas funções de comunicação, a função heurística e a função de administração de prova de hipóteses. Nesta pesquisa a função heurística terá maior aplicação pois traz a análise de conteúdo dos Planos de Manejo, para enriquecer a tentativa exploratória, aumentando a propensão à descoberta.

Para Godoy (1995), a análise de conteúdo tem privilegiado as formas de comunicação oral e escrita, o que não deve excluir outros meios de comunicação. Qualquer comunicação que vincule um conjunto de significações de um emissor para um receptor pode ser traduzida pelas técnicas de análise de conteúdo.

Diante disso pode-se afirmar que a análise de conteúdo é um método que pode ser aplicado tanto na pesquisa quantitativa, como na pesquisa qualitativa, sendo que na primeira, o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo, enquanto na segunda é a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é levado em consideração (BARDIN, 1994).

A análise do conteúdo apresenta a utilização de três fases fundamentais: a pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados. Na primeira fase o pesquisador estabelece um esquema de trabalho, com procedimentos definidos, embora flexíveis; depois o cumprimento das decisões tomadas anteriormente, e por fim, apoiado nos resultados obtidos, torna-os significativos e válidos (GODOY, 1995).

Neste sentido, a análise de conteúdo favoreceu esta pesquisa para identificar as principais atividades noturnas desenvolvidas nos PNs, e também para categorizá-las, contribuindo para a elaboração das diretrizes de visita noturna apresentadas a seguir.

Além dos Planos de Manejo, foi realizada pesquisa específica às divulgações dos parques nacionais na internet, procurando informações sobre as visitas em

sites próprios de cada parque (geralmente associados ao ICMBio) ou a outros vinculados aos mesmos. E em alguns casos, mesmo com o levantamento de dados das formas anteriormente citadas, houve comunicação com os gestores dos parques ou seus analistas ambientais, para conferência das informações e atualização das mesmas.

e. Apresentação dos resultados: a análise de conteúdo empregada na revisão documental dos Planos de Manejo, procurou analisar as características ambientais individuais de cada um dos dez parques selecionados, sua relação de significância ambiental, identificação das atividades de visitação previstas nos planos de usos públicos, e reconhecimento daquelas previstas para o período noturno, comparando a forma como são planejadas, normatizadas e executadas.

Com a organização das informações coletadas com o questionário de pesquisa, a análise de conteúdo dos Planos de Manejo, das informações obtidas com os gestores dos parques nacionais, foi possível estabelecer relações entre as práticas de cada um dos parques, fazendo a definição das categorias analíticas e a categorização final das unidades de análise, neste caso, a visitação noturna nos parques nacionais.

Entre as categorias analíticas desta pesquisa, houve a verificação das atividades desenvolvidas pelos parques durante o dia e durante a noite, fazendo os apontamentos e comparações entre as mesmas, das regras e normas de conduta empregadas aos visitantes, da gestão quanto à condução das mesmas, do número de participantes. Tudo isso, procurando identificar as experiências que possam ser replicadas nos demais parques, ou com a possibilidade de sugestão de melhorias ou discussões, permitindo assim a organização de diretrizes de visitação noturna, baseadas nas práticas das atividades noturnas já presentes.

Quanto à categorização final da visitação noturna, as mesmas foram organizadas em três modos: atividades de pernoite e atividades associadas, trilhas e caminhadas noturnas, e mergulho noturno.

A proposta desta pesquisa, é que as diretrizes formuladas possam contribuir em discussões futuras. As propostas de diretrizes e de instruções normativas

produzidas nesta pesquisa também foram apresentadas para colaboradores¹ do ICMBio, como forma de fazer uma discussão inicial das propostas, e também receber análise e sugestões para seu melhoramento.

No quadro 1 estão elencadas as etapas que foram utilizadas na elaboração desta pesquisa.

Quadro 1 – Etapas da pesquisa

Objetivos Específicos	Procedimento metodológico	Material	Técnica de coleta de dados
Reconhecer as atividades de visitação noturna de uso público nos PNS	Questionário online, informação eletrônica (e-mail)	Formulários Google, contato por e-mail	Questionário semiestruturado
Identificar a existência de regras, normas de conduta e controle de visitantes para a visitação noturna	Análise documental dos Planos de Manejo, informação eletrônica (e-mail), sites dos PNS	Planos de Manejo, sites dos PNS, gestores e analistas ambientais	Análise do conteúdo
Apresentar diretrizes para visitação noturna em áreas protegidas, de forma a orientar essa oferta e aperfeiçoar os meios de interpretação ambiental	Análise das diretrizes já existentes nas UCs para as demais atividades de visitação, correlacionando com as propostas noturnas em execução, revisão de literatura, análise das experiências estrangeiras	Diretrizes para visitação em UC (MMA), Planos de Manejo, literatura específica ao tema, sites de UC estrangeiras	Divisão das atividades em categorias analíticas para gestores e para visitantes em UCs

Fonte: o autor

¹ O ex-coordenador-geral de Uso Público e Negócios do ICMBio Pedro Menezes foi um dos colaboradores nesta discussão e troca de informações por *e-mail*.

6 CARACTERIZAÇÃO ANALÍTICA

Neste capítulo será apresentada uma contextualização analítica da gestão de parques ou áreas de proteção internacionais, e também uma análise dos planos de manejo dos PNs com visitação noturna. Estes elementos não são os resultados dos dados apurados, mas se configuram como descrições, que fornecem elementos para compreender experiências estrangeiras, e também a caracterização da área nacional, onde são executadas atividades de visitação noturna.

6.1 ATIVIDADES NOTURNAS IDENTIFICADAS EM OUTROS PAÍSES

Embora não seja um dos objetivos desta pesquisa, também foram pesquisadas as atividades noturnas desenvolvidas em outros países. O objetivo desta investigação era o de identificar as semelhanças com as propostas já desenvolvidas no Brasil, e também características diferenciadas, as quais pudessem embasar a formulação das diretrizes e também em segundo plano, das instruções normativas para os parques nacionais.

6.1.1 Estados Unidos (*National Park Service* – NPS)

Nos Estados Unidos, o *National Park Service*, atende à demanda de serviços e atividades noturnas desenvolvidas nos seus parques nacionais. Eles reconhecem que há diversos anos, o céu noturno inspira gerações de pessoas, e proteger o céu noturno para a observação astronômica, favorece também as qualidades de solidão que certos animais dependem para sobreviver. O NPS reconhece que um céu noturno naturalmente escuro é mais que uma tela cênica, compreendem como um complexo ecossistema que suporta recursos naturais e culturais (NPS, 2019).

Diversos parques norte-americanos oferecem uma vista espetacular do céu noturno, favorecendo boas práticas para a observação astronômica, desde eventos de astronomia com telescópios, como caminhadas de lua cheia com guardas florestais. Existem ainda outros programas de *sound* (sons naturais), alguns com trilhas e caminhadas, observação de fauna e flora, e permissão para camping.

Alguns parques nacionais norte-americanos são certificados como destinos de céu escuro pela *International Dark Sky Association* para locais de observação astronômica. Trata-se de uma organização que incentiva a observação do céu noturno, traz comentários sobre poluição luminosa, lanternas, luzes, e demais elementos que melhoram a observação da natureza à noite. Segundo o NPS (2019), um mundo totalmente novo ganha vida à noite e está esperando para ser explorado.

Cada parque tem liberdade para elaborar as suas regras e normas, conforme as ações que desenvolvem. Possuem uma regulamentação específica para as áreas naturais do NPS, em geral no *Code of Federal Regulations*, o título 36 é o mais específico para as questões dos parques, florestas e propriedades particulares.

6.1.2 Costa Rica

Na Costa Rica, em contato com representantes do departamento de comunicação e imprensa do Ministério do Ambiente, os mesmos informaram que os parques nacionais não desenvolvem atividades de visitação noturna. Existe neste país, uma área natural chamada Reserva Monteverde, é uma área privada, a primeira do país, fundada em 1972. Ela desenvolve um programa de apreciação da fauna e flora ao anoitecer. São amparados pela *Tropical Science Center*, uma organização não governamental dedicada a conservação ambiental no país.

A Reserva Monteverde possui mais de 45 anos de experiência em áreas naturais, considerada um modelo de conservação no país. O passeio noturno oferecido aos seus visitantes propicia uma observação de vida selvagem das espécies que são mais ativas à noite, mostrando um mundo diferente, desde sapos noturnos,

até morcegos. Os passeios noturnos são acompanhados por guias e ocorrem diariamente, saindo da área de recepção da reserva. (RESERVA..., 2019)

Outra área neste país que desenvolve atividades noturnas é o *Bosque Eterno de Los Niños*, onde a *Reserva Bajo del Tigres* realiza caminhadas noturnas com saídas diárias para visitantes. Os atrativos da visita se destacam por ocorrerem em área florestal, com animais em seu ambiente natural, sem passar por alimentação humana, e com possibilidade de visualização do pôr do Sol sobre o Golfo de Nicoya.

6.1.3 Espanha

Na Espanha, as Ilhas Canárias possui visita noturna. Segundo as informações disponibilizadas em *site* específico, esse arquipélago reúne as principais características para a observação de céu noturno, os altos picos, um céu limpo e com pouco vento, estes são elementos que favorecem a observação de estrelas e constelações (GRAN CANARIA..., 2019).

Os melhores pontos de observação estão nos locais mais altos, favorecido principalmente por um fenômeno chamado *Panza de Burro*, quando as nuvens ficam reunidas em uma altura não superior a quinhentos metros acima do nível do mar. Isso bloqueia a luz da cidade e anula a poluição luminosa, facilitando a melhor observação das estrelas (GRAN CANARIA..., 2019).

Nestes três países, além da pesquisa sobre a visita noturna, também houve investigação sobre normatizações já estabelecidas para tais. Contudo, não foram encontrados materiais que embasassem as propostas. Assim como no Brasil, é possível que as atividades ainda estejam sendo implantadas em áreas específicas, e materiais com regulamentações ainda estejam sendo elaborados.

6.1.4 Laos

Na República Democrática Popular do Laos existe uma Área Nacional Protegida (*National Protected Area – NPA*), denominada Nam Et-Phou Louey - NEPL, a região das montanhas eternas e dos rios Nern e Et. Além de manter a biodiversidade florestal e a conservação de espécies ameaçadas, proporciona meios de subsistência sustentáveis para as comunidades rurais do Laos.

O Nam Et-Phou Louey está localizado no nordeste de Laos, em uma área de 410.720 ha. Devido ao seu relevo montanhoso, é a nascente de muitos rios, a área tem floresta primária remanescente, um alto nível de biodiversidade e um número de espécies ameaçadas de extinção, incluindo tigres, cervos e gibões de bochechas brancas (NAMET....2019).

Inaugurado em 2009, o NEPL oferece aos seus visitantes uma excursão de 24 horas em barcos no centro do parque, a *Nam Nern Night Safari*. A viagem envolve a observação noturna da vida selvagem: os barcos de cauda longa descem o rio Nam Nern à procura de animais selvagens e ameaçados de extinção. Atividades adicionais na natureza durante o passeio incluem observação de pássaros, observação da vida selvagem e uma curta caminhada pela manhã. Os visitantes do *Night Safari* passam a noite em bangalôs tradicionais do Laos construídos e geridos pela comunidade. O passeio noturno é agendado para grupos com no mínimo seis pessoas, grupos maiores são atendidos segundo a demanda.

Esta visitação não é apenas uma oportunidade para ver animais selvagens raros, mas a viagem é projetada para apoiar meios de subsistência alternativos para a população local e gerar apoio comunitário para a conservação de tigres e outros animais selvagens. As atividades incluem observação de pássaros, observação da vida selvagem, observação de vida selvagem noturna, descoberta de plantas medicinais e a caminhada.

O *Night Safari* ganhou reconhecimento público e visibilidade internacional, bem como ganhou o "Prêmio de Responsabilidade Mundial do Turismo", ambos no

ano de 2013 e 2014. O projeto atualmente emprega diretamente cerca de 40 famílias e envolve 14 aldeias (NAMET...2019).

O *Nam Nern Night Safari* faz parte do programa de ecoturismo: um fundo de desenvolvimento de aldeias é financiado por avistamentos de animais selvagens pelos visitantes.

6.1.5 África do Sul

O Parque Nacional Kruger é um dos principais destinos de safáris africanos na África do Sul, oportunizando a exploração de paisagens e observação da vida selvagem africana. Os safáris podem ser particulares e exclusivos, em grupos, e com o oportunidade para visualização dos cinco grandes animais africanos (os “Big Five”) em seu habitat natural: elefantes, leões, rinocerontes, leopardos e búfalos.

No Kruger há um safári noturno. O visitante pode experienciar os sons do mato africano com estrelas no céu noturno, com variedade de vida selvagem africana ao seu redor. Os animais descansam durante o dia e começam a ficar ativos após o pôr do sol. Há chance de ver leões e outras espécies noturnas caçando à noite (KRUGER....2019).

Os passeios são feitos em veículos, sob a iluminação de holofotes, iniciam ao final da tarde por volta das 17:00, e terminam por volta das 20:00. Podem ser observados hipopótamos e rinocerontes mais ativos, zebras correndo, gnus, girafas e leões. Guias compartilham conhecimentos especializados e informações sobre cada espécie noturna, suas áreas e comportamento (KRUGER...2019).

Os materiais sugeridos para o passeio são roupas coloridas neutras, camisas de manga comprida, protetor solar, repelente de insetos, se necessário, jaqueta leve, chapéu, câmera e binóculos.

6.2 ANÁLISE DOCUMENTAL DOS PLANOS DE MANEJO

Dentre as ações previstas nesta pesquisa, após a revisão de literatura pertinente aos temas de gestão da noite, unidades de conservação, do turismo em áreas naturais, e da temática de percepção e de sensações de lazer na natureza, foi feito um levantamento dos parques nacionais que possuem visitação realizadas no período noturno. Para identificar os parques com tais atividades, foi elaborado um questionário *online* através da ferramenta Google Formulários, e enviado aos setenta e dois parques listados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Houve retorno de vinte e quatro gestores e analistas de PNs. Deste montante, dez parques responderam afirmativamente em relação à execução de visitas noturnas.

Para compreender melhor como são executadas essas propostas, houve a pesquisa nos Planos de Manejo destes parques para a verificação dos usos públicos dos mesmos. Em alguns casos, os PMs possuem mais de dez anos de elaboração. Nestes, optou-se por aprimorar a pesquisa diretamente nos sites dos respectivos parques, como mais uma fonte de pesquisa, e também para assegurar o relato das informações. Em outros casos, foi estabelecido contato com os gestores e analistas ambientais dos parques, para obtenção de detalhes e de possíveis esclarecimentos da equipe gestora.

A seguir são apresentados os resumos produzidos com a pesquisa bibliográfica de cada um dos parques, incluindo: localização, decreto de criação, biomas protegidos, declaração de significância, particularidades ambientais e socioculturais, visitação existente e as alternativas noturnas correspondentes. Embora estejam sendo explicitados alguns mecanismos da operacionalização da pesquisa, optou-se por inserir tais informações ainda no tópico de revisão de literatura, por tratarem-se os PMs de materiais técnicos e de informação específica de cada uma das UCs de pesquisa. Esta revisão dos PMs, das informações com operadores de turismo dos parques, com gestores e analistas ambientais foi importante para identificar as características de cada um dos PNs, para identificar as ações

executadas tanto durante o dia, como no período noturno, afim de poder reconhecer os PNs que já possuem a visitação noturna nos seus PMs. Também para identificar quais PNs já possuíam regras, normas ou termos de conduta elaborados para tais.

6.2.1 Considerações do Plano de Manejo do Parque Nacional de Anavilhanas (2017)

A UC de Anavilhanas² foi criada em 1982 como uma Estação Ecológica – ESEC Anavilhanas, tendo seu PM elaborado entre 1997 e 1999. No início da década de 1990, era analisada a necessidade de revisar sua categoria, frente a evidente destinação da UC para fins turísticos, essa recategorização ocorreu em 2008.

O que torna o PNA um local de visitação e de atração é a decorrência da beleza c nica (figura 1), onde as praias de rios, com areias brancas, a vegetação amazônica, sua fauna e também da proximidade com centros urbanos, estando localizado cerca de 200 km da cidade Manaus, é um dos maiores atrativos turísticos do Estado do Amazonas. Este parque é inserido nos municípios de Novo Airão (70,5%) e Manaus (29,5%), e localiza-se no rio Negro, cerca de 40 km por via aquática a montante da cidade de Manaus. Cont m o segundo maior arquipélago fluvial do mundo, o arquipélago de Anavilhanas, com aproximadamente 400 ilhas e 60 lagos, além de inúmeros paran s e furos (BRASIL, 2017).

Desenvolve-se o turismo interativo com os botos-vermelhos (*Inia geoffrensis*). As interações iniciaram de modo não intencional em 1998 e, a partir de então, ganhou notoriedade entre visitantes brasileiros e estrangeiros, e fez com que a atividade se tornasse o principal atrativo turístico do PNA e da cidade de Novo Airão (VIDAL *et al*, 2013).

² Informações obtidas em BRASIL. **Plano de Manejo do Parque Nacional de Anavilhanas**. Novo Airão, 2017 disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/component/content/article?id=1977:parna-de-anavilhanas> consultado dia 03/02/2018.

Figura 1: Parque Nacional de Anavilhanas



Autor: Rafael Pinto

Fonte: Site do ICMBio Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/parnaanavilhanas/#> (consultado dia 15/05/2019).

A publicação, no ano de 2012, da Portaria nº 47 para ordenar a atividade de uso público no PNA até a revisão de seu PM representou novos avanços no controle e no estabelecimento de normas para a visitação. Este documento tem sido a principal normativa que a gestão da UC se baseia junto às demais partes interessadas para lidar com a dinâmica dessa temática no dia a dia, a partir desse marco que o órgão iniciou o cadastro de guias, condutores e operadores de turismo na região.

Em 2014, passou a vigorar o controle de visitação no PNA, que é realizado no Flutuante dos Botos, com os demais pilotos, guias e operadores passando a fornecer dados dos roteiros realizados, complementando as informações quantitativas e qualitativas.

Atualmente, não existe uma rotina detalhada e direta de procedimentos de recepção do visitante no PNA liderada pelo ICMBio; como exemplo, não há emissão de autorização de entrada ou cobrança de ingressos. Em geral, os visitantes entram

em contato direto com empresas e prestadores de serviços de transporte fluvial; e eles, que em parte são cadastrados no ICMBio (sobretudo aqueles estabelecidos em Novo Airão), os conduzem a UC.

Segundo os analistas ambientais do PNA, mesmo para a visita noturna, os condutores locais (canoeiros) e os operadores dos principais hotéis e pousadas (Anavilhanas *Jungle Lodge*, Mirante do Gavião/*Katterre*, Pousada Bela Vista, entre outros) costumam realizar focagem de jacarés, aves e de outros animais; ocasionalmente pernoitam em praias (principalmente nos feriados de Natal e Ano Novo). Mas há também operadores que vêm de Manaus, porém, sem controle total da equipe de gestão do parque. A *Amazon Tree Climbing*, ocasionalmente oferece nos seus pacotes pernoites em Anavilhanas.

Geralmente, o visitante recebe informações sobre as normas de conduta ao fazer passeios, dos próprios canoeiros e demais operadores locais. A equipe de gestão do parque faz o controle de quem visita as bases, e nesse caso, visitações em período noturno são bem raras. Para as demais áreas do parque não se exige agendamento e nem mesmo comunicação. Informações quantitativas de número de visitantes e épocas de maior intensidade não são obtidas com os gestores.

Como existem diversos operadores de turismo, hotéis e pousadas em Novo Airão e no entorno, além de operadores de Manaus, associado à localização do parque, e sua característica *sui generis*, por estar em uma hidrovia que liga o alto rio Negro a Manaus; também a sua proximidade com a capital, se torna praticamente impossível um controle rigoroso de visitação.

É difícil estabelecer um controle de visitação, não existe uma entrada única como no caso de outros parques nacionais. O PNA não possui essa característica, se espera que tanto operadores de turismo, como visitantes, tenham uma consciência de conservação e de preservação no seu modo de fazer o turismo em áreas protegidas.

Quanto às atividades turísticas, elas se restringem a observação de fauna, flora e paisagem, trilhas, travessias terrestres e aquáticas, que podem ser realizadas de maneira livre ou guiadas. Elas podem ser combinadas em roteiros integrados. O

pernoite (acampado ou embarcado) é permitido mediante autorização prévia do ICMBio.

6.2.2 Considerações do Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Canastra (2005)

O Parque Nacional da Serra da Canastra - PNSC³ abrange seis municípios mineiros: São Roque de Minas, Sacramento, Delfinópolis, São João Batista do Glória, Capitólio e Vargem Bonita, no Estado de Minas Gerais. Foi criado em 3 de abril de 1972, pelo decreto n.º 70.355, incluindo os domínios do bioma Cerrado, com influência do bioma Floresta Atlântica.

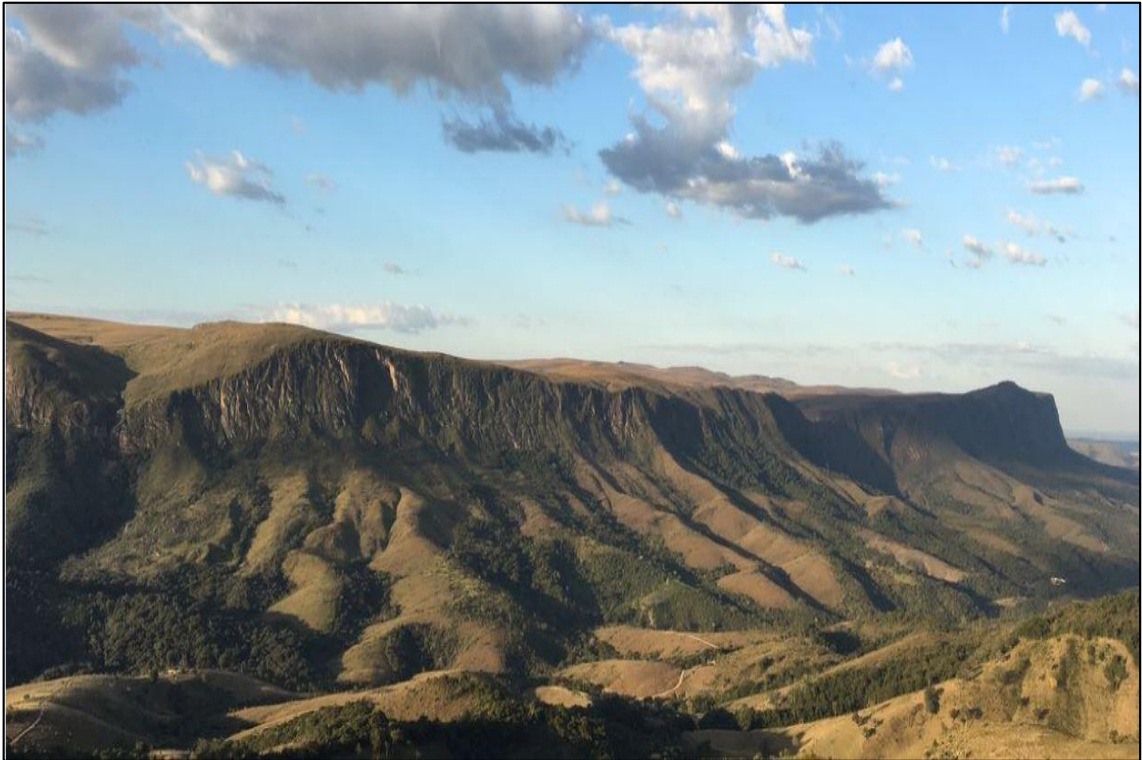
A denominação da região como Serra da Canastra, prende-se à tradição bandeirante de nomear os acidentes naturais como marcos sinalizadores dos seus roteiros. Canastra é um antigo vocábulo português, utilizado para denominar um tipo de arca móvel, rústica, de formato retangular. Dada a semelhança desse objeto com a forma da serra (figura 2), vista à distância, foi o principal motivo de designação do local.

A área reúne basicamente dois maciços: a Serra da Canastra e a Serra das Sete Voltas, com o vale dos Cândidos no Meio. O relevo acidentado e a vegetação rasteira produzem uma paisagem única, com vistas panorâmicas e muitas cachoeiras com altura acima dos 100 metros

Por estar situado em uma área de tensão ecológica entre o Cerrado e a Floresta Atlântica, fator que agrega mais um valor à UC, pois elementos comuns a esta floresta também seriamente ameaçada, são encontrados nas áreas mais úmidas e de solos mais férteis, fazem com que o parque contribua para a proteção de importantes espécies da fauna e flora.

³ Informações obtidas em BRASIL. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Canastra**. Brasília, 2005, disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/cerrado/unidades-de-conservacao-cerrado/2090-parna-da-serra-da-canastra> consultado dia 16/05/2018.

Figura 2: Parque Nacional da Serra da Canastra



Fonte: Site do ICMBio. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/visitacao1/unidades-abertas-a-visitacao/198-parque-nacional-da-serra-da-canastra> (consultado dia 30/06/2018).

Além disso, o PNSC é um ambiente de elevada importância para a conservação dos recursos hídricos, de formação geológica e guarda ainda, elementos de registros pré-históricos e históricos.

O objetivo principal da criação do parque foi a proteção das nascentes do rio São Francisco. A Serra da Canastra é uma espécie de berçário de rios situados no divisor de duas bacias hidrográficas: a do rio Paraná e a do rio São Francisco.

Segundo dados apresentados no PM do PNSC, o turismo vem crescendo na região, na maioria dos casos, de forma desordenada. Esta atividade também ocorre no interior do parque (áreas não indenizadas) e nas áreas adjacentes, evidenciando o interesse pelo PNSC com fins de visitação.

A visitação ocorre de forma controlada no Chapadão da Canastra. Há caminhadas, banho de rio e de cachoeira, piquenique, contemplação da natureza e

observação de vida silvestre. Esse controle se faz nas portarias e em rondas periódicas, sendo nos períodos críticos de incêndio, feita permanentemente na área das nascentes do rio São Francisco.

Para os visitantes é possível fazer a Trilha da Casca d'Anta. É prevista no PM e Plano de Ação Emergencial, tendo sido implementada e em operação. Esta trilha interliga a parte alta à parte baixa da cachoeira da Casca d'Anta. Aberta em meio a uma região pedregosa e com formato de semicírculo, a trilha possui aproximadamente quatro quilômetros de extensão. Pode ser percorrida sem maiores dificuldades, oferecendo instabilidade de piso ao usuário devido ao número de pedras soltas.

Entre as atividades de visitação noturna contempladas no PM (2005), estão aquelas que permitem as travessias de longa distância e os pernoites para *campings*.

Contudo, em contato com a analista ambiental do mesmo, atualmente só é permitida a visitação com acompanhamento de condutor de visitantes credenciado pelo ICMBio no período das 5 às 21 horas. O horário normal de visitação é das 8 às 18 horas, que no horário de verão é estendido até as 19 horas. Normalmente o horário especial é utilizado pelos observadores de aves. Atualmente não há área de camping em funcionamento dentro do parque e as travessias de longa distância ainda não foram implantadas.

6.2.3 Considerações do Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Cipó (2009)

Criado pelo decreto nº. 90.223, de 25 de setembro de 1984, o Parque Nacional da Serra do Cipó⁴ está situado na porção central do estado de Minas Gerais, e é inteiramente circundado pela Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira. O território do parque inclui áreas de quatro municípios: Jaboticatubas, Santana do Riacho, Morro do Pilar e Itambé do Mato Dentro.

⁴ Informações obtidas no BRASIL. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Cipó**. Brasília, 2009, disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/component/content/article?id=2092:parna-da-serra-do-cipo>, consultado em 19/03/2018.

O Parque Nacional da Serra do Cipó possui inúmeras cachoeiras, trilhas, rios, serras e outros fatores que os predispõem à prática do turismo em suas diversas modalidades (figura 3), e também de esportes de aventura, como por exemplo, a escalada.

Figura 3: Parque Nacional da Serra do Cipó



Autor: Máximo Buiú

Fonte: Site do ICMBio. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/parnaserradocipo/> (consultado dia 30/06/2018).

A Serra do Cipó localiza-se na porção sul da Serra do Espinhaço, de distribuição interiorana. É divisora de duas bacias hidrográficas dos rios São Francisco e Doce e dos biomas Cerrado e Mata Atlântica. Apresenta um conjunto de condições geológicas, climáticas e bióticas peculiares, que levam à ocorrência dos campos rupestres (Figura 4).

Sendo a realização de travessias uma tradição na região, definiu-se como desejável que se dote o parque de infraestrutura que permita que seja realizada de forma adequada. Para tal definiu-se a localização de quatro futuros abrigos de montanha, que permitirão pernoites no interior remoto do parque, seja em visitaç

(travessias), em pesquisa, em atividades de rotina da própria equipe do parque (fiscalização, monitoramento, combate a incêndios) (BRASIL, 2009).

Figura 4: Figurações rupestres da Lapa de Santana



Foto: João Madeira.

Fonte: PM do Parque Nacional da Serra do Cipó (2009)

6.2.4 Considerações do Plano de Manejo Parque Nacional das Araucárias (2010)

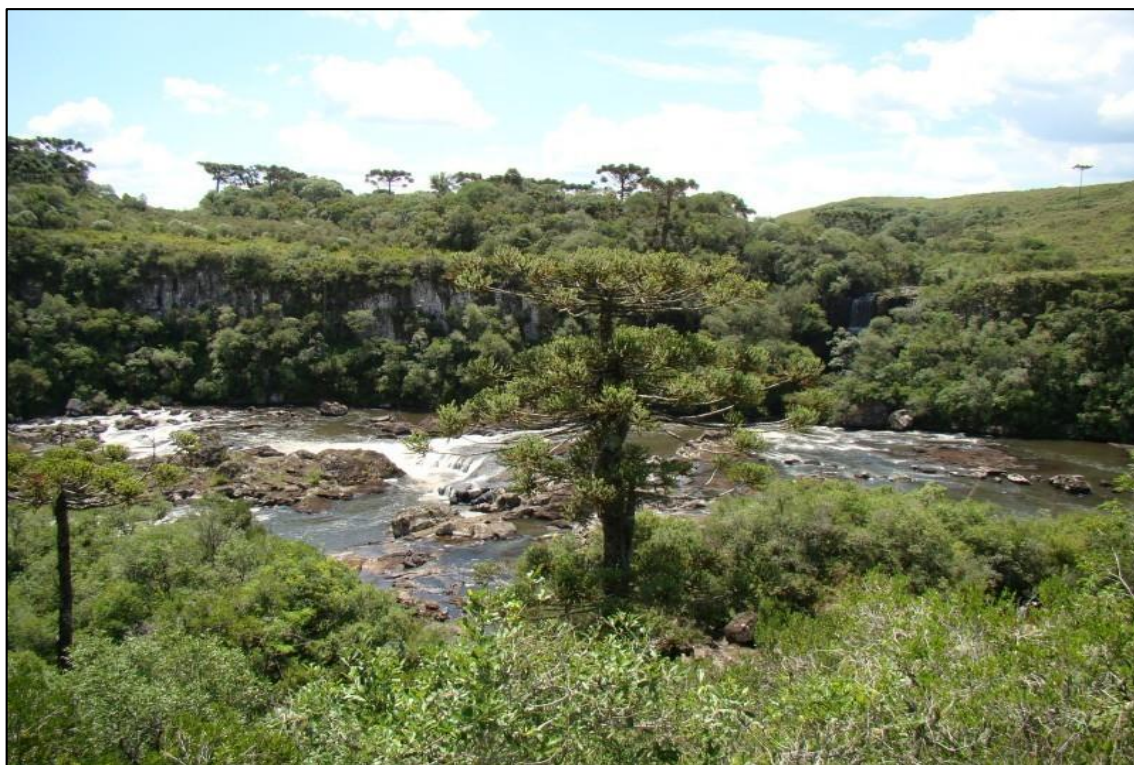
O Parque Nacional das Araucárias está localizado na região oeste do estado de Santa Catarina e abrange áreas dos municípios de Ponte Serrada e Passos Maia.

Foi criado pelo decreto federal s/nº de 19 de outubro de 2005⁵, abrangendo uma área de 12.841ha com o objetivo de preservar os remanescentes de Floresta Ombrófila Mista (figura 5). Essa floresta ocupava originalmente aproximadamente

⁵ Dados obtidos em BRASIL. **Plano de Manejo do Parque Nacional das Araucárias**. Brasília, 2010, disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/component/content/article?id=2199:parna-das-araucarias> consultado em 29/11/2017.

200.000 Km², dos estados do Sul e Sudeste do Brasil, compreendia cerca de 40% do território do Estado do Paraná, 40% de Santa Catarina e 25% do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2010).

Figura 5: Parque Nacional das Araucárias



Fonte: Site do Município de Passos Maia. Disponível em <https://www.passosmaia.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/15383> (consultado dia 16/05/2019).

Essa vegetação é caracterizada pela presença predominante do pinheiro brasileiro, *Araucaria angustifolia*, também conhecido como Pinheiro-do-Paraná, trata-se de uma árvore de tronco cilíndrico e reto, pode chegar a viver até setecentos anos, alcançando diâmetro de dois metros e altura de até cinquenta metros.

O Parque Nacional das Araucárias é responsável pela manutenção de aproximadamente 0,06 % dessa formação florestal. Esse tipo de floresta é responsável pela manutenção de diversas espécies de flora que encontram-se ameaçadas de extinção e/ou que são raras ou endêmicas, como a canela-amarela *Nectandra lanceolata*, xaxim-mono *Alsophila setosa*, erva-mate *Ilex paraguariensis*, peroba spidosperma *parvifolium*, cedro *Cedrela fissilis*, entre outras.

A área que compreende o Parque Nacional das Araucárias e seu entorno possui potencialidades naturais para a prática do ecoturismo, mais especificamente para o turismo rural, de observação, cultural e religioso. Entre as paisagens que se localizam na zona de amortecimento e entorno destaca-se a presença de aproximadamente onze quedas d'água, cachoeiras e cascatas com diferentes alturas, entre elas a Cachoeira do Rio Dobrado e a Ponte Baixa que se configura como atrativo cultural.

Algumas dessas áreas já vem sendo exploradas de forma turística, ainda de forma incipiente, necessitando tornar os recursos potenciais em atrativos, assim, há necessidade de diversificar a oferta turística local, sendo também importante melhorar a infraestrutura para atendimento e dos projetos de planejamento territorial.

As atividades possíveis no Parque Nacional das Araucárias são: observação da fauna e flora, o turismo de aventura com a prática de rapel, caminhadas em trilhas ecológicas, *rafting*, e as práticas científicas e educacionais. Em parte dessas áreas também se inclui o conhecimento da cultura local, como lendas e contos sobre as áreas e conhecimento tradicionais sobre espécies medicinais. As atividades noturnas realizadas no Parque Nacional das Araucárias são as trilhas e caminhadas, elas são realizadas pela equipe do parque e por voluntários.

6.2.5 Considerações do Plano de Manejo do Parque Nacional das Emas (2004)

O Parque Nacional das Emas - PNE⁶ está localizado a sudoeste do Estado de Goiás, nos municípios de Mineiros e Chapadão do Céu, abrange ainda parte do município de Costa Rica/MS, foi criado pelo Decreto 49.874 de 11 de janeiro de 1961. O nome possui essa denominação devido à quantidade de emas (*Rhea americana*) que aí habitavam.

⁶ Informações obtidas em BRASIL. **Plano de Manejo do Parque Nacional das Emas**, Brasília, 2004, disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/component/content/article?id=2093:parna-das-emas>,

O PNE é uma das maiores áreas de conservação do Planalto Central do Brasil, constitui uma das áreas da reserva da biosfera do Pantanal e serve de corredor ecológico entre os biomas Cerrado e Pantanal.

A presença de chapadas representa um dos remanescentes do tipo de relevo existentes na região e do Planalto Central. O ecossistema do parque é composto por diferentes biocenoses, variando entre campos a matas densas, encontradas predominantemente nas margens dos rios (figura 6), com nascentes que formam os rios Araguaia e Correntes.

Figura 6: Parque Nacional das Emas



Fonte: Site do ICMBio. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/parna-das-emas> (consultado dia 16/05/2019).

A localização e a diversidade de animais existentes, tornam o PNE um importante centro de pesquisas de nível nacional e internacional. As belezas cênicas de suas paisagens, aliadas à ocorrência da bioluminescência, propiciam ao PNE uma caracterização única, permitindo uma visita noturna, tanto para a observação de animais como das suas paisagens.

Dos insetos com o maior potencial para exploração turística, destacam-se as larvas bioluminescentes de vaga-lumes (*Pyreanheus termitilumens*) que habitam os cupinzeiros epígeos (figura 7). Este fenômeno só pode ser observado à noite, no início da estação chuvosa, de preferência após uma forte chuva em dia de temperatura alta.

Figura 7: Fenômeno da bioluminescência no PNE



Autor: Alessandro Bearzi

Fonte: Site TopBiologia. Disponível em <http://topbiologia.com/os-cupinzeiros-bioluminescentes-de-goias/> (consultado dia 30/06/2018).

Atualmente, o fluxo de visitantes no PNE é ainda pouco representativo, isso pode justificado pela falta de infraestrutura para sua recepção e pela falta de desenvolvimento das ações de uso público, como por exemplo, a sinalização adequada. Além disso, os municípios onde se localizam os portões de entrada do parque são carentes de serviços relacionados a função turística.

Para a observação do fenômeno da bioluminescência, bem como da fauna durante a noite, o PM do PNE define o seguinte planejamento:

- poderá ser desenvolvida a pé ou no transporte interno da UC, de acordo com a distância a ser percorrida;
- o acesso aos locais onde se realiza a observação do fenômeno da bioluminescência se dá pelo Portão da Guarda do Bandeira, numa extensão de cerca de 5,7km.
- será guiada, sendo realizada apenas à noite, quando é possível observar o fenômeno;
- exigirá pré-agendamento quando houver aumento na demanda;
- os guias deverão dominar sua temática;
- o horário de realização será das 19:00 as 24:00.

Outra atividade com possibilidade de visita noturna no PNE é a trilha Caminhos do Cerrado. O PM define que será realizada em vias de circulação interna, aproveitando as condições topográficas para a prática de ciclismo e *trekking*, acrescentando ainda o uso de recursos hídricos para a prática de atividades aquáticas. Inicia-se com ciclismo, totalizando aproximadamente 23km, realizando posteriormente *trekking* de aproximadamente 9,2km. A visita terá um pernoite em acampamento rústico, no dia seguinte, será realizada canoagem pelo rio Jacuba, até as proximidades da cidade de Chapadão do Céu, aproximadamente 26km da sede do município.

6.2.6 Considerações do Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu (2018)

Criado pelo decreto número 1035 de 10 de janeiro de 1939, o Parque Nacional do Iguaçu⁷ tem este nome por incluir em sua área importante parte do rio Iguaçu e as mundialmente conhecidas Cataratas do Iguaçu (figura 8). A palavra *iguazu* é de origem guarani e significa *água (i) grande (guaçu)*. Os municípios que abrangem o

⁷ Informações obtidas em BRASIL. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu**. Brasília, 2018, disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/component/content/article?id=2204:parna-do-iguacu> consultado dia 20/05/2019.

Parque Nacional do Iguaçu são: Céu Azul, Capanema, Foz do Iguaçu, Matelândia, São Miguel do Iguaçu e Serranópolis do Iguaçu.

O parque oferece a Trilha das Cataratas, há também a Trilha do Macuco, onde o visitante pode desfrutar de um passeio pela floresta e outro de barco pelo rio Iguaçu a jusante das cataratas. Outra demanda de visitação que ocorre esporadicamente no parque, se dá por grupos de observadores de aves que percorrem a Trilha das Bananeiras e do Poço Preto.

Figura 8: Parque Nacional do Iguaçu



Fonte: Site do ICMBio. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/component/content/article?id=2204:parna-do-iguacu> (consultado dia 20/05/2019).

O Parque Nacional do Iguaçu encontra-se dotado de boa quantidade de instalações, existindo em seu interior edificações que não estão vinculadas à sua administração ou manejo, como é o caso do Belmond Hotel das Cataratas, que tem em sua clientela uma maioria de estrangeiros.

Com características específicas na sua natureza, como o relevo, fisionomias geológicas, rios, cachoeiras, corredeiras e ambientes, o PN do Iguaçu oferece

diversificadas oportunidades para praticas recreativas, esportivas e de lazer, que projetam o potencial do Parque e seu entorno para o desenvolvimento do turismo sustentável como estratégia para sua conservação (BRASIL, 2018).

Quanto às atividades noturnas no Parque Nacional do Iguaçu, ocorria a Caminhada da Lua, realizada na trilha das cataratas, incluindo a passarela do Salto Floriano. Quando estava em funcionamento, a mesma ocorria nas noites de lua cheia, permitindo ao visitante uma experiência única ao ver as cataratas iluminadas pela luz da lua.

Embora não seja mais uma visitação administrada pela equipe de gestão do PN do Iguaçu, os hóspedes do Belmond Hotel das Cataratas tem possibilidade de realizar o passeio, uma vez que sua hospedagem favorece a locomoção dentro da área.

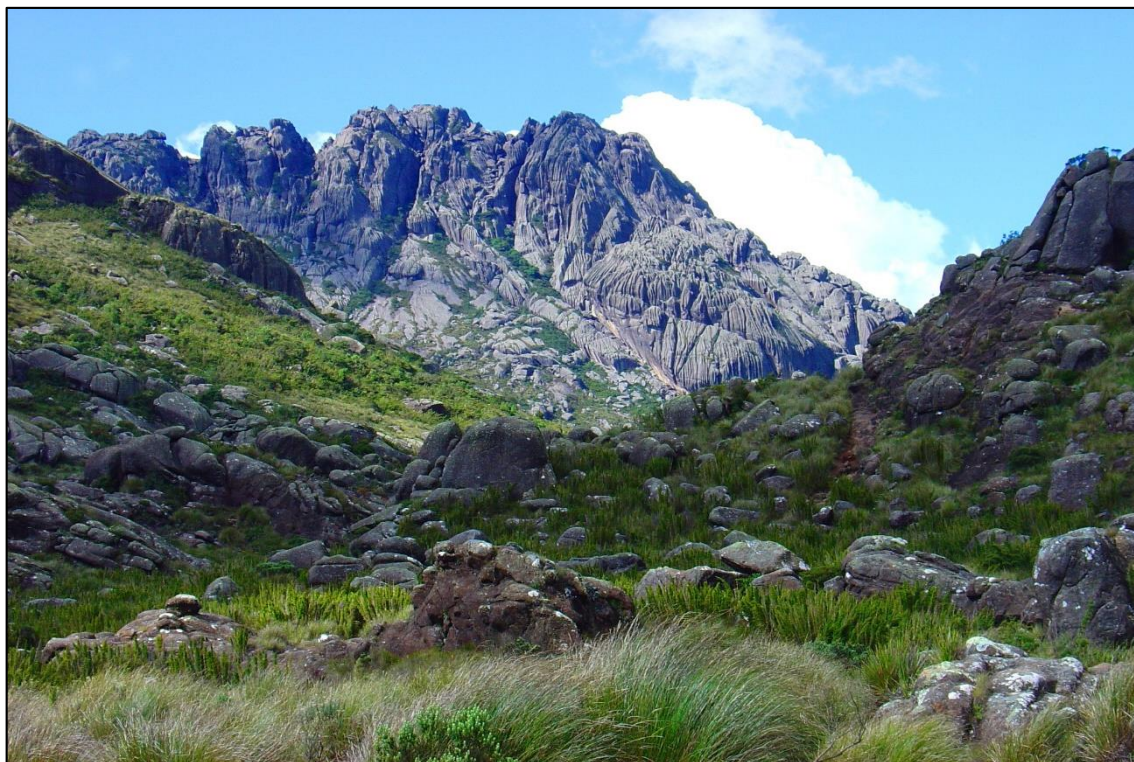
6.2.7 Considerações do Plano de Manejo do Parque Nacional do Itatiaia (2014)

Inserido na Serra da Mantiqueira, o Parque Nacional do Itatiaia⁸ está presente em quatro municípios: Bocaina de Minas e Itamonte (Minas Gerais), Itatiaia e Resende (Rio de Janeiro).

Foi o primeiro Parque Nacional do Brasil, criado em 14 de junho de 1937 por meio do Decreto número 1.713, inicialmente com área de 11.943 hectares, sendo ampliado para atuais 28.084,3 hectares pelo Decreto número 87.586 em 20 de setembro de 1982. O bioma preservado neste parque é o da Mata Atlântica. A palavra Itatiaia vem da língua Puri e significa pedra cheia de picos, ou pedra pontiaguda (figura 9).

⁸ Informações obtidas em BRASIL. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Itatiaia**. Brasília, 2013 disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/component/content/article?id=2181:parna-do-itatiaia> consultado dia 20/10/2017.

Figura 9: Parque Nacional do Itatiaia



Autor: Daniel Toffoli

Fonte: Site do ICMBio. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9175-itatiaia-promove-a-festa-da-arvore-nesta-quinta> (consultado dia 20/05/2019).

A visitação da parte alta do PNI é feita principalmente a partir do Abrigo Rebouças, de onde saem as trilhas para o Pico das Agulhas Negras, Prateleiras, Pedras da Maçã, da Tartaruga e Assentada, Pedra do Altar e Asa de Hermes, para as nascentes do Rio Campo Belo e para a Cachoeira das Flores, formada por este mesmo rio. Do mesmo abrigo podem sair também trilhas mais longas para a Cachoeira do Aiuruoca, por uma trilha de onde é possível avistar as formações rochosas Ovos da Galinha, Asa de Hermes e Pedra do Altar.

Também é possível fazer a Travessia Rebouças-Mauá, a qual atravessa o PNI em direção à Visconde de Mauá, distrito de Resende, por 28 km de trilha, a ser percorrida em um dia de caminhada acelerada ou com possibilidade de pernoites no Rancho Caído (camping) ou na casa de moradores da Serra Negra.

O Rancho Caído (figura 10) localiza-se em um platô a 2.200m a altitude. O PM de 1982 propunha a instalação de um abrigo rústico para desenvolvimento de

interpretação, educação, fotografia e fiscalização. No entanto, o mesmo não foi implantado. Recentemente passou a ser permitido o camping rústico na área.

Outra trilha de travessia no PNI do Planalto do Itatiaia até a sua parte baixa é a Travessia Rui Braga, com aproximadamente 22km e altitudes variando entre 2.300m e 1.100m. A visitação no Parque Nacional do Itatiaia é ordenada pela Coordenação do Uso Público, tem como principais ações a orientação do fluxo da visitação na UC, o monitoramento da conduta de visitantes nas trilhas e nos atrativos naturais como cachoeiras e rios, além de monitorar e controlar o movimento de entrada e saída de veículos.

Figura 10: Rancho caído



Autor: Yukie Kabashima
Fonte: Plano de Manejo do PNI (2014)

O Planalto do Itatiaia se tornou, ao lado da Serra dos Órgãos, também no Estado do RJ, o principal centro do montanhismo no Brasil, procurado por montanhistas e escaladores nacionais e internacionais.

No caso do planalto, as atividades envolvem caminhadas mais longas, de algumas horas a um dia todo, até travessias de mais de um dia. Desta forma, existe a necessidade do início de visita logo cedo para que o visitante possa chegar aos atrativos desejados ou completar o percurso até o local de abrigo para pernoite.

O PNI poderá permitir a visita em horários especiais, para a observação de aves e outras ações programadas. Deverão ser criadas normas específicas para este tipo de visita.

No site do PNI (<http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/guia-do-visitante.html>), são apresentadas informações que esclarecem aos visitantes as normas de conduta, regulamentos, agendamentos para o uso dos abrigos no caso em que sejam realizadas as travessias longas. Estes materiais apresentam detalhes de conduta, segurança, uso público e conservação, que norteiam o comportamento e as responsabilidades do visitante.

6.2.8 Considerações do Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (2003)

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses –PNLM⁹ está presente em três municípios do Estado do Maranhão: Primeira Cruz, Santo Amaro e Barreirinhas. Esta UC possui uma área de 155.000ha e preserva os biomas de mangues e cerrado, e ecossistemas de restingas e dunas (BRASIL, 2003).

O PNLM foi criado em 02 de junho de 1981 pelo decreto número 86.060/81 e está inserido na região do litoral oriental maranhense, apresentando uma linha de costa regular e tendo parte de sua extensão coberta por uma vasta área de dunas de areia, as quais assemelham-se a lençóis jogados sobre a cama (figura 11), o que originou a denominação da UC de Lençóis Maranhenses.

⁹ Informações obtidas em BRASIL. **Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. Brasília, 2003 disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/component/content/article?id=2264:parna-dos-lencois-maranhenses> consultado dia 09/04/2018.

Figura 11: Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses



Fonte: Site do ICMBio. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/parna-dos-lencois-maranhenses> (consultado dia 20/05/2019).

A complexidade dos ecossistemas contribui para um alto potencial de biodiversidade, implicando na manutenção das características física e biológica dessas áreas. Esses atributos ambientais potencializam a significância da UC na promoção do desenvolvimento integrado da região e na valoração das funções ecológicas exercidas pelos ecossistemas costeiros.

As lagoas interdunares, típicas dos Lençóis Maranhenses, apresentam diferentes formas, tamanhos e profundidades. São formadas a partir das águas das chuvas e do afloramento do lençol freático. Na planície de deflação eólica ocorrem pequenas depressões que são inundadas pelo mar por ocasião das marés de sizígia, formando os ambientes lagunares, presentes ao longo do litoral do PNLM.

No que se refere aos objetivos da visita, os visitantes podem desfrutar dos atrativos naturais oferecidos (dunas, lagoas, rios, lagos), realizar caminhadas em trilhas e praticar o turismo contemplativo. As atividades de uso público no parque são o banho, *camping*, caminhada, passeios náuticos, *surf* e *windsurfe*.

Entre as propostas noturnas previstas no Plano de Manejo do PNLM (2003) estão contempladas o Lual dos Lençóis, Trilha Betânia – Espigão, Circuito Queimada dos Britos e observação astronômica.

6.2.9 Considerações do Plano de Manejo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos (1991)

A área dos Abrolhos¹⁰ é um conjunto de recifes de corais, ilhas vulcânicas, manguezais e canais de maré, na qual está o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos (figura 12). Os recifes formam dois arcos, um costeiro, mais próximo à costa, e outro menos extenso e externo. A área total é limitada na costa, pelas cidades de Prado ao norte, e de Nova Viçosa ao sul.

Por ser uma área marinha rica em recifes de coral, que condiciona como criadouro natural de flora e fauna específicas, Abrolhos sempre foi considerada uma região privilegiada para a pesca. Contudo, mesmo durante a época em que pertencia à Marinha, poucas pessoas, incluindo os pescadores da costa fronteiriça tinham acesso a este refúgio da natureza.

Atualmente, o PN Marinho dos Abrolhos é utilizado por visitantes, pescadores do litoral próximo, funcionários em serviço da Marinha e por pesquisadores. O fluxo de turistas no parque é mais intenso durante o verão.

As atividades desenvolvidas são principalmente a natação próxima às ilhas, mergulhos e a observação do fundo do mar. Entre as ilhas há trechos bastante rasos e outros mais profundos, oportunizando mergulhos para todas as categorias de praticantes.

¹⁰ Informações obtidas em BRASIL. **Plano de Manejo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos**. Brasília, 1991 disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/component/content/article?id=2267:parna-marinho-dos-abrolhos> consultado em 27/04/2018.

Figura 12: Parque Nacional Marinho dos Abrolhos



Autor: Enrico Marcovaldi

Fonte: Site do ICMBio. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/parna-marinho-dos-abrolhos> (consultado dia 20/05/2019).

O mergulho no parcel, em apneia ou com uso de equipamentos, é praticado somente por pessoas com experiência, em razão da movimentação das águas e do perigo que podem oferecer sua entrada nas aberturas e passagens entre os recifes.

As visitas às ilhas só são permitidas nas ilhas Siriba e Redonda, e os grupos devem estar acompanhados por um membro da equipe do ICMBio. Está sendo sugerido um passeio de barco em volta das ilhas, para melhor observação e fotografia da avifauna. Não existem locais para acampamento ou para cozinha.

A única trilha existente no parque contorna a Ilha Siriba, permitindo observar suas formações rochosas, com a possibilidade de ver de perto os ninhos dos atobás (*Sula leucogaster*). No total, o percurso possui 1.600 metros de extensão, e dependendo da maré, não é possível contornar toda a ilha, pois as ondas quebram sobre as rochas, tornando o passeio perigoso. É obrigatório estar acompanhado de um guia. Andar pelo interior da ilha é proibido, devido à presença das aves marinhas

e seus ninhos no local. Neste passeio é possível observar as piscinas naturais, onde uma infinidade de seres marinhos dá vida à rocha escura.

A sede do PN Marinho dos Abrolhos localiza-se em terra, no município de Caravelas (BA). Na sede há informações sobre o parque, e os visitantes organizam sua visita.

A declaração de significância do PN Marinho dos Abrolhos se deve por ter sido preservada como um refúgio ecológico do período pleistocênico, encontrando ainda na atualidade, espécies de corais considerados fósseis vivos, extintos no restante do mundo. Em Abrolhos podem ser encontradas dezesseis espécies de corais, entre as dezoito existentes no Brasil. Das que ocorrem na área do parque, oito são endêmicas do Brasil.

No ano de 2003 foi elaborado o Plano de Uso Público¹¹ para o PN Marinho dos Abrolhos, o qual estabelece as regras e normas para visita, pesquisa e demais atividades a serem realizadas nesta UC. Antes de sair da embarcação, o visitante obrigatoriamente deverá, nessa ordem: entregar o ingresso e receber uma palestra dos guardas-parque ou estagiários do parque, explanando a importância e regras do parque nacional;

O mergulho autônomo noturno (figura 13) é a única atividade realizada à noite no PN Marinho dos Abrolhos.

O mergulho noturno é realizado com objetivo de observação de fauna e flora local, em horários em que a incidência da luz solar seja nula, com os mesmos equipamentos indicados para mergulho autônomo diurno, e ainda, ao menos uma fonte de luz artificial obrigatória para cada mergulhador. É recomendável que seja praticado em dupla.

Indica-se a possibilidade da realização de mergulho autônomo noturno guiado nos pontos Costela da Siriba, área adjacente às Cavernas da Siriba (sendo proibida a

¹¹ Informações obtidas em BRASIL. Plano de Uso Público do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, Brasília, 2003, disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/component/content/article?id=2267:parna-marinho-dos-abrolhos> consultado em 27/04/2018.

penetração nas cavernas durante o mergulho noturno), Mato Verde/Portinho e entre as ilhas Redonda e a Siriba. Como o mergulho noturno é atrativo para observação de fauna noturna, na sua maioria constituída de invertebrados, este enriquece a experiência do visitante.

Figura 13: Mergulho autônomo noturno no PNM de Abrolhos



Autor: Roberto Viegas
Fonte: PNM de Abrolhos (1991)

No subprograma de recreação e lazer encontram-se algumas recomendações: o mergulho noturno no parque não será incentivado, porém são apresentados zoneamentos para tal atividade, ele é apresentado como não prevista, mas implementada.

6.2.10 Considerações do Plano de Manejo do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (1990)

O arquipélago de Fernando de Noronha está situado a 345km nordeste do Cabo de São Roque (RN), e a 545 km de Recife (PE) sendo um aglomerado de vinte

ilhas e ilhotas. A principal ilha, a de Fernando de Noronha, possui o ponto mais alto, o Morro do Pico, com 321m de altura (figura 14). Destacam-se ainda no arquipélago, as ilhas Rata, Rasa, Sela Gineta, do Meio e do Frade.

Figura 14: Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha



Fonte: Site do ICMBio. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/8307-parque-de-fernando-de-noronha-celebra-28-anos-nesta-quarta> (consultado dia 30/08/2019).

O Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha¹² engloba todo o arquipélago, com exceção da vila dos Remédios, morros do Meio e do Pico, aeroporto, residência da aeronáutica, açude do Xaréu, vila militar e a faixa de praia que vai da Quixaba até a praia de Santo Antônio. O parque é composto de duas áreas distintas, a parte terrestre que inclui todas as ilhas e ilhotas, e outra de faixa marinha. O parque foi criado pelo decreto número 96.693 no dia 14/09/1988.

A paisagem do parque é constituída por uma associação de elementos naturais, como rochas vulcânicas, fauna terrestre e marinha, encostas elevadas

¹² Informações obtidas em BRASIL. **Plano de Manejo do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha**. Brasília, 1991 disponível em http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/biodiversidade/_PARNA_MARINHA_DE_FERNANDO_DE_NORONHA.pdf consultado dia 10/05/2018.

formando íngremes paredões, monumentos geológicos, praias de areia fina branca e de seixos, espécies vegetais de contraste como cactos, espécies arbóreas, coqueiros e outras espécies vegetais e animais.

Apesar de haver interferências antrópicas na paisagem, a beleza cênica constitui ainda um dos mais valiosos atributos do parque.

O elemento marinho também compõe o cenário, com água azul e transparente, de temperatura agradável, a qual abriga riqueza de animais e plantas. Podem ser vistos ainda, corais, peixes diversos, tartarugas, moreias, tubarões e golfinhos.

A visita ao PN Marinho de Fernando de Noronha possui fatores limitantes, o alto custo de viagem e hospedagem, bem como a disponibilidade de voos, e ainda a necessidade do pagamento da taxa de preservação ambiental por dia de permanência no arquipélago. Além da visita às praias do arquipélago e às suas piscinas naturais, outra atividade disponível para os visitantes é o passeio de barco, no entanto, o desembarque nas ilhas não é permitido.

Aliados aos aspectos científicos e conservacionistas, a beleza cênica do local, o mar de forte coloração azulada e transparente, o contraste com as ilhas, a presença do morro do Pico, trazem ao local uma presença paisagística com um cenário difícil de ser esquecido.

O *site* do ICMBio traz informações sobre a visita no PN Marinho de Fernando de Noronha¹³, sobre as praias, piscinas naturais e trilhas ecológicas. Existem diversas praias com águas verde-esmeralda para visita do público, dentre estas a Praia do Sancho e a Praia do Leão. Do mirante da Baía dos Golfinhos, os turistas podem assistir às manobras dos animais entrando no parque ao alvorecer do dia.

¹³ Informações obtidas na página do ICMBio, disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/visitacao1/unidades-abertas-a-visitacao/192-parque-nacional-marinho-fernando-de-noronha.html>, consultado dia 14/05/2018.

A visita à Praia da Atalaia é um dos atrativos mais procurados. Este atrativo oferece ao visitante a oportunidade de mergulhar em um aquário natural repleto de vida onde poderá observar a fauna marinha em seu ambiente natural. A piscina que se forma na maré seca pode ser visitada diariamente por uma quantidade limitada de pessoas, já que devido a fragilidade deste ecossistema o atrativo possui capacidade de suporte diária.

Na Baía do Sueste o visitante pode optar pelo mergulho guiado, através de uma trilha submarina especial onde poderá apreciar tartarugas marinhas em seu local de descanso e alimentação. Neste mergulho, pode-se avistar também outras espécies marinhas como polvos, lagostas, raias, pequenos tubarões e uma infinidade de peixes coloridos.

O mergulho autônomo é oferecido por três operadoras diferentes e pode ser realizado entre profundidades de 12 a 60 metros, como é o caso do mergulho na Corveta.

São sugeridas as seguintes diretrizes para a prática do mergulho noturno no PN Marinho de Fernando de Noronha: o número de grupos, e o número máximo de mergulhadores simultaneamente no ponto de mergulho, deve ser reduzido em 50% do determinado para mergulhos diurnos; em mergulhos noturnos, cada mergulhador contará em dobro no cálculo da capacidade de carga diária do ponto de mergulho. Por exemplo, o ponto de mergulho Ressureta tem uma capacidade efetiva diária (CCE) de 101 mergulhadores. Se durante o dia o ponto recebeu 55 mergulhadores, ainda restam 46 para completar sua CCE, entretanto, como no mergulho noturno cada mergulhador vale por dois, então só poderá utilizar a metade do que resta da CCE, ou seja, 23 mergulhadores é o máximo que poderá conduzir para o mergulho noturno, lembrando sempre que este valor inclui visitantes e condutores (LUIZ JR, 2009).

Todas as praias da APA de Fernando de Noronha¹⁴ constituem áreas de reprodução da tartaruga verde (*Chelonia mydas*), portanto, fica vedada a permanência de pessoas nas praias determinadas pelo Projeto TAMAR, durante a noite, no período de desova (dezembro a maio). Esta restrição deverá ser divulgada pelo Projeto TAMAR, por meio dos principais veículos de comunicação existentes em Fernando de Noronha.

¹⁴ Informações obtidas no PM da APA de Fernando de Noronha (2005) disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/component/content/article?id=2242:apa-de-fernando-de-noronha> consultado dia 15/05/2018.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo serão apresentados os dados coletados tanto com os questionários respondidos pelos gestores e analistas ambientais dos PNs, bem como análise da coleta de dados feita nos PMs, *sítes* credenciados pelo ICMBio e demais informações obtidas com as equipes de gestão e planejamento dos PNs.

7.1 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO *ONLINE*

É possível reconhecer que as visitas noturnas em áreas protegidas estão sendo oferecidas aos seus visitantes, as mesmas estão presentes em parques nacionais, estaduais e municipais, em unidades públicas e privadas, contudo, para que se possa apresentar dados mais eficazes com vistas ao desenvolvimento de diretrizes que norteiem a prática destas, optou-se por abordar apenas os parques nacionais nesta pesquisa.

Para obtenção da licença 54.216 através do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO, foi necessário identificar quais são os parques nacionais que estão com visita noturna em execução. Para isso, foram contatados os setenta e dois parques nacionais, com o envio de questionário *online* (Anexo I) elaborado pela ferramenta Formulários Google.

Os endereços de e-mail foram obtidos em lista elaborada pelo próprio ICMBio e disponibilizados no *site* do instituto. Destes, vinte e quatro gestores e analistas ambientais de parques responderam ao questionário, cerca de 30% do universo abordado (Quadro 2).

Destes parques, nove responderam que realizam ou possuem algum tipo de visita noturna em execução, o que corresponde a pouco mais de 10% do total dos Parques Nacionais no Brasil. Embora não tenha respondido ao questionário, o PN de

Anavilhanas foi inserido no contexto desta pesquisa, pois já havia contato com os gestores e informações sobre a realização de atividades noturnas no local¹⁵.

Quadro 2- Parques Nacionais que responderam ao questionário *online*

1.	P N Mapinguari – Porto Velho (RO) (2 vezes respondido)
2.	P N das Araucárias – Palmas (SC)
3.	P N de São Joaquim – Urubici (SC)
4.	P N Serra de Itabaiana – Areia Branca (SE)
5.	P N da Serra da Bodoquena – Bonito (MS)
6.	P N do Pantanal Mato-grossense – Poconé (MT)
7.	P N do Itatiaia – Itatiaia (RJ)
8.	P N das Sempre-Vivas – Diamantina (MG)
9.	P N da Chapada dos Guimarães – Chapada dos Guimarães (MT)
10.	P N dos Lençóis Maranhenses – Barreirinhas (MA)
11.	P N da Chapada Diamantina – Palmeiras (BA)
12.	P N do Monte Roraima – Pacaraima (RR)
13.	P N de Brasília – Brasília (DF)
14.	P N das Nascentes do Rio Parnaíba – Corrente (PI)
15.	P N do Pau Brasil – Porto Seguro (BA)
16.	P N da Serra do Cipó – Serra do Cipó (MG)
17.	P N Marinho dos Abrolhos – Caravelas (BA)
18.	P N das Emas – Mineiros (GO)
19.	P N do Juruena – Alta Floresta (MT)
20.	P N do Iguaçu – Foz do Iguaçu (PR)
21.	P N da Serra da Canastra – São Roque de Minas (MG)
22.	P N de Jericoacoara – Jijoca de Jericoacoara (CE)
23.	P N Marinho de Fernando de Noronha – (PE)

Fonte: o autor.

¹⁵ Para efeitos de cálculos nos gráficos, serão considerados 24 PNs, os que responderam ao questionário *online*, mais o PN de Anavilhanas.

A relação dos dez parques nacionais que responderam ao questionário e que possuem visitação noturna está apresentada no Quadro 3. Também foi organizado um cartograma do Brasil com a localização destes dez parques nacionais pesquisados apresentados na Figura 15. Importante destacar que foi possível contemplar todas as regiões brasileiras, o que representa não só diferentes biomas, mas possibilidades diferentes para as atividades a serem pesquisadas.

Quadro 3- Parques Nacionais com atividades noturnas

Nome do Parque	Estado	Bioma	Atividade
Parque Nacional das Araucárias	SC	Mata Atlântica	Trilha/Caminhada
Parque Nacional de Anavilhanas	AM	Amazônia	Observação da fauna
Parque Nacional de Itatiaia	RJ	Mata Atlântica	Pernoite
Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	MA	Marinho Costeiro	Trilha/Caminhada
Parque Nacional da Serra do Cipó	MG	Cerrado	Trilha/Caminhada
Parque Nacional do Iguaçu	PR	Mata Atlântica	Observação do céu noturno
Parque Nacional Marinho dos Abrolhos	BA	Marinho Costeiro	Mergulho
Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha	PE	Marinho Costeiro	Mergulho, observação do céu noturno, trilha/caminhada
Parque Nacional das Emas	GO	Cerrado	Observação da fauna
Parque Nacional da Serra da Canastra	MG	Cerrado	Observação da fauna

Fonte: o autor.

Quanto ao tipo de atividades noturnas que são desenvolvidas nestes parques, as respostas foram bastante variadas, o que pode ser observado através do Gráfico 1. Como o Brasil é um país de dimensões continentais, possui uma biodiversidade de destaque, biomas variados e grande extensão litorânea, a gama de ofertas é um reflexo destes fatores, o que leva a destacar o potencial do país para o ecoturismo, seja no período do dia, mas com possibilidades também para a noite.

Como observado no gráfico 1, a atividade mais recorrente é a trilha ou caminhada noturna. No caso do Parque Nacional do Itatiaia (SP/RJ), o mesmo não se identifica como um organizador de visitação noturna, mas admite o pernoite de

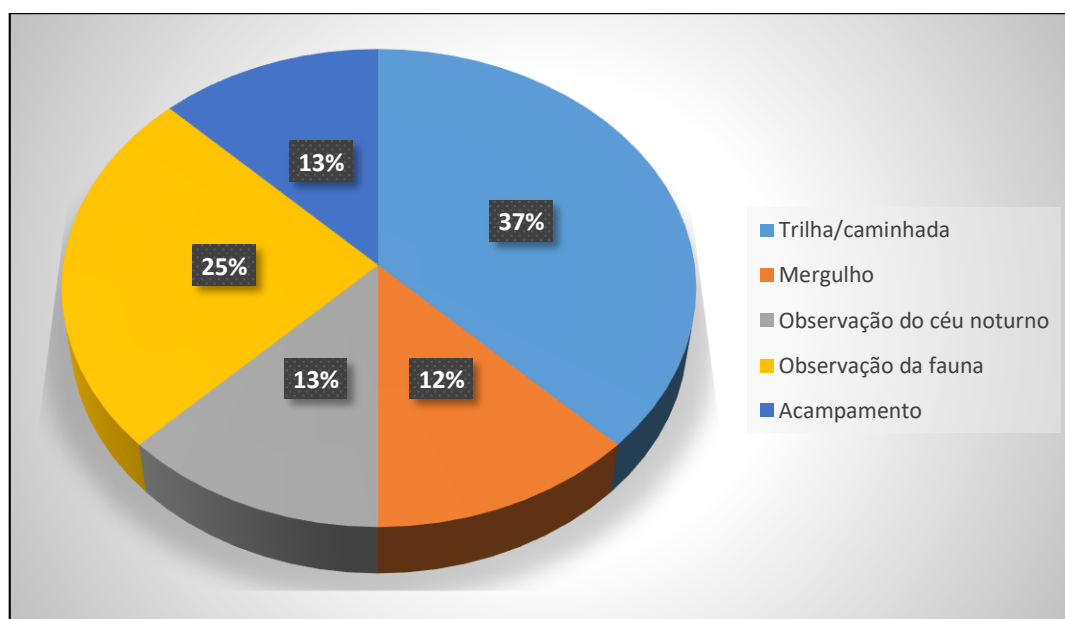
visitantes. Como uma das propostas de visitação neste parque são as travessias de longa distância, o parque disponibiliza espaço, estrutura, reservas e normas para pernoite em *camping*, *camping* selvagem ou abrigo de montanha, inclusive com três trilhas de travessia nas quais é possível o pernoite em locais pré-determinados. Assim, mesmo que de forma autônoma, o visitante tem a possibilidade de permanecer no parque em período noturno.

Figura 15: Cartograma de localização dos parques de pesquisa



Desta forma, o visitante que se utiliza dos abrigos e espaços para pernoite terá uma experiência diferenciada de um visitante que as faça no período diurno. O contato com o ambiente do parque no período noturno poderá trazer ao seu visitante sensações, vivências, observações diferentes, o que pode se refletir nas respostas dadas pelos demais parques como a observação do céu noturno e a observação da fauna. Seus gestores também identificam que a realização da observação do céu noturno é uma prática possível e interessante para implementação, não só no PN do Itatiaia, mas nos demais também.

Gráfico 1 - Atividades Noturnas Realizadas nos Parques Nacionais que participaram da pesquisa



Fonte: o autor

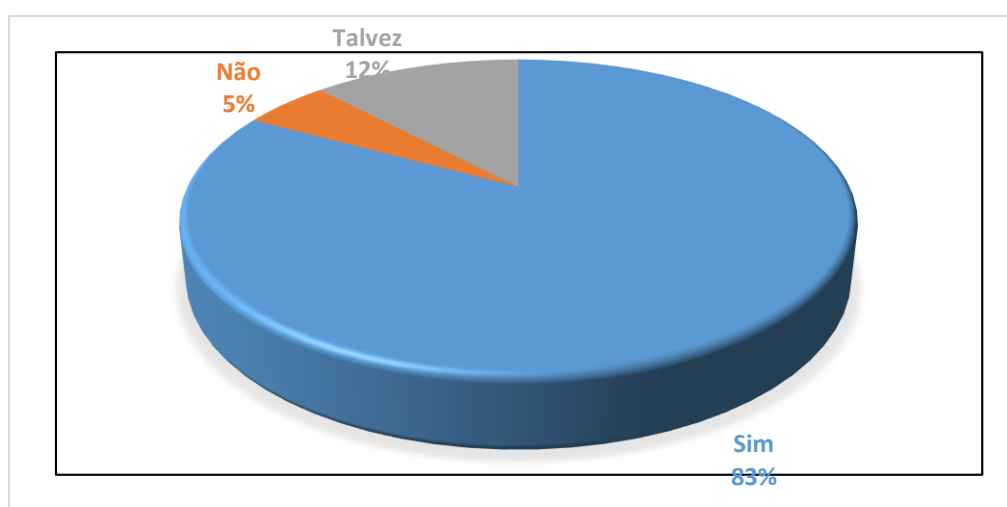
Quanto aos responsáveis pelo desenvolvimento das atividades noturnas nos parques, nove deles permitem que as sejam executadas por agências ou por condutores credenciados. Somente o Parque Nacional das Araucárias (SC) executa as trilhas e caminhadas noturnas com equipe própria e com apoio de voluntários.

Foi questionado aos gestores dos parques sobre a ocorrência de atividades esportivas noturnas. Neste quesito apenas os gestores do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos (BA) manifestaram a permissão para o mergulho autônomo e livre, mas ressaltam que recebem turistas que realizam pernoite em embarcações de turismo dentro da UC. Os condutores locais, credenciados pelo ICMBio, guiam a atividade, saindo de embarcações próprias. Por se tratar de um arquipélago, não são permitidas trilhas ou caminhadas noturnas nas trilhas.

Dentre os parques que já realizam algum tipo de visitação noturna e também os que reconhecem capacidade para desenvolver algum tipo, a diferença é destacada, dez já possuem noturnas, e catorze ainda não.

Também foi indagado aos gestores, a identificação entre haver possibilidade ou não para realizar algum tipo de visita noturna (Gráfico 2). Dos vinte e quatro parques, apenas um não identifica a possibilidade de realizar algum tipo, vinte reconhecem que seus parques possuem potencial para esta realização, dez já possuem alguma. Mesmo os três gestores que manifestaram o talvez como resposta, não descartam de imediato tal possibilidade, demonstrando como é necessário o aprofundamento sobre o tema e sobre as práticas em ação.

Gráfico 2 - Parques que identificam possibilidade para desenvolver alguma atividade noturna



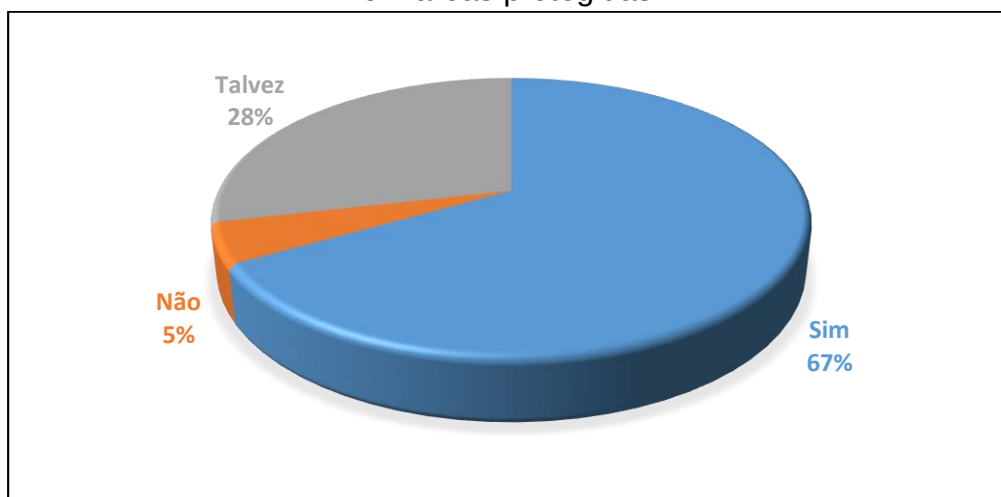
Fonte: o autor

Por fim, foi indagado aos gestores sobre a necessidade de serem estabelecidas diretrizes nacionais para a visita noturna em UCs. Como representado no gráfico 3, a maioria respondeu positivamente ou talvez. Os gestores do Parque Nacional de Matinguari (RO) resumem bem esta necessidade por parte das equipes de gestão quando afirmam que *“o fortalecimento da visita em áreas protegidas, sejam federais, estaduais ou municipais é necessário, além de ser uma estratégia de conservação da biodiversidade, o envolvimento do órgão gestor trabalhando de forma direta na qualidade de vida e bem estar da comunidade, além da oferta de um leque de possibilidades a serem desenvolvidas, ter uma diretriz, um norte que ajude a pensar, planejar e implantar essas atividades seria um ganho para*

a instituição e conseqüentemente, tornaria os parques, florestas nacionais opção de lazer para a família”.

Para esta questão das diretrizes, não foram analisadas apenas as respostas dos que já possuem atividades noturnas em desenvolvimento, mas de todos os gestores e analistas que responderam ao formulário *online* (23). Da mesma forma, os gestores do Parque Nacional de São Joaquim (SC) que confirmam a necessidade das diretrizes, dizem estar finalizando seu Plano de Manejo e operando duas trilhas em caráter experimental (Trilha da Pedra Furada e Trilha das Nascentes do Rio Pelotas). Esperam tratar das travessias no Plano de Uso Público do PNSJ, contemplando atividades noturnas (pernoite).

Gráfico 3 - Importância da criação de diretrizes que orientem as atividades noturnas em áreas protegidas.



Fonte: o autor

Também o Parque Nacional Serra da Bodoquena (MS) ainda não se encontra aberto à visitação, mas seus gestores entendem que há potencial para visitação noturna, apesar de não estar contemplado no Plano de Manejo ainda.

No decorrer da pesquisa houve o conhecimento de outras práticas diferenciadas na questão do uso do tempo diurno e noturno nos parques nacionais. Por exemplo, o PN da Amazônia realiza a atividade de observação de aves, o *birdwacthing*, os visitantes se dirigem ao parque ainda no período noturno, de

madrugada, para fazer a observação das aves e seus comportamentos nas primeiras horas da manhã.

7.2 ANÁLISE DE DADOS DOS PLANOS DE MANEJO DOS PARQUES NACIONAIS COM ATIVIDADES NOTURNAS

Com a identificação através do questionário eletrônico, dos PNs com visitação noturna oferecidas, houve a análise dos PMs desses parques. A intenção era fazer o reconhecimento das respectivas atividades, houve a análise e investigação das características de cada uma destas opções.

A seguir é apresentada a tabela 1, com as respectivas datas de elaboração dos PMs dos PNs analisados, também foi feita uma correlação entre as informações encontradas nos PMs e as que foram repassadas no questionário online.

Tabela 1: Data de elaboração dos PMs dos Parques Nacionais pesquisados

Parque Nacional do Iguaçu	2018
Parque Nacional de Anavilhanas	2017
Parque Nacional do Itatiaia	2014
Parque Nacional das Araucárias	2010
Parque Nacional da Serra do Cipó	2009
Parque Nacional da Serra da Canastra	2005
Parque Nacional das Emas	2004
Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	2003
Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha	1990
Parque Nacional Marinho dos Abrolhos	1991

Embora a elaboração do PM de qualquer UC seja um documento que necessite de tempo, de investimento financeiro, de pesquisa, de pessoal capacitado,

sua atualização é primordial para que a gestão mantenha suas orientações para atividades de ação explícitas, claras quanto aos seus objetivos e sua atuação.

Se o PM deve identificar as pessoas e as ações para a realização das atividades propostas nele (MILANO, 2001), ao encontrar PMs defasados, houve dificuldade em identificar dados fidedignos em relação às propostas que estão sendo realizadas nos PNs no período noturno. Esta não é uma crítica à equipe de gestão de cada parque, mas infelizmente, ela revela a dificuldade encontrada não somente pelos parques, mas pelas diversas modalidades de UCs em elaborar seus PMs, e o quanto precisam de incentivos e parcerias do setor público para as questões da organização e da manutenção das áreas protegidas.

Como afirmado por Valentine (1995), os governos querem que haja o aumento no número de visitantes nas áreas protegidas, mas negligenciam a falta de recursos para o manejo da visitação.

Assim, foi necessário além dos PMs, fazer pesquisa específica às divulgações dos parques nacionais na internet, procurando informações sobre as visitas em sites próprios de cada parque (geralmente associados ao ICMBio) ou a outros vinculados aos mesmos. Neste sentido, não foram pesquisados *sites* de operadoras de turismo, para não correr o risco de divulgar informações que mais se associam a um *marketing* comercial, com exposições errôneas e com pontos desconhecidos do que realmente ocorrem na visitação dos parques. Contatos com os gestores dos parques também foram realizados, para obtenção de dados ainda necessários.

7.2.1 Análise de Atividades Diurnas e Noturnas nos Parques

Quanto às atividades desenvolvidas em cada um dos parques, foi elaborado o Quadro 4, na qual estão apresentadas tanto nos PMs como nos outros meios de divulgação na internet para atividades diurnas, atividades noturnas e as relacionadas no questionário *online*.

Quadro 4: Atividades de visitação realizadas nos parques

(continua)

Parque	Atividades diurnas Plano de Manejo e outros meios de divulgação	Atividades Noturnas Plano de Manejo e outros meios de divulgação	Atividades Noturnas Questionário Online
PN da Serra da Canastra	caminhadas, banho de rio e de cachoeira, piquenique, contemplação da natureza e observação de vida silvestre	travessias de longa distância, pernoites para <i>campings</i> .	observação de fauna
PN da Serra do Cipó	escalada, travessias, caminhadas	caminhadas, travessias e pernoites	caminhadas, travessias e pernoites
PN das Araucárias	trilhas e caminhadas	trilhas e caminhadas	trilhas e caminhadas
PN das Emas	observação de fauna e flora, trilhas a pé ou motorizadas, banho. Trilha do Cerrado (ciclismo, trekking, pernoite e canoagem)	observação da fauna (bioluminescência)	observação da fauna
PN de Anavilhanas	interação com botos vermelhos, observação de fauna, flora e paisagem, trilhas e travessias terrestres e aquáticas, que podem ser realizadas de maneira livre ou guiadas	observação da fauna, pernoite acampado ou embarcado	observação da fauna
PN do Iguaçu	trilhas e caminhadas, passeio de barco, observação de fauna,	pernoite	observação do céu noturno
PN do Itatiaia	trilhas, caminhadas, travessias, montanhismo e escalada	pernoite	pernoite
PN dos Lençóis Maranhenses	banho, trilhas, caminhadas, turismo contemplativo, camping, passeios náuticos, surf e windsurfe.	caminhada Lual dos Lençóis, Trilha Betânia – Espigão, Circuito Queimada dos Britos e observação astronômica	trilhas e caminhadas
PN Marinho de Fernando de Noronha	banho, trilhas, caminhadas, turismo contemplativo, observação de flora e fauna, observação da geodiversidade, passeio de barco, mergulho	trilhas e caminhadas noturnas, observação do céu noturno e mergulho noturno	mergulho, observação do céu noturno, trilha/caminhada

Quadro 4: Atividades de visitação realizadas nos parques

(conclusão)

Parque	Atividades diurnas Plano de Manejo e outros meios de divulgação	Atividades Noturnas Plano de Manejo e outros meios de divulgação	Atividades Noturnas Questionário Online
PN Marinho dos Abrolhos	natação, mergulho, observação do fundo do mar, passeio nas ilhas Siriba e Redonda	mergulho	mergulho

Fonte: o autor

Como já comentado anteriormente, a diversidade de propostas   também um reflexo da diversidade de parques existentes no país. Embora estejam sendo apresentados dados de apenas dez parques, cabe ressaltar que o país possui setenta e dois parques nacionais abertos   visitação. Se a diversidade de atividades diurnas já é destacada nestes dez, muito mais seria nos demais. Ou seja, a possibilidade de ações diurnas e noturnas   ampla nos parques nacionais brasileiros. Além dos aspectos naturais de cada parque, há possibilidade de agregar elementos diferenciados às propostas de visitação, como os aspectos arquitet nicos de edificações presentes, aspectos culturais da população local, vivências diferenciadas na gastronomia, saberes populares, lendas, canções de cada região específica do parque, entre outras.

A diversidade de paisagens e de possibilidades pode ser maior do que a apresentada nesta pesquisa, além da contemplação terrestres, outras modalidades em transportes aquáticos e aéreos também podem ser disseminadas. Da mesma forma a realização de proposições de aventuras na natureza, os parques podem abrir a visitação associando a prática de atividades esportivas diferenciadas conforme suas características naturais presentes, como por exemplo a escalada, mergulhos em cavernas, arvorismo, entre outras.

O destaque destas diferentes propostas pode ser explicado pela dispersão geográfica com que estes parques estão localizados no país. Existem representatividades de todas as regiões brasileiras, ambiente terrestre e marinho, e de quase todos os biomas do país.

Destaca-se que todos os PMs informam nos seus planos de uso público, o tipo de atividade que pode ser realizada no período noturno dentro das áreas dos parques. A partir da análise de conteúdo desses PMs, houve a categorização de visitação presentes nos parques, as quais ficaram divididas em atividades de pernoite e atividades associadas, atividades de caminhadas e trilhas, e de mergulho noturno.

7.2.1.1 Atividades de pernoite e atividades associadas

A exemplo do que ocorre no PN do Itatiaia, o pernoite é registrado nos PNs da Serra da Serra do Cipó, Anavilhanas, Lençóis Maranhenses, Iguaçu e Abrolhos. Nos quatro primeiros, o registro de travessias e caminhadas de longa duração, fazem com que os parques se organizem com locais para pernoite. Alguns organizados em abrigos construídos, alguns com área para camping. Contudo, o visitante que esteja utilizando a área do parque para pernoite terá uma percepção espacial totalmente diferenciada do visitante de atividades diurnas. Mesmo que o parque não realize alguma proposta orientada durante a noite, as percepções, as sensações, os estímulos serão diferenciados, a vivência será outra, e dependendo das características deste visitante, ele poderá aproveitar este momento para realizar um momento contemplativo diferenciado.

A maior parte destes visitantes poderá realizar a atividade de observação do céu noturno com maior qualidade. Como geralmente os PNs estão localizados em áreas mais distantes dos centros urbanos, o nível de luminosidade será menor. A possibilidade de fazer uma observação do céu noturno poderá ser de boa qualidade. Se o visitante já tiver alguma noção de mapa celeste, sua observação será ainda mais aguçada. Mas mesmo para visitantes com esta noção não tão desenvolvida, a possibilidade de identificar pequenas constelações, de visualizar estrelas de tamanhos diferenciados, ou mesmo de meteoros riscando o céu como estrelas cadentes, terão ainda mais possibilidades de observação. No PN Marinho dos Abrolhos a condição é um pouco diferenciada, é permitido que o visitante permaneça

dentro do parque, no barco no período noturno, de um até três dias, e mesmo que não opte por realizar o mergulho noturno, as características de sua visita também poderão ter o destaque da descrição anterior.

No PN da Serra da Canastra, diferente do que está previsto em seu PM de 2005, não houve a implantação das travessias de longa distância ou pernoite em campings. A única atividade noturna permitida é a observação da fauna, ocorrendo com acompanhamento de condutor de visitantes credenciado pelo ICMBio.

7.2.1.2 Trilhas e caminhadas noturnas

Os PNs das Araucárias, Lençóis Maranhenses e Fernando de Noronha realizam especificamente trilhas e caminhadas noturnas em suas áreas. O fato de oferecer a mesma ação de dia e de noite mostra o que já foi afirmado por Tahara (2006), a vivência da atividade à noite pode trazer novas oportunidades, talvez alguns riscos controlados, uma nova experiência lúdica, uma aventura, com a capacidade de instigar outras sensações e emoções do cotidiano.

No PN dos Lençóis Maranhenses as trilhas e caminhadas também contam com características que terão condições diferenciadas de visita. A atividade do Lual dos Lençóis é uma caminhada nas dunas a partir da Lagoa Azul em direção à Lagoa Bonita em noites de luas nova e cheia, o objetivo é contemplar o reflexo da lua nas areias e lagoas dos lençóis. No Circuito Queimada dos Britos, além da possibilidade de pernoite durante a atividade, o PM prevê que deve haver pelo menos um dos condutores cadastrados, capacitado para interpretar o céu noturno do PNLM, associando aos astros indicados nas cartas celestes, as quais estarão disponíveis para compra no início do circuito no centro de visitantes.

7.2.1.3 Mergulho noturno

Quanto às atividades de mergulho noturno, os PNs Marinhos dos Abrolhos e de Fernando de Noronha oferecem essa possibilidade aos seus visitantes. No PNM de Fernando de Noronha o mergulho noturno ocorrerá em número de pessoas reduzido em 50% ao número de pessoas no período diurno. Cada mergulhador contará em dobro para atingir a capacidade de carga diária.

O mergulho noturno é uma modalidade do mergulho autônomo recreativo, que propicia ao visitante uma oportunidade de observar animais de hábitos noturnos, que não são vistos durante o dia, ou presenciar comportamentos que só ocorrem neste período. Entretanto, devido a diminuição do campo visual do mergulhador e a proximidade que ele mantém do fundo, as chances de contatos com a fauna bentônica, conseqüentemente o impacto ambiental do mergulhador aumenta nos mergulhos noturnos. Foi observado que a quantidade de vezes com que um mergulhador toca o fundo durante os mergulhos noturnos é em média duas vezes maior do que em mergulhos diurnos (BARKER; ROBERTS, 2004).

No PN dos Abrolhos é solicitado o uso dos mesmos equipamentos do que é solicitado durante o dia, sempre em duplas, com no mínimo uma fonte de luz artificial. Não é uma atividade incentivada, não é prevista, mas implementada. Há uma flexibilização das operadoras, são cinco no PNM dos Abrolhos, permitindo a prática desse tipo de mergulho até mesmo para amadores, os quais não têm a devida qualificação técnica para administrar alguns riscos inerentes à prática. As operadoras fazem passeios diários e com pernoite. Cada visitante recebe um folder ao chegar na UC distribuído pela equipe do parque, nele existem regras básicas para mergulhar sem danificar o ecossistema local, sendo ainda apresentada uma pequena palestra para os visitantes sobre o correto uso do parque, incluindo informações sobre mergulho livre e autônomo.

Os visitantes que vem para pernoite permanecem no barco, pois o PNM de Abrolhos não possui estrutura de pousada e de restaurante. Os mergulhos noturnos

são em sua maioria autônomos, sendo praticados por mergulhadores que realizaram curso específico para tal especialidade de mergulho. São realizados sempre partindo de embarcações que operam turismo na UC.

Observa-se que os parques têm procurado associar atividades diferenciadas nas visitas, por exemplo, as trilhas e caminhadas oferecem maior estímulo quando inseridas com a observação de fauna, de flora, do céu noturno, ou de uma característica particular do parque como a contemplação das cachoeiras, ou das dunas e piscinas naturais com a iluminação do luar.

7.2.2 Regras e Normas de Conduta no Período Noturno

Quanto às regras e normas que os parques apresentam em seus PMs para serem divulgadas aos visitantes para a realização das atividades noturnas, o Quadro 5 identifica os principais aspectos de cada um.

Entre as principais características observadas para a visita noturna estão: a obrigatoriedade de serem acompanhadas por profissional treinado, ou guia especializado, conhecedor das características locais ou das técnicas necessárias para o tipo de visita escolhida. No caso de travessias de longa duração, as quais utilizam abrigos ou *campings* para pernoite, um dos membros do grupo deverá conhecer bem o percurso da trilha, e portar rádio de comunicação na frequência do parque. Outra exigência é a utilização de equipamentos individuais, e ainda assinatura de termos de compromisso, de responsabilidade, de conduta, com a equipe gestora antes de iniciar qualquer atividade.

A maior parte dos parques disponibiliza na internet, informações sobre regras de conduta e de compromisso na visita de suas UCs. É importante ressaltar que o turismo em áreas naturais requer do visitante um comportamento adequado e responsável, e para as atividades noturnas isso tem uma dimensão maior, não só pelas questões de conservação e manutenção do ambiente a que se está visitando, também pelo zelo da segurança de seus participantes, bem como reduzir o impacto

da visitação. Neste caso, o visitante deve ter um cuidado especial aos aspectos ligados a emissão de ruídos e de luminosidade, assumindo atitudes que reduzam ao máximo o seu impacto negativo   biodiversidade presente.

Quadro 5: Regras e normas para atividades noturnas conforme os PMs

Parque	Atividades Noturnas	Regras e Normas de Conduta
PN da Serra da Canastra	travessias de longa distância, pernoites para <i>campings</i> .	travessias guiadas, em horários especiais, uso de rádio de comunicação com o parque ou concessionária.
PN da Serra do Cipó	caminhadas, travessias e pernoites	travessias somente com autorização dos gestores
PN das Araucárias	trilhas e caminhadas	não informa
PN das Emas	trilha do Cerrado, observação da fauna (bioluminescência)	há regras sobre horários, trilha definida, somente trilha guiada
PN de Anavilhanas	observação da fauna, pernoite acampado ou embarcado	diretamente com os operadores
PN do Iguaçu	caminhada da Lua Cheia	portar equipamentos individuais (lanternas, capas de chuva, e outros), passeio guiado, informações e normas recebidas antes de iniciar a atividade
PN do Itatiaia	pernoite	disponíveis no site do parque, estes materiais apresentam detalhes de conduta, segurança, uso público, conservação, que norteiam o comportamento e as responsabilidades do visitante
PN dos Len��ois Maranhenses	caminhada Lual dos Len��ois, Trilha Betânia – Espigão, Circuito Queimada dos Britos e observação astronômica	não informa
PN Marinho de Fernando de Noronha	trilhas e caminhadas noturnas, observação do céu noturno e mergulho noturno	estão presentes no site do parque, mas referem-se aos passeios diurnos, não faz menção às atividades noturnas
PN Marinho dos Abrolhos	mergulho	uso dos mesmos equipamentos solicitados para a atividade durante o dia, sempre em duplas, com no mínimo uma fonte de luz artificial

Fonte: o autor

Geralmente áreas protegidas estão distantes dos centros urbanos, o que já demanda maior atenção para questões de segurança caso seja necessário atendimento de uma emergência ou resgate, e além disso, os parques nem sempre contam com equipe de trabalho em número suficiente para suas demandas. Assim, fatores como distância e equipe de apoio são elementos indispensáveis para uma gestão de qualidade durante o dia, e se forem pensadas para o período noturno, podem se tornar fatores ainda mais complicantes. Por isso, o visitante em atividades noturnas, deve estar comprometido em respeitar e seguir todos os encaminhamentos apontados por seus gestores, de forma a se tornar um coparticipante do manejo e da gestão das propostas.

7.2.3 Controle do Número de Visitantes Noturnos

A maior parte dos parques pesquisados identifica o número máximo de visitantes noturnos. O Quadro 6 apresenta o controle de atividades e de visitantes por parque. Em algumas visitas, no caso das travessias, é limitado a um grupo por dia, e com número máximo de dez participantes. No caso do PN do Itatiaia, por haver mais de um percurso de travessia, e com abrigos mais estruturados e equipados, é permitido o pernoite de mais visitantes em cada uma das suas três unidades de apoio para dormitório.

No caso do mergulho noturno realizado nos PNMs dos Abrolhos e Fernando de Noronha, duas metodologias distintas foram adaptadas. O PNM dos Abrolhos considera o número de passageiros por embarcação para o controle da visita, já o PNM de Fernando de Noronha considera cada mergulhador noturno contará em dobro para atingir a capacidade de carga diária, portanto, deve-se levar em conta quantos mergulhadores já fizeram a atividade durante o dia para se controlar quantos poderão fazê-la no período noturno.

Quadro 6: Controle do número de visitantes nas atividades noturnas

Parque	Atividades Noturnas	Controle de Visitantes Noturnos
PN da Serra da Canastra	travessias de longa distância, pernoites para <i>campings</i> .	um grupo por dia, máximo 10 pessoas por grupo.
PN da Serra do Cipó	caminhadas, travessias e pernoites	não informa
PN das Araucárias	trilhas e caminhadas	não informa
PN das Emas	Trilha do Cerrado, observação da fauna (bioluminescência)	Trilha do Cerrado: um grupo por dia com máximo de 8 pessoas
PN de Anavilhanas	observação da fauna, pernoite acampado ou embarcado	Não há controle, vários operadores e várias entradas no parque
PN do Iguaçu	caminhada da Lua Cheia	5 grupos por noite, com 15 pessoas cada, permanência no Salto Floriano no máximo 15 minutos
PN do Itatiaia	pernoite	Abrigo Rebouças até 20 pessoas, camping até 20 pessoas, abrigo Água Branca até 26 pessoas,
PN dos Lençóis Maranhenses	caminhada Lual dos Lençóis, Trilha Betânia – Espigão, Circuito Queimada dos Britos e observação astronômica	Caminhada Lual dos Lençóis, um grupo por noite com máximo de 10 pessoas, Trilha Betânia-Espigão e Circuito Queimada dos Britos: um grupo por noite com máximo de 10 pessoas.
PN Marinho de Fernando de Noronha	trilhas e caminhadas noturnas, observação do céu noturno e mergulho noturno	Mergulho: número de pessoas reduzido em 50% ao número de pessoas no período diurno
PN Marinho dos Abrolhos	mergulho	Não existe indicação para a capacidade de carga para mergulho noturno, por não existir uma metodologia clara e aplicável para esta atividade, considera-se para efeito de manejo, a capacidade das embarcações de no máximo 15 passageiros ou mergulhadores

Fonte: o autor

7.3 DIRETRIZES PARA VISITAÇÃO NOTURNA

Quanto aos aspectos para a formulação das diretrizes para visitação noturna nos parques nacionais, esta pesquisa baseou-se nas diretrizes já formuladas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2006), nas propostas já implementadas e apresentadas nos PMs dos parques estudados, nos exemplos das atividades desenvolvidas em outros países, na leitura bibliográfica sobre o desenvolvimento e implementa o de diretrizes ecoturísticas, e demais materiais que nortearam os estudos desta pesquisa como a gestão da noite e o turismo em áreas naturais.

As diretrizes têm por objetivo solicitar a coopera o, segundo Blangy e Wood (2001), elas devem ser redigidas com habilidade, levando em considera o a maneira como será interpretada e utilizada.

A estrutura o e elabora o das diretrizes foi baseada nos modelos já formulados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2006), tanto para atividades similares de ocorrência no espaço tempo diurno, procurando sempre adaptar às situações da noite. Também nas propostas já implementadas e apresentadas nos PMs dos parques estudados, nos exemplos das atividades desenvolvidas em outros países, na leitura bibliográfica sobre o desenvolvimento e implementa o de diretrizes ecoturísticas, e demais materiais que nortearam os estudos desta pesquisa como a gestão da noite e o turismo em áreas naturais.

A seguir, são apresentadas nos Quadros 7 e 8, as propostas de diretrizes para visita o noturna em áreas naturais, divididas em segmentos que orientam a conduta de gestores e visitantes.

Quadro 7: Propostas de diretrizes para visita o noturna para gestores de UCs (continua)

Diretrizes
Determinar que todos os visitantes que realizem algum tipo de visita�o noturna, em grupo ou individual, preencham cadastro específico completo na recep�o da UC com apresenta�o de documentos, telefone e contato para emergência.
Monitorar e avaliar o comportamento do visitante na visita�o noturna oferecidas na UC, para minimizar os impactos nos hábitos da fauna local.

Quadro 7: Propostas de diretrizes para visitação noturna para gestores de UCs (conclusão)

Diretrizes
Estabelecer um sistema informativo para divulgar as regras de mínimo impacto, as advertências e os principais atrativos a serem observados e reconhecidos nas atividades noturnas.
Elaborar um termo de conhecimento de riscos das atividades noturnas, apresentar aos visitantes os cuidados principais e condicionar à assinatura e ciência por parte dos visitantes.
Implementar o sistema de iluminação mais apropriado para o tipo de atividade proposta, minimizando os efeitos da poluição luminosa, permanecendo ligado apenas no tempo necessário, que não seja mais brilhante que o necessário, protegida e voltada para baixo.
Orientar que nas atividades noturnas, o guia ou um dos acompanhantes do grupo deverá portar rádio de comunicação na frequência da equipe de gestão da UC, quando não houver a possibilidade de usar um rádio, utilizar celular para comunicação, ou outro método possível.
Indicar que nas atividades noturnas, conforme a natureza da proposta, todos os visitantes deverão portar equipamentos individuais, sendo que em alguns casos, o uso da lanterna é um item indispensável para sua autorização.
Sugerir que para efeitos de segurança e controle da visitação noturna, cada visitante noturno conte em dobro no cálculo de visitantes totais permitidos para as atividades de visitação. Quando a mesma atividade for oferecida de dia e de noite, para efeitos de cálculo, deverá ser estabelecida pela UC a prioridade de vagas conforme demanda.
Elaborar um plano de gestão de segurança e de resgate para as atividades noturnas oferecidas dentro da UC.
Estimular a pesquisa científica, especialmente estudos de levantamento de fauna e determinação da área de ocorrência, com vistas ao incentivo das atividades noturnas nas UCs.
Determinar que o tempo dedicado para a visitação noturna seja calculado em dobro ou maior quando considerada a mesma atividade durante o dia, devido à limitação visual, de forma que os outros órgãos sensoriais sejam estimulados para apreciação da atividade.
Orientar que para as atividades de caminhadas de longo percurso ou de travessia, abrigos e áreas para camping deverão ser implantadas para pernoite.
Determinar que as atividades de mergulho autônomo noturno ocorram no mínimo sempre em duplas e com o uso de uma luz artificial obrigatoriamente.

Fonte: o autor

Quadro 8: Propostas de diretrizes para visitação noturna para visitantes de UCs (continua)

Diretrizes
Apresentar à equipe de recepção ou de agendamento da UC documentos, telefone e contato para emergência atualizados.
Respeitar regras e normas de conduta nas atividades noturnas oferecidas na UC, para minimizar os impactos nos hábitos da fauna local.
Tomar ciência dos sistemas informativos disponibilizados pela equipe de gestão da UC quanto às regras de mínimo impacto, as advertências e os principais atrativos a serem observados e reconhecidos nas atividades noturnas.
Tomar ciência do termo de conhecimentos de riscos das atividades noturnas, registrar através de assinatura individual tal termo e tomar os cuidados necessários indicados no referido documento.

Quadro 8: Propostas de diretrizes para visita noturna para visitantes de UCs (conclusão)

Diretrizes
Possuir equipamentos básicos necessários para a natureza da atividade a ser desenvolvida na UC, sejam eles para grupos, no caso, portar rádio de comunicação na frequência da equipe de gestão da UC, ou celular quando for o caso, ou individuais: lanterna, calçados, vestuário, entre outros.
Utilizar equipamentos de iluminação artificial pertinentes ao tipo de atividade desenvolvida, respeitando as características individuais dos demais visitantes, bem como da fauna presente na UC.
Estar ciente que para a realização de atividades noturnas em UCs, cada visitante conta em dobro no cálculo da capacidade de carga.
Participar com informações na pesquisa científica, colaborando com a equipe de gestão de forma a aprofundar os estudos sobre as atividades noturnas nas UCs.
Utilizar somente as áreas determinadas pela equipe de gestão da UC para pernoite dentro da área, sejam eles abrigos ou áreas para <i>camping</i> .
Tomar ciência que para as atividades de mergulho autônomo noturno sempre ocorrerão em duplas ou grupos e com o uso de uma luz artificial obrigatoriamente.

Fonte: o autor

O intuito desta proposta foi verificar a linha de temas e propostas já lançadas pelo MMA, e a partir das análises das diretrizes que são sugeridas para as demais atividades, organizar uma sequência que contemple os principais aspectos quanto à visita, segurança, qualidade e gestão durante o espaço-tempo noturno.

É fundamental que organizações locais, nacionais e internacionais troquem informações, que façam um trabalho conjunto para definir diretrizes. Elas devem elaborar um conjunto que possam ser utilizados por uma variedade de locais e de atividades, devem orientar o comportamento do visitante em uma ampla gama de circunstâncias (BLANGY; WOOD, 2001). As autoras enfatizam ainda, que mesmo quando um plano geral de diretrizes estiverem prontas, novas orientações, ainda mais específicas podem ainda ser formuladas pelos grupos de usuários dos recursos, e também pelos seus gestores.

Além das diretrizes, o funcionamento de serviços públicos também pode elaborar enquanto atos administrativos, as instruções normativas. O ICMBio tem adotado a prática de elaboração de instruções normativas¹⁶ específicas para as

¹⁶ Exemplos de instruções normativas do ICMBio podem ser citadas como a Instrução Normativa 21/2018, que disciplina os procedimentos para a elaboração, aprovação, publicação, implementação, monitoria, avaliação e revisão de Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção; Instrução Normativa 04/2009, que estabelece procedimentos administrativos para

questões de visitas e monitoramento das UCs. Neste sentido, como proposta complementar desta pesquisa, sugere-se no Quadro 9, um conjunto de procedimentos administrativos para as equipes de gestão e planejamentos das UCs, que podem ser analisados, discutidos e implementados nas questões referentes à visita noturna em UCs.

Quadro 9: Procedimentos para instrução normativa de visita noturna em UCs.

Propostas
Cada UC deverá viabilizar a oferta de atividades para visita noturna, segundo as especificidades e características próprias da sua área.
Cada UC deverá apresentar ao ICMBio planilha orçamentária, tanto de recursos físicos como humanos, para a incentivação/realização das atividades de visita noturna.
Cada UC deverá avaliar os impactos de visita noturna à biodiversidade e ecossistemas presentes, bem como criar um plano de ação estratégica para mitigação desses impactos.
A UC deverá identificar os responsáveis pela prestação de serviço às visitas noturnas, sendo sugerida prioritariamente servidores do ICMBio, principalmente nas atividades de guias e condutores de trilhas, ou de concessionárias autorizadas e credenciadas pelo ICMBio para demais atividades de natureza específica como por exemplo: o mergulho noturno ou outra de natureza específica.
A UC deverá assegurar que os visitantes preencham ficha de cadastro, tanto para atividades individuais como para grupos, determinando o número de visitantes dentro da UC, de forma a garantir o controle de visita e demais necessidades como segurança, resgate e demais situações de emergência.
A UC determinará que para as atividades noturnas é obrigatório que os visitantes preencham o termo de conhecimento de riscos, afirmando pleno conhecimento e experiência da atividade a ser realizada (mergulho, trilha, caminhada, acampamento, ou outra atividade proposta), sabendo dos possíveis riscos para sua realização, bem como manuseio correto e completo de equipamentos necessários.
A UC deverá fiscalizar e garantir que os visitantes estejam portando os equipamentos individuais necessários para a prática das atividades, bem como vestuários apropriado para tal, portar alimentos, água e materiais para primeiros socorros.
A UC certificará a existência de um sistema de comunicação entre a equipe de gestão e o visitante, e no caso de grupos, pelo menos um visitante responsável para cada dez integrantes.
A UC deverá monitorar o fluxo de visitantes noturno através de contagem direta ou indireta.
A UC deverá avaliar a experiência do visitante noturno por meio de materiais de coleta de dados, como questionários e demais instrumentos de avaliação.
A UC deverá fazer um levantamento quanto ao sistema de iluminação noturna mais condizente com as atividades propostas, minimizando impactos negativos na poluição luminosa e na vida noturna da avifauna.

Fonte: o autor

autorização de atividades condicionadas ao controle do poder público e não sujeitas ao licenciamento ambiental e de atividades cuja autorização seja exigida por normas específicas. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/parnaquimaraes/legislacao/instrucao-normativa.html>, consultado dia 19/03/2019.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ecoturismo em áreas protegidas pode, por meio da interpretação da natureza, aproveitar seu potencial para maximizar as chances de mudança de atitudes do visitante, em relação ao meio ambiente (KINKER, 2005). Desta forma, deve-se investir em infraestrutura, em atividades diferenciadas para que as alternativas de visitação em UCs agreguem qualidade na interação sociedade e natureza.

O atual interesse por temas relativos ao meio ambiente permite a interpretação de seus indícios como um desejo de retornar à natureza (SERRANO, 1997). Mesmo que a maior parte da população hoje resida em ambientes urbanos, há muita natureza envolvida em suas relações cotidianas, e refletir e aproximar-se das questões da natureza estão ainda presentes neste estilo de vida urbano.

Nesse sentido, estar em um local de natureza protegida, leva a reflexões da necessidade de cuidar e conservar os ambientes naturais, pois nestes locais sejam eles UCs, parques, praças, jardins e entornos sempre ocorrem novas experiências com a natureza e entre os indivíduos.

Analisando a prática do turismo em diversas UCs, principalmente nos PNs, observa-se o quanto há de satisfação do visitante em realizar as atividades propostas, contemplar uma natureza preservada, compreender os ecossistemas, obter informações complementares dos ciclos da natureza, ter a oportunidade de fazer uma interpretação ambiental de qualidade. Mesmo que inserido em um contexto de lazer, a visitação em áreas naturais promove essa aproximação, e pode trazer uma proposta diferenciada de relação da sociedade com a natureza.

Como analisado na fundamentação teórica deste estudo, a maior parte de atividades voltadas ao lazer noturno ainda estão ligadas aos atrativos urbanos, com roteiros e atrativos culturais, gastronômicos e esportivos. A proposta de análise nesta pesquisa visou identificar as ofertas de lazer na visitação noturna em parques nacionais, o que ainda é considerado novo, sem material científico produzido até o presente momento. Desta forma, pode-se considerar que uma nova proposta vem se disseminando no lazer e no turismo no espaço-tempo noturno, a visitação noturna em

áreas naturais. Embora pouco divulgada, pouco apresentada nos canais de comunicação, esta nova oportunidade de lazer está sendo pensada e organizada pelos PN's brasileiros, o que reflete a necessidade de ser estudada mais profundamente, de ser gerida com responsabilidade, tanto para o visitante, como para os ecossistemas que são observados.

Ao utilizar uma área protegida, uma UC, há a possibilidade de sensibilização em como o visitante desenvolve suas relações na natureza e com a natureza. Os visitantes podem ser sensibilizados a repensarem suas práticas e desenvolverem um estilo de vida voltado ao respeito à natureza, ao aprimoramento de atitudes de conservação ambiental, de proteção às espécies de fauna e flora, a criação de uma consciência ambiental e a busca pela sustentabilidade.

Com os dados obtidos nesta pesquisa, observou-se que dez PN's já possuem atividades de visitação noturna em andamento, outros estudam propostas semelhantes, verificando o potencial turístico da sua área para disseminar essa possibilidade. O Brasil é um país megadiverso, com inúmeras possibilidades, há muita criatividade nas atividades que podem ser oferecidas. Identificar e reconhecer as ações em andamento na visitação noturna, pode estimular novas ofertas, novos estudos e pesquisas de cunho geográfico, turístico e ambiental.

Sendo assim, visitas noturnas em áreas naturais apresentam-se como uma nova possibilidade para que as UCs promovam uma maneira diferente de fazer o contato entre sociedade e natureza. Trazem aos visitantes observações diferenciadas do ambiente natural daquelas que ocorrem durante o dia, estímulos diversificados dos sentidos, novos olhares sobre as áreas naturais, revelando uma nova forma de interpretação sobre as áreas protegidas.

Mas é de suma importância que sejam contempladas e analisadas nos Planos de Manejo das UCs. A existência do plano de uso público da unidade deve analisar as possibilidades das visitas, mas elencar também as restrições. Traçar um planejamento de gestão consciente das limitações, também é tarefa indispensável para o sucesso de suas ações.

Além dos dez parques nacionais com algum tipo de atividade noturna em atuação, foi verificado o quanto os demais parques reconhecem esta possibilidade para a sua gestão. Isso demonstra o quanto a temática da visitação noturna e a pesquisa nesta área são importantes pois poderão auxiliar na disseminação de novas propostas, trazer para o diálogo do ICMBio o relato de experiências exitosas, ponderar as fragilidades, verificar possibilidades e analisar as potencialidades.

Como esta pesquisa também está mais direcionada para as questões geográficas da gestão do território, especificamente para o uso público dos espaços de natureza protegida para visitação turística, espera-se que outras áreas científicas também se interessem pela temática do espaço-tempo noturno, e dentro de suas especificidades e campos de atuação, também ofereçam estudos, pesquisas, análise de dados, de forma a otimizar a utilização deste período de forma mais eficaz. Esta pesquisa traz um diagnóstico inicial das propostas de visitação noturna em PNs, o que abre campo para o surgimento de outras pesquisas, por exemplo, um diagnóstico da visitação noturna em outras categorias de UCs, o próprio turismo em áreas naturais ainda possui um campo de pesquisas a ser explorado e pesquisado nas questões do espaço-tempo noturno: o perfil de visitantes, as ofertas nas demais categorias de UCs, *marketing* e propaganda, prestação de serviços e outros mais.

Como afirmado por Alves (2009), a noite deixou de ser um tempo improdutivo, no campo das atividades de lazer, cada vez mais têm surgido oportunidades de entretenimento à noite. O Brasil possui uma biodiversidade destacada, favorecer a discussão sobre a visitação noturna em áreas naturais trará maior crescimento para a oferta da mesma, e desta forma consolidar a prática desta proposta. Isto está se refletindo também no turismo em áreas naturais, as ofertas apontadas neste estudo mostram o quanto estas práticas podem melhorar as oportunidades de vida e de lazer dos ecoturistas.

Ainda não foram estabelecidas diretrizes que norteiem as UCs sobre essas atividades, mas é possível que com a análise das propostas existentes e testadas, sejam organizadas as normas que referenciem gestores, monitores, guardas-parque e visitantes, para que os objetivos das áreas protegidas permaneçam fiéis às suas

propostas, garantindo segurança às pessoas e proteção e conservação aos seus elementos naturais. A visitação noturna é uma proposta presente no Brasil, espera-se que esta pesquisa auxilie na discussão e na proposição de tais diretrizes.

Criar diretrizes para os visitantes é um passo importante para a elaboração de um programa ecoturístico, é uma forma positiva de incentivar as pessoas a se conscientizarem do seu próprio comportamento e de contribuírem para a conservação da natureza e de um turismo sustentável (BLANGY; WOOD, 2001).

Semelhantemente ao que já existe quanto a outros tipos de atividades em áreas protegidas, como por exemplo visitação em cavernas, ou mergulho, ou escaladas, criar diretrizes para a visitação noturna em áreas protegidas revelam importância para uniformizar um padrão a ser oferecido, relacionando principalmente às questões de segurança, controle e de oferta, respeitando sempre as especificidades de cada parque nacional.

Os elementos que ainda merecem discussão e análise na construção destas diretrizes, devem estar relacionados com a elaboração de um roteiro de normas de segurança a serem apresentadas junto ao material de divulgação, com descrição detalhada das atividades a serem desenvolvidas, e outras informações sobre a idade mínima para o passeio, equipamentos básicos, vestuário, calçados, equipamentos de iluminação, termo de conduta e também informações sobre os possíveis riscos.

Outro questionamento ainda necessário para as equipes de gestão dos parques é a definição do número de participantes, de forma a otimizar a divulgação, correspondendo aos objetivos de proteção e conservação das UCs.

Os PMs podem especificar em seus planos de uso público o número de visitantes em cada atividade, mas existem várias intercorrências que devem ser levadas em conta para tal definição, e até mesmo a alteração desses números no decorrer das ofertas. Contudo, otimizar uma visitação de qualidade, com a garantia de segurança e de satisfação na visita, também devem ser elementos de ponderação.

Ainda cabe ressaltar que as belezas presentes nas áreas protegidas, associadas à experiência de uma visitação noturna em unidades de conservação de

proteção integral, proporcionam vivências diferenciadas para seus visitantes, e poderão trazer para o meio científico novas contribuições de como a sociedade pode se relacionar com o meio natural, fortalecendo novas possibilidades de contemplação, respeito e interação socioambiental.

No decorrer desta pesquisa foi possível observar que as propostas nas visitas noturnas não precisam ser isoladas, há muita possibilidade de associar diferentes atividades na mesma visita. Ao fazer uma trilha noturna, há possibilidade de reconhecimento de elementos especiais da fauna e flora local, observação do céu noturno, praticar atividades de aventura, entre outras, por isso, reunir diferentes práticas, maior valor às propostas de passeio e de lazer.

E além disso, a valorização dos elementos culturais de cada UC também pode ser resgatada na visita noturna. Cada área protegida possui uma história, possui uma construção social na sua relação com o meio ambiente. Trazer estas características culturais, as lendas, as tradições, os costumes, isso tudo também agrega valor e respeito pela área protegida, contribuindo para o enriquecimento social e do patrimônio cultural.

Esta tese, e a produção elaborada através de seus estudos, possivelmente serão apresentadas em congressos, reuniões técnicas, seminários, e em outros eventos acadêmicos, locais onde a presença de gestores e coordenadores de instituições ligadas às UCs se fazem presentes, tendo a possibilidade de disseminar uma discussão mais aprofundada, que repercuta em nível nacional.

REFERÊNCIAS

- ACQUAVIVA, M. C. **Dicionário Acadêmico de Direito**. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 1999.
- ALMEIDA, R. C. V. O sistema estadual de unidades de conservação do Estado de Minas Gerais: diagnóstico dos instrumentos de planejamento e gestão e perspectivas. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação (IV: 2004: Curitiba) **Anais...** Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 2004. v. II, p.106.
- ALMEIDA, D.; FUMEGA, J.; ALVES, T. **A noite como produto turístico a integrar no planejamento urbano**. Finisterra, XLVI, 92, 2011.
- ALVES, T. **Geografia da noite**: conhecer, compreender e repensar os territórios. Relatório do Programa, Universidade de Lisboa, 2009.
- ALVES, T. Gestão da noite e oportunidades de desenvolvimento dos territórios. **Revista Perspectivas em gestão & conhecimento**. João Pessoa, v. 1, n. 2, jul/dez 2011.
- BARDIN, I. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 1994.
- BARKER, N. H. L.; ROBERTS, C. M. 2004. Scuba diver behaviour and the management of diving impacts on coral reefs. **Biological Conservation**, 120: 481–489, 2004.
- BLANGY, W.; WOOD, M. E. Desenvolvendo e implementando diretrizes ecoturísticas para áreas naturais e comunidades vizinhas. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo, 3ª edição: Editora SENAC, 2001.
- BRASIL. Lei federal n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Disponível em <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/criacao-ucs> Acesso em 18 de março de 2014.
- BRASIL. Lei federal n. 11.516, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Instituto Chico Mendes**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11516.htm Acesso em 21 de agosto de 2015.

BRASIL. MMA. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Departamento de Áreas Protegidas. **Diretrizes para visitação em unidades de conservação**. Brasília, 2006a.

BRASIL. MMA. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de Áreas Protegidas. **Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP**. Decreto n. 5.758, de 13/04/2006. Brasília, 2006b. Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/240/arquivos/decreto_5758_2006_pnap_240.pdf consultado dia 10/11/2018.

BRASIL. MMA. **Plano de Manejo do Parque Nacional de Anavilhanas**. Novo Airão, 2017 disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/component/content/article?id=1977:parna-de-anavilhanas> consultado dia 03/02/2018.

BRASIL. MMA. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Canastra**. Brasília, 2005. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/cerrado/unidades-de-conservacao-cerrado/2090-parna-da-serra-da-canastra>, consultado dia 16/05/2018.

BRASIL. MMA. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Cipó**. Brasília, 2009, disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/component/content/article?id=2092:parna-da-serra-do-cipo>, consultado em 19/03/2018.

BRASIL. MMA. **Plano de Manejo do Parque Nacional das Araucárias**. Brasília, 2010, disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/component/content/article?id=2199:parna-das-araucarias> consultado em 29/11/2017.

BRASIL. MMA. **Plano de Manejo do Parque Nacional das Emas**. Brasília, 2004. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/component/content/article?id=2093:parna-das-emas>, consultado em 19/03/2018.

BRASIL. MMA. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu**. Brasília, 2018. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/component/content/article?id=2204:parna-do-iguacu> Consultado em 20/05/2019.

BRASIL. MMA. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Itatiaia**. Brasília, 2014. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/component/content/article?id=2181:parna-do-itatiaia> consultado dia 20/10/2017.

BRASIL. MMA. **Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. Brasília, 2003. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/component/content/article?id=2264:parna-dos-lencois-maranhenses> consultado dia 09/04/2018.

BRASIL. MMA. **Plano de Manejo do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha**. Brasília, 1990. Disponível em http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/biodiversidade/_PARNA_MARINHA_DE_FERNANDO_DE_NORONHA.pdf consultado dia 10/05/2018.

BRASIL. MMA. **Plano de Manejo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos**. Brasília, 1991, disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/component/content/article?id=2267:parna-marinho-dos-abrolhos> consultado em 27/04/2018.

BRASIL. MMA. **Plano de Uso Público do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos**. Brasília, 2003, disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/component/content/article?id=2267:parna-marinho-dos-abrolhos> consultado em 27/04/2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. Brasília, 2008.

BRUHNS, H. T. O corpo visitando a natureza: possibilidades de um diálogo crítico. In: SERRANO, C. M. T.; BRUHNS, H. T. **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas: Papirus, p. 125-140, 1997.

BRUHNS, H. T. No ritmo da aventura: explorando sensações e emoções. In: MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. **Turismo, lazer e natureza**. São Paulo: Manole, p. 29-52, 2003.

CASTRO JUNIOR, E.; COUTINHO, B. H.; FREITAS, L. E.; Gestão da Biodiversidade e Áreas Protegidas. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. **Unidades de conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 25 – 65, 2012.

CEBALLOS-LASCURAIN, H. Ecotourism as a worldwide phenomenon. In: **Ecotourism: a guide for planner & managers**. North bennington, Vermont: The Ecotourism Society, 1993.

CEBALLOS-LASCURAIN, H. **Tourism, ecotourism an protected areas**. Suíça: IUCN, 1996.

CISOTTO, M. F. **Sobre TOPOFILIA**, de YI-FU TUAN. Geograficidade | v.3, n.2, Inverno 2013.

COIMBRA, D. A. Atividades físicas de aventura na natureza e possíveis aprendizados. In: SCHWARTZ, G. M. **Aventuras na natureza**: consolidando significados. Jundiaí: Fontoura Editora, p. 159 – 168, 2006.

CUNHA, A. S; LEITE, E. B. Percepção Ambiental: Implicações para a Educação Ambiental. **Sinapse Ambiental**. p. 66-79, 2009.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2001.

DIEGUES, A. C. S. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: SERRANO, C. M. T.; BRUHNS, H. T. **Viagens à natureza**: turismo, cultura e ambiente. Campinas: Papirus, p. 85-102, 1997.

DIOS, C. B.; MARÇAL, M. S. Legislação ambiental e a gestão de unidades de conservação: o caso do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba-RJ. IN: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. **Unidades de conservação**: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 173 – 199, 2012.

DRUMMOND, J. A. **Devastação e preservação ambiental**: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 1997.

ESPINASSE, C.; BUHAGIAR, P. **Les passagers de la nuit**. Paris: Editions L'Harmattan, 2004.

ESPINASSE, C.; GWIAZDZINSKI L.; HEURGON L. **La nuit en questions(s)**. Paris: Editions de l'Aube, 2005.

FERREIRA, E. D.; POMPÉIA, S. M. Turismo Sustentável: perspectivas. In: CEPAM E CORREIOS. **O município no século XXI**: cenários e perspectivas. São Paulo: Edição Especial, 1999.

GASTAL, S. **Turismo, imagens e imaginários**. São Paulo: Aleph, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª ed. São Paulo, Atlas, 1991.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GRAEFE, A. R.; KUSS, F. R. & VASKE, J. J. **Visitor impact management – the planning framework**. Washington D. C.: National Parks and Conservation Association, 1990.

GRAN CANARIA. **Observación de las estrellas en Gran Canaria**. Disponível em <http://www.grancanaria.com/turismo/es/10-razones-para-volver-a-gran-canaria/observacion-de-las-estrellas-en-gran-canaria/> Acesso em 01/04/2019.

GUERRA, A. J. T., COELHO, M. C. N. **Unidades de Conservação** Abordagens e Características Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

GUERRA, A. J. T.; LOPES, P. B. M. APA de Petrópolis: um estudo das características geográficas. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. **Unidades de conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 113 – 141, 2012.

GWIAZDZINSKI, L. **La ville 24 heures sur 24**. Paris: Edition l'Aube, Collection Monde en Cours, 2003.

GWIAZDZINSKI, L. **La nuit, dernière frontière de la ville**. Paris: L'aube essai, 2005.

GWIAZDZINSKI, L. **Nuits d'Europe, pour des villes accessibles et hospitalières**. Belfort: Chantiers, 2007.

HENDEE, J. C; DAWSON, C.P **Wilderness Management – stewardships and protection of resources and values**. Ogden: Fulcrum Publishing, 2002.

HIRATA, S.R.; QUEIROZ, O.T.M.M. Percepção do visitante sobre a relação entre turismo e meio ambiente no município de Campos do Jordão (SP). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.5, n.3, set/dez-2012.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas: Papirus, 2005.

KRUGER NATIONAL PARK. **Kruger Park Night Safari, South Africa.** Disponível em http://greater.krugerpark.co.za/Kruger_Park_Game_Viewing_Activities-travel/kruger-night-game-viewing.html Acesso em 20/05/2019.

LAGE, B. H. G.; MILONE P. C. Fundamentos econômicos do turismo. In: LAGE, B. H. G.; MILONE P. C. (org.) **Turismo: teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 2000.

LECHNER, L. **Planejamento, implantação e manejo de trilhas em unidades de conservação.** Cadernos de Conservação. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. Ano 03, n. 03, Junho/2006.

LEUZINGER, M. D. **Natureza e cultura: direito ao meio ambiente equilibrado e direitos culturais diante da criação de unidades de conservação de proteção integral e domínio público habitadas por populações tradicionais.** Dissertação de Doutorado. Brasília: UnB, 2007.

LUIZ JR. O.J. **Estudo de capacidade de carga e de operacionalização das atividades de turismo náutico no Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha.** Projeto para a conservação e manejo dos ecossistemas brasileiros – PROECOS PROJETO PNUD BRA/00/009 – Produto 3. Brasília, 2009.

MACHADO, A. **Neuroanatomia funcional.** São Paulo: Atheneu, 2000.

MACHADO, F. H. Mundo emocionado e as atividades físicas de aventura na natureza. In: SCHWARTZ G. M. **Aventuras na natureza: consolidando significados.** Jundiaí: Fontoura Editora, p. 103-112, 2006.

MAGANHOTTO, R. F. **A utilização dos índices de representação do relevo como ferramenta de suporte ao zoneamento ambiental de unidades de conservação: estudo de caso da Floresta Nacional de Irati-PR.** Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Setor de Ciências da Terra. UFPR, 2013.

MARINHO, A. Atividades de aventura na natureza e algumas relações com o ambientalismo. In: SCHWARTZ G. M. **Aventuras na natureza: consolidando significados.** Jundiaí: Fontoura Editora, p. 47-56, 2006.

MENEGUZZO, I. S. **Unidades de conservação nos Campos Gerais,** diferentes abordagens. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015.

MILANO, M.S. Conceitos e princípios gerais de ecologia e conservação. In: Curso de Administração e Manejo de Unidades de Conservação. Apostila. Guaraqueçaba, 2001.

MILANO, M.S. Por quê existem as unidades de conservação? In: MILANO, M. S. (org.) **Unidades de conservação**: atualidades e tendências. Curitiba: Fundação Boticário de proteção à natureza, 2002.

MOREIRA, J. C. **Geoturismo e interpretação ambiental**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2011.

MOREIRA, J. C. C. Ambiente, ambiência e topofilia. In: SCHWARTZ G. M. **Aventuras na natureza**: consolidando significados. Jundiaí: Fontoura Editora, p. 35-45, 2006.

NAMET. Nam Et-Phouí Louey – National Protected Area. Disponível em <http://www.namet.org/wp/en/>, Acesso em 20/05/2019.

NARBONI, R. **A luz e a paisagem**: criar paisagens noturnas. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

NELSON, S. P. Uso público nas unidades de conservação. In CASES, M. O. **Gestão de Unidades de Conservação**: compartilhando uma experiência de capacitação. WWF-Brasil, Brasília, p. 215-236, 2012.

NPS, National Park Service. **Night Skies**. Disponível em <https://www.nps.gov/subjects/nightskies/index.htm>, Acesso em 04/03/2019.

OLIVEIRA, A. P. **Turismo e Planejamento: planejamento e organização**. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, E.C.; COSTA, A. P. M. Paradigmas, desenvolvimento sensorial como tema de educação ambiental. **Caminhos de Geografia**. V. 18, p. 17 – 26, junho, 2006.

OLIVEIRA, T. L. F.; VARGAS, I. A. Vivências integradas à natureza: por uma educação ambiental que estimule os sentidos. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. V. 22, p. 309 – 322, jan/jul, 2009.

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO E INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. **Desenvolvimento de turismo sustentável**: manual para organizadores locais. Brasília, MKT Publish Company, 1994.

PACHECO, É.; SILVA, H.P. **Compromissos Epistemológicos do Conceito de Percepção Ambiental**. Rio de Janeiro: Departamento de Antropologia, Museu Nacional e Programa EICOS/UFRJ, 2007.

PÁDUA, C.; R. E. BODMER, L.; CULLEN-JR. (Orgs.). **Manejo e Conservação de Vida Silvestre no Brasil**. Brasília, DF: CNPq; Belém, PA: Sociedade Civil Mamirauá, 285 p. 2002.

PAQUOT, T. Le sentiment de la nuit urbaine aux XIXe et SSe siècles. **Les annales de La Recherche Urbaine**, n. 87, p-8-15, 2000.

QUEIGE, L. Le rapport entre la nuit et l'attractivité touristique des villes. In ESPINASSE, C.; GWIADZINSKI L.; HEURGON L. **La nuit en questions(s)**. Paris: Editions de l'Aube, p. 233-242, 2005.

RESERVA MONTEVERDE. **Passeios noturnos**. Disponível em <https://cloudforestmonteverde.com/> Acesso em 04/03/2019.

RUSCHMANN, D. M. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 1997.

SANTOS, N. P.; MOREIRA, C. O. **O lazer e a noite**. Imagens de uma cidade universitária: Coimbra. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/14039/1/O%20lazer%20e%20a%20noite.pdf> Acesso em 06/09/2017.

SCHWARTZ, G. M. **Aventuras na natureza**: consolidando significados. Jundiaí: Fontoura Editora, 2006.

SERRANO, C. M. T. Uma introdução à discussão sobre turismo, cultura e ambiente. In: SERRANO, C. M. T; BRUHNS, H. T. (org.) **Viagens à natureza**, turismo, cultura e ambiente. Campinas: Papirus, p.11-26, 1997.

SILVA, R. L. **As emoções das atividades físicas de aventura na natureza e a ressignificação do papel feminino**. 2004. 175 pág. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade). Instituto de Biociências. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo, 2004.

SOUZA, T. V. S. B., THAPA, B., CASTRO, E. V. **Índice de Atratividade Turística das Unidades de Conservação Brasileiras**. PAPP, Brasília, 2017.

TAHARA, A. K. Fatores de aderência às atividades de aventura. In: SCHWARTZ, G. M. **Aventuras na natureza**: consolidando significados. Jundiaí: Fontoura Editora, p. 113-126, 2006.

TAKAHASHI, L. **Uso público em unidades de conservação**. Cadernos de Conservação. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. Ano 02, n. 02, Outubro/2004.

TELES, M. A. **Análise do potencial turístico do município de Campo Magro – PR: áreas de proteção ambiental e zona rural.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, UFPR, 2002.

TUAN, Y. F. Place: an experiential perspective. **Geographical Review.** 65, p. 151-165, 1975.

TUAN, Y. F. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Y. F. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Londrina: Eduel, 2012.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VALENTINE, P. S. **Ecotourism and nature conservation.** A definition with some recent developments in Micronesia. *Tourism Management*, April, 1995.

VALLEJO, L. R. Unidade de Conservação: Uma Discussão Teórica à Luz dos Conceitos de Território e Políticas Públicas. **GEOgraphia**, v. 4, n. 8, 2002.

VIDAL, M.D.; SANTOS, P.M.C.; OLIVEIRA, C.V.; MELO, L.C. Perfil e percepção ambiental dos visitantes do flutuante dos botos, Parque Nacional de Anavilhanas, Novo Airão – AM. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, 7(3), p.419-435, 2013.

VIO, A. P. A. Uso Sustentável na Zona de Amortecimento Como Estratégia à Integridade e à Consolidação das Unidades de Conservação. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação (IV: 2004: Curitiba) **Anais...** Curitiba: Fundação Boticário de Proteção à Natureza, Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 2004. v. II, p.98.

WAHAB, S. E. A. **Introdução à Administração do Turismo.** 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1991.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE SONDAGEM DE ATIVIDADES NOTURNAS

Visitação Noturna em Áreas Protegidas

Este formulário faz parte da pesquisa de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEPG, do aluno Me. César Augusto Kundlatsch, orientado pela profª Dra. Jasmine Cardozo Moreira. Na Linha de Pesquisa: Dinâmicas Naturais e Análise Socioambiental, procura-se compreender o uso público nas Unidades de Conservação, por meio do Turismo em Áreas Naturais.

Este formulário é uma sondagem para verificar quais parques estão promovendo atividades noturnas. Você levará menos de quatro minutos para respondê-lo.

1. Endereço de e-mail *



2. Nome do Parque

3. Nome do Responsável (opcional)

4. e-mail de contato

5. O parque desenvolve algum tipo de atividade noturna?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

6. Se houver alguma, qual(is) a(s) atividade(s) desenvolvida(s)?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Trilha/caminhada
☐ Esporte
☐ Observação do céu noturno
☐ Observação de Fauna
☐ acampamento
☐ Outro: _____

7. Se houver alguma atividade, quem a realiza?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Equipe do parque
☐ Outros (agência, condutores, ...)

8. Se é realizada alguma atividade esportiva, indique qual:

9. Se o parque não realiza atividades noturnas, acredita que possuem potencial para alguma atividade:

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Talvez

10. Acredita que seria importante a existência de diretrizes que orientem as atividades noturnas em áreas protegidas?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez

11. Caso haja algum comentário adicional sobre a temática neste parque, utilize o espaço abaixo (opcional)

Obrigado pela sua colaboração.

Dúvidas, comentários e contribuições podem ser enviadas para cesar.geo@bol.com.br

☐ Envie para mim uma cópia das minhas respostas.

ANEXOS

ANEXO A – LICENÇA SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 54216-1	Data da Emissão: 21/09/2017 09:52	Data para Revalidação*: 21/10/2018
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: CESAR AUGUSTO KUNDLATSCHE	CPF: 843.196.829-04
Título do Projeto: Visitação Noturna em Áreas Protegidas	
Nome da Instituição : UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	CNPJ: 80.257.355/0001-08

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mes/ano)	Fim (mes/ano)
1	Revisão de literatura pertinente ao tema	05/2016	12/2016
2	Identificação dos campos de pesquisa e contato	05/2016	12/2017
3	Elaboração de instrumentos de pesquisa	02/2017	06/2017
4	Visitação dos campos de pesquisa, entrevistas e coleta de dados	07/2017	06/2018
5	Tabulação dos dados e análise dos resultados	07/2018	12/2018
6	Discussão dos dados e revisão	01/2019	06/2019
7	Elaboração final da tese	07/2019	12/2019

Observações e ressalvas

1	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas à autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
5	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
6	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/cgen .
7	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infra-estrutura da unidade.

✚ Outras ressalvas

1	O PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA COLOCA AS SEGUINTESS RESSALVAS: 1- LER O A REVISÃO DO PLANO MANEJO DO PNI-2014, OS 27 BOLETINS DE PESQUISAS E OS ASSUNTOS CORRELATOS SOBRE USO PÚBLICO.PUBLICADOS NO SITE DO PNI. 2- ENTRAR EM CONTATO PELO E-MAIL:leoquilonbo@gmail.com ANTES DE INICIAR OS TRABALHOS, POIS SERÁ PRECISO UMA REUNIÃO COM OS ANALISTAS DA UC.PRINCIPALMENTE A COORDENAÇÃO DO USO PÚBLICO DO PARQUE.NÃO TEMOS AÇÕES NOTURNAS DE USO PÚBLICO NESTA UC(VEJA O PLANO DE MANEJO). A NOITE NO PNI É DE ALTO RISCO.PRINCIPALMENTE PARA QUEM NÃO CONHECE O PARQUE.
2	O pesquisador deverá entrar em contato com a chefia do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses para conferir quais atividades noturnas são realizadas no mesmo.
3	O pesquisador deverá comunicar a UC o período exato do trabalho de campo. O contato é (92) 3365-1345.

Equipe

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 54216-1	Data da Emissão: 21/09/2017 09:52	Data para Revalidação*: 21/10/2018
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: CESAR AUGUSTO KUNDLATSCH	CPF: 843.196.829-04
Título do Projeto: Visitação Noturna em Áreas Protegidas	
Nome da Instituição : UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	CNPJ: 80.257.355/0001-08

#	Nome	Função	CPF	Doc. Identidade	Nacionalidade
1	Jasmine Cardozo Moreira	Orientadora da Pesquisa	973.464.119-00	4941112-0 SSPR-PR	Brasileira

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1		SC	PARQUE NACIONAL DAS ARAUCÁRIAS	UC Federal
2		AM	PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS	UC Federal
3		RJ	PARQUE NACIONAL DE ITATIAIA	UC Federal
4		MA	PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES	UC Federal
5		MG	PARQUE NACIONAL DA SERRA DO CIPÓ	UC Federal

Destino do material biológico coletado

#	Nome local destino	Tipo Destino
1	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 54216-1	Data da Emissão: 21/09/2017 09:52	Data para Revalidação*: 21/10/2018
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: CESAR AUGUSTO KUNDLATSCH	CPF: 843.196.829-04
Título do Projeto: Visitação Noturna em Áreas Protegidas	
Nome da Instituição : UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	CNPJ: 80.257.355/0001-08

Registro de coleta imprevista de material biológico

De acordo com a Instrução Normativa nº 03/2014, a coleta imprevista de material biológico ou de substrato não contemplado na autorização ou na licença permanente deverá ser anotada na mesma, em campo específico, por ocasião da coleta, devendo esta coleta imprevista ser comunicada por meio do relatório de atividades. O transporte do material biológico ou do substrato deverá ser acompanhado da autorização ou da licença permanente com a devida anotação. O material biológico coletado de forma imprevista, deverá ser destinado à instituição científica e, depositado, preferencialmente, em coleção biológica científica registrada no Cadastro Nacional de Coleções Biológicas (CCBIO).

Táxon*	Qtde.	Tipo de amostra	Qtde.	Data

* Identificar o espécime no nível taxonômico possível.